



PRIMEIRO TURNO

Mais de 3,2 milhões de eleitores vão às urnas, hoje, em toda a PB

Paraibanos definem suas escolhas para Presidência, Governo do Estado, ALPB e Congresso Nacional. **Página 13**

Foto: Leonardo Ariel



Estado possui 10.845 seções, em 1.856 locais de votação nos 223 municípios; pleito ocorre das 8h às 17h, pelo horário de Brasília

Projeto educacional faz mapeamento de nascentes e trilhas do Rio Gramame

Iniciativa visa estimular a criação de políticas públicas para ajudar a conservar e preservar essas áreas.

Página 3

Escritoras debatem a presença feminina e os desafios do mercado editorial

Autoras de livros publicados pela Editora A União opinam sobre as conquistas e dificuldades enfrentadas pelas mulheres.

Página 9

Com apenas 12 anos, Hanna Prado surge como promessa do surfe paraibano

Atleta vem conquistando resultados expressivos em competições nacionais e garantiu vaga no Mundial Júnior.

Página 21

■ “Com a liberdade a soprar impetuosa sobre os escombros da guerra, Getúlio passa de ditador a democrata, logo ovacionado no desfile dos pracinhas, a imagem do ditador incrivelmente ofuscada pelo criador do salário mínimo”.

Gonzaga Rodrigues

Página 2

■ “Minha paixão por casas começou logo que cheguei a João Pessoa — minto, desde menino, eu ficava impressionado com a casa de seu Joaquim Ribeiro e dona Maria, a única casa que era colonial e tinha um primeiro andar, lá no Sertão”.

Kubitschek Pinheiro

Página 10

■ “A relatividade proíbe que algo se mova através do espaço mais rápido que a luz. Mas não proíbe o próprio espaço de se deformar. Na métrica de Alcubierre, o espaço se contrai à frente da nave e se expande atrás dela”.

Claudio Furtado

Página 19

Igreja lembra 800 anos da morte de São Francisco



A fama de santo da paz, da fraternidade, do amor aos pobres e da natureza ultrapassou séculos e povos, conquistando a devoção de cristãos e até a admiração de outras religiões. Para lembrar a data, hoje, os católicos fazem o chamado “Trânsito de São Francisco”, marcado por silêncios e muita esperança.

Página 25

Rádio Tabajara investe na pauta social e celebra equipe premiada

Matérias produzidas por profissionais da empresa ganham o reconhecimento de instituições, valorizando o trabalho jornalístico.

Página 5

Foto: Carla Miranda



Editorial

O valor de escolher

Em uma democracia, as eleições representam um dos momentos de participação popular, quando a cidadania se manifesta de forma direta na escolha de representantes para os diferentes níveis de governo. No Brasil, esse direito está assegurado pela Constituição Federal de 1988, que estabelece o voto direto, secreto, universal e de igual valor. O aspecto histórico também deve ser levado em conta, já que eleger diretamente foi uma das marcas da redemocratização de um país que passou 21 anos de ditadura. O voto, portanto, está associado a uma conquista que ampliou a participação política da sociedade brasileira.

O artigo 14 da Constituição determina que a soberania popular seja exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, estabelecendo a obrigatoriedade para os alfabetizados de 18 a 70 anos e o voto facultativo para analfabetos, maiores de 70 e jovens de 16 e 17 anos. Em 2026, 158,7 milhões de brasileiros estão aptos a participar das eleições gerais, índice que revela a dimensão de um processo que alcança diferentes regiões, grupos sociais e realidades do país.

A eleição não encerra a participação cidadã, mas constitui uma de suas formas institucionais que compõem a democracia, sistema que pressupõe a liberdade de escolha, o pluralismo político, a igualdade perante a lei e o respeito aos resultados legitimamente produzidos.

Nesse sentido, a qualidade do processo eleitoral depende, além da existência das urnas, de regras claras, acesso à informação, liberdade de participação e condições para que o eleitor exerça seu direito. A Justiça Eleitoral possui papel central nesse percurso, desde o alistamento e a organização da votação até a fiscalização e a totalização dos resultados.

Em tempos de intensa circulação de informações, o exercício da cidadania eleitoral exige atenção às fontes consultadas, pois conhecer as regras do pleito e distinguir informações verificáveis de conteúdos falsos contribui para a compreensão do processo democrático. A escolha depositada na urna é individual, mas seus efeitos alcançam toda a coletividade. É, portanto, nesse encontro entre liberdade individual, representação política e interesse público que reside parte essencial do significado das eleições.

A democracia, contudo, não se resume ao dia da votação; ela é construída continuamente por meio da participação coletiva e social, do respeito às instituições, da fiscalização dos representantes e da defesa dos direitos previstos na Carta Magna. As eleições oferecem o momento formal em que a soberania popular se transforma em representação política. Preservar esse processo significa reconhecer que o voto é, ao mesmo tempo, um direito conquistado e um dos instrumentos fundamentais da vida democrática brasileira.

Artigo

Rui Leitão

irleitao@hotmail.com

A dimensão política do voto secreto

O voto secreto não é uma invenção da modernidade. Na antiga Atenas, os cidadãos já utilizavam votações secretas, por meio de cédulas de metal ou fragmentos de cerâmica, em situações específicas, como nas decisões sobre o ostracismo.

Foi, porém, no século XIX, com as reformas eleitorais, sobretudo na Europa e nos países de tradição parlamentar, que o voto secreto ganhou a dimensão política que conhecemos hoje. A chamada “cédula australiana”, adotada na década de 1850, permitia ao eleitor escolher seu candidato sem que terceiros pudessem saber sua opção. O modelo foi posteriormente adotado por outros países, entre eles o Reino Unido e os Estados Unidos.

No Brasil, durante o Império e a Primeira República, o voto não era secreto. Essa situação favorecia a pressão dos chefes políticos locais, a compra de votos e o chamado “voto de cabresto”. Na República Velha, os grandes proprietários rurais, os chamados “coronéis”, exerciam enorme influência política em suas regiões. Muitos deles tinham origem ou vínculos com a antiga estrutura da Guarda Nacional e, mesmo depois da Proclamação da República, conservaram poder sobre as populações que dependiam de suas terras e de seus favores.

Formavam-se, assim, os chamados “currais eleitorais”. O eleitor, muitas vezes dependente economicamente do coronel, era pressionado a votar no candidato indicado pelo chefe político. O voto deixava de ser uma manifestação livre da consciência para se transformar em instrumento de submissão e troca de favores.

A Revolução de 1930 e, sobretudo, o Código Eleitoral de 1932 representaram uma ruptura importante com esse sistema. O voto secreto passou a ser uma das garantias destinadas a proteger a liberdade do eleitor, princípio posteriormente consolidado pela Constituição de 1934. Desde então, o sigilo do voto permaneceu como garantia constitucional.

A Constituição de 1988 deu ao princípio sua proteção mais forte. O artigo 14 estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. E o voto direto, secreto, universal e periódico está protegido como cláusula pétrea pela própria Constituição.

Em 1996, o Brasil iniciou a implantação

da urna eletrônica, substituindo progressivamente as cédulas de papel e tornando mais ágil a apuração. O sistema eleitoral brasileiro passou também a incorporar mecanismos de auditoria e fiscalização destinados a conferir segurança ao processo de votação e apuração.

É importante, portanto, compreender o verdadeiro significado do voto secreto. Ele não foi criado para esconder o eleitor. Foi criado para libertá-lo. Ninguém deve saber em quem você votou. Ninguém pode exigir que você revele sua escolha. Nenhum chefe político, empregador, autoridade, líder religioso, vizinho ou familiar tem o direito de controlar a manifestação da sua consciência.

O voto secreto é uma barreira contra a intimidação, a retaliação e a compra de votos. É uma garantia de que, diante da urna, cada cidadão é igual aos demais e responde apenas à própria consciência. Por isso, no dia em que exercemos o sagrado direito de escolher o presidente da República, os governadores, os senadores, os deputados federais e estaduais, lembremos que o voto é nosso e somente nosso.

Que ninguém vote por nós. Que ninguém determine nossa escolha. Que ninguém transforme o nosso voto em instrumento de submissão. Na cabine de votação, somos todos iguais. E é ali, em silêncio e com liberdade, que a nossa consciência se transforma em cidadania.

“

[O voto secreto] não foi criado para esconder o eleitor. Foi criado para libertá-lo. Ninguém deve saber em quem você votou

Opinião

Foto Legenda



Artesanato Tabajara

Gonzaga Rodrigues

gonzagarodrigues33@gmail.com | Colaborador

O mais alvissareiro dos anos

Era o 2 de dezembro de 1945, o mais cívico dos anos de toda a minha vivência, embora não passasse dos meus 12 anos, ou talvez mesmo por isso. Foi o ano em que a Grande Guerra acabou, a narração do rádio televisivada pela imaginação, o público a fazer auditório aquém do balcão da mercearia de Seu Nequinho, um dos grandes do nosso pequeno comércio.

No colégio, num fim de tarde de maio, em Campina Grande, o diretor antecipa-se em encerrar as aulas e a nos anunciar a rendição do império nazista sob o cerco russo e a comemoração, no dia seguinte, 8 de maio, com desfile cívico do Pio XI, a partir da catedral da Conceição, na Floriano Peixoto recém-convertida em grande avenida. São vivas e bem vivas as palavras do diretor, padre Odilon Pedrosa, a saudar a nova aurora democrática num fulgor que não sabíamos se mais dos seus olhos ou do discurso. “Liberdade de expressão, liberdade de ir e vir, liberdade política, o homem voltando a senhor dos seus passos, do seu destino e do destino do próprio país! Com o poder sujeito a eleições, virá de nossas próprias mãos, ricas ou humildes, a soberania” — palavras que nos levam a lembrar o dia de hoje, o país, o estado em nossas mãos desarmadas, achado que anotei há anos de uma de suas veemências no jornal *A Imprensa*, que veio dirigir e pouco demorou transferido para Pirpirituba.

Ah, onde estão Luiz Mota, Fernando Cunha Lima — companheiro de sala de aula —, Raimundo Adolfo, Nereu Pereira, Roberto Schabo, Mirlael Azevedo, Nouri, Paulo Fracinete Antônio Rached, Otávio Isidro, Otaviano Braz, o pequeno Oscar, Leônidas (que pagava o colégio com os galinhos de açúcar que ele mesmo fazia), todos a desfilar em peito estufado, mesmo eu de peito escavado, peito de sapateiro?!

Com a liberdade a soprar impetuosa sobre os escombros da guerra, Getúlio passa de ditador a democrata, logo ovacionado no desfile dos pracinhas desembarcados no Rio, a imagem do ditador incrivelmente ofuscada pelo criador do salário mínimo, fundador da Companhia Siderúrgica Nacional, da Petrobras, a

“

Com a liberdade a soprar impetuosa sobre os escombros da guerra, Getúlio passa de ditador a democrata

isto se somando às benesses do ano a quebra da censura com a entrevista de José Américo rompendo a censura, levando do já ex-ditador a convocar eleições, ressurgindo os partidos políticos e o calor das eleições.

No Brasil profundo do menino aldeão, refilete-se este grande alvoroço, ainda que vivido de forma indireta ou através das ondas curtas do rádio e das figuras que nos pareciam imensas no jornal: Churchill, De Gaulle, Roosevelt, Stalin. Aldeia, sim, mas não muito diferente do resto do país, os ricos, que não eram muitos, do lado do Brigadeiro e os funcionários e comerciantes do lado de Dutra. Amizades rompidas a evitar as calçadas adversárias por amor ao Brigadeiro da UDN ou ao “Caneco amado” do PSD. Mas com liberdade de convivência com os grandes cartazes pregados nas esquinas principais, o de Prestes, “Cavaleiro da Esperança” confrontando com o largo da Matriz, a desafiar a tolerância do cônego José Borges.

Não me lembro, nestes anos todos, de outro mais repleto de alvissaras com José Américo e Samuel Duarte no protagonismo da política nacional, produtos das nossas terras brejeiras.

De quebra, foi ainda o ano do baião, invenção de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, “um ritmo popular nordestino num gênero musical novo, o mais prestigiado no Brasil antes da Bossa Nova” — como anota Darcy Ribeiro em seu *Aos Trancos e Barrancos*.

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A.



William Costa
DIRETOR DE MÍDIA IMPRESSA

Naná Garcez de Castro Dória
DIRETORA – PRESIDENTE

Amanda Mendes Lacerda
DIRETORA ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE PESSOAS

Rui Leitão
DIRETOR DE RÁDIO E TV

A UNIÃO Uma publicação da EPC

Av. Chesf, nº 451 — CEP 58.082-010 — Distrito Industrial — João Pessoa (PB)

Gisa Velga
GERENTE – EXECUTIVA DE MÍDIA IMPRESSA

Renata Ferreira
GERENTE OPERACIONAL DE REPORTAGEM

PABX: (83) 3218-6500

E-mail: circulacao@epc.pb.gov.br (assinaturas)

ASSINATURAS IMPRESSAS: anual R\$ 404,25 / semestral R\$ 202,12 / número atrasado R\$ 4

CONTATO: redacao@epc.pb.gov.br / ouvidoria@epc.pb.gov.br

Fica proibida a reprodução, total ou parcial, de matérias, figuras e fotos autorais deste jornal, sem prévia e expressa autorização da direção e do autor, exceto para impressão de cópias, com o fiel e real conteúdo, para uso e arquivo pessoal.

BAIRRO DE GRAMAME

Projeto faz mapeamento de nascentes e trilhas

Registros de olhos d’água deverão ficar disponíveis on-line e agregar informações

Emerson da Cunha
emerson.auniao@gmail.com

São 400 m de trilha, entre praças de convivência, escadarias, ladeiras, chão de cimento e de terra, além de produção agrícola, e uma das coisas mais importantes: passando por cerca de oito olhos d’água preservados pela vegetação fechada de Mata Atlântica, os quais desembocam no Rio Gramame. São eles que garantem o sussurrar das águas em movimento e em pequenas quedas. Essa é a trilha Olho do Tempo, de tamanho médio, situada na organização que leva o mesmo nome, Escola Viva Olho do Tempo, no bairro de Gramame, em João Pessoa.

Tanto a trilha quanto as nascentes estão em processo de georreferenciamento por um projeto desenvolvido pelo Instituto Federal da Paraíba (IFPB) em parceria com a escola — o Biomapas: trilhas e nascentes do Vale do Rio Gramame, construído em 2025. A partir do conhecimento popular prévio sobre as nascentes e as trilhas criadas pela própria população, o grupo visa pôr em mapa os detalhes dos caminhos, como declives, trechos, tamanhos, entrada, saída, pontos de interesse, seja para um público que os desconhece e que queira acessá-los, seja para somar e contribuir com o saber popular existente.

Além da trilha Olho do Tempo, nesse meio período do projeto, foi mapeada a Trilha das Piscinas, que recebeu esse nome porque, outrora, foi um empreendimento balneário que não vingou e deixou áreas de banho disponíveis, que tiveram seu entorno tomado pela vegetação, mantendo a trilha e as nascentes preservadas. No mês de outubro, mais duas trilhas deverão ser mapeadas. No total, serão georreferenciadas oito trilhas que desembocam nas nascentes do Rio Gramame, seja como ponto final,



Foto: Carla Miranda

Oito olhos d’água são preservados pela Mata Atlântica e desembocam no Rio Gramame

seja como um dos pontos de visitação.

É a partir da realização dos caminhos da trilha que ocorre o geomapeamento. “A gente utiliza GPS e um aplicativo que chama “QField”, que é um *software* associado ao QGIS, um *software* livre de geoprocessamento, muito utilizado em levantamentos ambientais. A gente faz essa coleta de dados, realiza a trilha com esses equipamentos. O QField é muito versátil porque você pode usar no próprio celular”, explica a coordenadora do projeto Mirella Motta. “Depois, você sobe os dados para um *software*. Então a gente realiza a trilha coletando os dados e depois leva para o escritório, o laboratório no IFPB, para realizar o processamento. E, aí, a gente faz o desenho da trilha no mapa com algumas informações importantes para quem vai fazê-la”, explica.

Bases populares

As nascentes têm história no bairro. Segundo Ivanildo Santana, diretor de Meio Ambiente, Assistência Social e Saúde da Escola Viva Olho do Tempo, já foram identificadas mais de 100 nascentes no bairro do Gramame.

Como muitas delas estão localizadas em propriedades particulares, é muito comum que algumas acabassem sendo nomeadas com o nome dos proprietários, a exemplo da Bica de Seu Cosme, Bica Dona Maroca ou Bica de Seu Bui. “As trilhas e as nascentes sempre estiveram no nosso cotidiano. Eu sou morador daqui do Gramame, fui criado aqui. Então, a gente, quando crianças, usava muito as trilhas para chegar nas nascentes. E, às vezes, algumas nascentes têm queda d’água”, conta Ivanildo. “Essas pequenas bicas eram usadas e ainda são usadas pelas pessoas aqui do território. A gente, desde sempre, conheceu essas trilhas, esses caminhos, usava elas comumente. Algumas pessoas, alguns familiares, amigos que vinham da cidade para cá, a gente sempre levava ou numa bica, ou levava na beira do rio, ou fazia um passeio dentro pelas trilhas. Essa vivência sempre acontecia”, relata.

Impactos

O bairro do Gramame tem vivido uma intensa especulação imobiliária na Zona Sul da capital. Grandes empreendimentos e residenciais têm

começado a fazer parte do convívio dos moradores nos últimos anos, no lugar dos resquícios de Mata Atlântica observados entre as grandes propriedades, que muitas vezes eram sítios e pequenas granjas. As novas construções não têm demonstrado respeito pelos olhos d’água que nascem na região, e muitos vão sendo soterrados nas obras. Por isso, o geomapeamento pode também servir para chamar a atenção especialmente às nascentes, no sentido da preservação ambiental.

Para além disso, outro impacto vem sendo gerado pelo mau uso das trilhas. “Essas nascentes correm um risco iminente, porque são áreas muito usadas. As pessoas usam de forma indevida porque não tem conhecimento e aí tem demanda de gente muito grande, acaba causando muitos impactos”, observa Santana. Uma das formas de minimizar esse impacto é reduzir a quantidade de pessoas que fazem essas trilhas. Ivanildo conta que, enquanto realiza trilhas com no máximo 30 pessoas, há trilheiros que reúnem de 100 a 200 pessoas, além do uso de motos em algumas situações.

Políticas públicas de preservação ambiental

O estudo e a pesquisa do projeto já conseguiram resultar em uma reunião com um dos proprietários da área, na qual foi dada a sugestão de tornar a propriedade uma Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN). “Essa área ganharia um cuidado especial para ter alguma pessoa fazendo a gestão, tendo esse cuidado com mais eficiência. E existe, já através do Biomapas, uma expectativa e uma possibilidade de se gerar políticas públicas para nos ajudar a conservar e preservar essas áreas”, defende Ivanildo.

O mapeamento de trilhas e nascentes pode contribuir para a preservação ambiental, porque permite identificar, registrar e acompanhar áreas de importância ecológica, facilitando o planejamento de ações de conservação, denota a bolsista do projeto, Ísis Ferreira. “A

partir dessas informações, é possível localizar nascentes, áreas de vegetação e pontos de degradação, além de definir áreas prioritárias para proteção, recuperação e fiscalização. No caso das trilhas, o mapeamento também pode orientar o uso adequado desses espaços, evitando impactos como pisoteamento da vegetação, erosão e descarte de resíduos. Assim, o mapeamento fornece dados que ajudam na gestão das áreas verdes e na conservação dos recursos hídricos e da biodiversidade”, declara Ísis.

Entre as políticas públicas possíveis, a docente Mirella cita a Política Nacional de Trilhas, implementada pelo Governo Federal. “A gente está vendo se consegue inserir essas trilhas, porque são trilhas curtas, não são trilhas com pernoite, mas são trilhas que tra-

zem, além da questão natural da natureza, do meio ambiente, a questão cultural do povo que mora no Vale do Gramame, que tem uma cultura muito forte, uma afrodescendência, também tem uma comunidade indígena nas proximidades. Então, eles têm uma cultura muito interessante de ser conhecida”. Além da possibilidade de correr atrás de políticas públicas de preservação das áreas de trilhas e nascentes, a ideia é entregar para a escola um mural de trilhas permanente como ponto de apoio para quem quiser se aventurar em alguma delas. O projeto ainda não tem disponíveis os dados sobre as trilhas e as nascentes *on-line*, mas esses devem ser apresentados junto com a defesa de Trabalhos de Conclusão de Curso de bolsistas do projeto.

Outro resultado do projeto é o envolvimento de crian-

ças e adolescentes do bairro do Gramame nos conhecimentos técnicos do que vai sendo produzido, em uma construção dialógica de trocas. “Essas crianças estão sendo capacitadas para que conheçam a tecnologia e possam valorizar o espaço onde vivem, a riqueza tanto de água quanto de vegetação que temos no Vale do Gramame. Inicialmente, eles nos deram as informações de como era a região através da construção dos biomapas, que é a construção de mapas colaborativos. Aí, depois, nós vamos e fazemos o georreferenciamento, que é a parte técnica. E o fim, a gente entrega esse produto à comunidade para que ela possa utilizar como conhecimento a mais, conhecimento mais técnico, associado ao conhecimento tradicional que eles já têm”, ressaltou Mirella Motta.

Eduardo Augusto

eduardomelosocial@gmail.com

A urna e a masmorra

O sol nasce mais uma vez sobre a cidade cinzenta. Não é um sol de esperança, mas um sol de expediente. Ele ilumina as filas que se formam nas escolas, nos ginásios, nos clubes de bairro. Homens e mulheres de macacão, de uniforme de trabalho, de roupa domingueira, seguram um papel na mão. O papel é a promessa. A fila é o ritual. A urna é o altar.

Dizem-lhes que este é o dia da democracia. Que a sua voz será ouvida. Que, ao depositar o papel na urna, eles tornam-se os senhores do seu destino. É a liturgia burguesa por excelência, o momento em que a classe dominante, como escreveu Marx no *18 de Brumário*, disfarça-se para conservar o poder, permitindo que os oprimidos escolham entre as máscaras que ela mesma confeccionou.

O trabalhador vota. Ele escolhe entre o candidato A e o candidato B. Ambos prometem escolas, hospitais, estradas. Ambos beijam crianças e falam em nome do povo. Um deles vencerá. E, no dia seguinte, o sol continuará a nascer para o mesmo expediente. A jornada será longa. O salário, curto. O patrão, o mesmo. A fome, a mesma. A polícia, a mesma.

Lenin, em *O Estado e a Revolução*, foi implacável ao dissecar essa farsa. Para ele, a democracia burguesa é a mais perfeita e refinada forma de dominação de classe. Ela não elimina o Estado, que é o instrumento da opressão de uma classe sobre outra: ela apenas o legítima. O voto não muda a natureza do Estado. Muda apenas a face de quem assina os decretos que mantêm a exploração.

A grande ilusão é acreditar que a mudança de governo é a mudança de sistema. O sistema não é o governo. O sistema é a propriedade privada dos meios de produção. É a fábrica que pertence ao capitalista, a terra que pertence ao latifundiário, o banco que pertence ao rentista. Enquanto isso não mudar, o resto é teatro. E o povo, como diria Brecht, paga o espetáculo com o seu suor e, muitas vezes, com o seu sangue.

O candidato da oposição vence. Há fogos, há abraços, há lágrimas de alegria. A esperança, essa mercadoria volátil, é distribuída gratuitamente nas ruas. Mas, passada a euforia, os ministros são os mesmos. Os generais são os mesmos. Os donos do jornal, da TV, da rádio, são os mesmos. A estrutura permanece intacta. O Estado burguês não foi derrubado; foi apenas administrado por outras mãos, igualmente atadas ao capital.

A classe trabalhadora, ensinou-nos Marx, não tem pátria. E, poderíamos acrescentar, não tem partido que a represente verdadeiramente dentro dos marcos da legalidade burguesa. Os partidos que se dizem operários, quando chegam ao poder pelo voto, são forçados a administrar a miséria e a exploração, sob pena de serem esmagados pela reação. Não é traição de indivíduos: é a lógica do sistema. A cadeia continua a mesma, apenas trocaram o carcereiro.

Gramsci falou da hegemonia — a burguesia não domina apenas pelas armas e pela polícia; domina pelas ideias. Ela convence o trabalhador de que a sua única arma é o voto. De que a greve é um ato de barbárie. De que a revolução é um sonho de fanáticos. E, assim, o povo, domesticado, vai às urnas a cada dois ou quatro anos, renovando o seu próprio cativeiro com a solenidade de um contrato social que nunca foi assinado por eles.

A verdadeira mudança não virá das urnas. Não virá do parlamento, esse cenáculo de advogados e empresários. Virá da fábrica, da comunidade, do campo. Virá da organização coletiva, da consciência de classe, da luta direta. A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores, e não de um presidente, de um deputado ou de um senador.

A urna é a masmorra onde a vontade popular é sepultada sob toneladas de promessas vazias. O voto é a corrente que ata o trabalhador ao seu próprio algóz. A eleição é a festa na qual se celebra, mais uma vez, a eterna servidão.

O sol põe-se. O resultado é anunciado. O vencedor discursa. O povo volta para casa. Amanhã, a jornada recomeça. O patrão não foi votado. Ele não precisa ser. Ele já venceu. Sempre venceu. E vencerá, enquanto a luta não for travada nas ruas, nas fábricas, nos campos, e não nas urnas de uma democracia que é, e sempre foi, a ditadura disfarçada da burguesia.

Columnista colaborador



Foto: Leonardo Ariel

Irmã Raimunda

Diretora do Lar da Providência

“Nós temos uma fila que chega a quase 300 pessoas esperando por uma vaga”

Gestora fala sobre as dificuldades financeiras e o trabalho desenvolvido na instituição de acolhimento de idosos

Bárbara Wanderley
babiwanderley@gmail.com

Há 114 anos, o Lar da Providência surgia como uma instituição de caridade administrada pela família Carneiro da Cunha, em João Pessoa. Além de atender idosos em situação de mendicância, o espaço contava também com uma escola e um hospital. Foi em 1947 que freiras da Congregação das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena assumiram o local, com o patrocínio da Associação Norte Brasileira de Educação e Assistência Social (Anbeas), entidade filantrópica sem fins lucrativos. Foi a partir desse momento que o local recebeu o nome que tem hoje — Lar da Providência Carneiro da Cunha — e passou a focar exclusivamente no acolhimento de idosos. Hoje o local desempenha um papel importante em João Pessoa como uma Instituição de Longa Permanência (IEL) para idosos e tem quase 300 pessoas em fila de espera por uma vaga para morar no local, que, apesar disso, enfrenta dificuldades financeiras para se manter. A diretora do Lar da Providência, Irmã Raimunda, falou sobre a situação da IEL em entrevista ao jornal **A União**.

Entrevista

■ *Como os idosos chegam ao Lar da Providência? Quantos vivem aqui atualmente?*

Hoje a gente trabalha só com acolhimento de pessoas idosas que necessitam de alguma forma deixar a família, ou porque sofreu algum tipo de violência e é retirada pela Justiça, ou por demanda espontânea. A pessoa pode também escolher morar no espaço junto com outras pessoas. Eles podem vir por demanda espontânea, procurar a instituição querendo morar aqui, pode ser a própria família não tendo mais condição de estar com seu idoso em casa e pode ser encaminhado também pela Justiça, por não ter mais ninguém. Antes a gente trabalhava com um número bem grande, porque era, e ainda hoje é, uma demanda muito grande. Nós temos uma fila de espera que chega quase a 300 pessoas esperando por uma vaga. Muitas pessoas idosas que precisam realmente de uma atenção, de acolhimento, de serem tratadas com dignidade. Então, a gente já atendeu a um número bem maior. Nós chegamos a atender até 140 pessoas idosas, mas hoje, pelas exigências e para que a gente possa atender melhor, a gente diminuiu a nossa capacidade. A gente atende somente 60 pessoas idosas e a gente trabalhava com seis blocos, hoje a gente só está com quatro, divididos por grau de dependência. Por exemplo, tem os idosos que são independentes, que ainda realizam as atividades, tem aqueles que já são acamados, que são cadeirantes. A gente divide sempre pelo grau de dependência.

■ *E são quantos funcionários?*

Nós temos 106 funcionários pelo regime CLT [Consolidação das Leis do Trabalho], porque funciona 24 horas. Aqui tem um grupo que trabalha dia, outro trabalha à noite, tem as equipe técnicas. E a gente tem dificuldade ainda. Falta gente para trabalhar. Nós temos também um grupo de voluntários que nos ajuda nas atividades, mas ainda é pouco.

■ *Do ponto de vista financeiro, como o Lar da Providência se sustenta? Os idosos que moram aqui contribuem?*

Nós somos uma entidade filantrópica, sustentada na maioria das ações, sobretudo na manutenção dos colaboradores, pela nossa mantenedora, que é a Associação Norte Brasileira de Educação e Assistência Social [Anbeas]. Então, ela mantém essa parte de funcionários e os nossos idosos contribuem com 70% da aposentadoria. Pela lei, eles podem contribuir para ajudar na manutenção do cuidado.

■ *E esses valores são suficientes?*

A gente tem um débito muito grande, chegando ao final do ano. Não é pouco não, viu? São milhões, porque um idoso custa. Um idoso, dependendo do bloco onde ele está, do grau de dependência dele, chega a custar mais de R\$ 5 mil por mês. Então, ele contribui com 70% da aposentadoria, mas fica longe de cobrir o restante. Então, a gente faz eventos, a gente acabou de realizar a Feira da Providência que fazemos uma vez ao ano. A própria manutenção do espaço é muito cara. Não sei até quando a nossa associação vai continuar nos ajudando, mas a gente recebe também muito apoio da sociedade civil. A gente tem parcerias, a gente pede as emendas dos deputados, vereadores, a gente recebe uma ajuda de custo.

■ *Essa redução no número de idosos atendidos ocorreu por conta da restrição orçamentária?*

A gente conseguia antes, porque a nossa congregação conseguia. Nem precisava ir buscar emendas, porque a gente conseguia pela filantropia. A gente tem escolas pagas também, então aquilo que sobrava numa obra passava para a outra. Só que a lei agora não permite. Aquilo que sobra na escola deve ser feito na própria escola, dando bolsas para as pessoas que precisam. Então, a gente tem muitas escolas — por exemplo, em Itabaiana, nós temos

o Colégio Nossa Senhora da Conceição e lá a escola tem a obrigação de dar bolsas. Assim, a gente agora tem necessidade de buscar outras fontes para poder manter o Lar da Providência.

■ *Geralmente quando se fala em idosos numa casa de acolhimento, as pessoas tendem a associar ao abandono familiar. Essa é uma realidade?*

A gente tem alguns casos que eles estão aqui livremente, por opção, e eles recebem visitas da família, mas nem todos. Mesmo aqueles que têm família, muitas vezes a família não é frequente. Tem famílias que são bem presentes, que dão assistência, que em quase todas as visitas estão aqui, que levam o idoso para passar um final de semana em casa, mas tem famílias que esquecem essa parte, essa obrigação de estar levando o seu idoso para um pouco de convivência com eles, ou de vir ao menos visitá-los. E tem aqueles que não têm ninguém, realmente, mas é uma minoria os que não têm mais família.

■ *E esses idosos não ficam simplesmente jogados aqui, eles têm uma série de atividades.*

Eles têm atividade cognitiva, com psicomotricidade. Dentro da própria instituição, eles têm coral, musicalidade, atividades de artesanato. Eles gostam de ouvir música, de cantar, de se reunir, eles têm um espaço que eles dizem que é a “nossa praça” para se encontrar, para rezar, para cantar, para conversar. Aqueles que são mais ativos têm muito mais atividades. Mas há aqueles que já são acamados, que é preciso a gente ir lá, fazer por eles, levar uma música. Vêm muitos grupos fazer atividades nos finais de semana, principalmente grupo de jovens, casais, grupo de igreja. E, durante a semana, há os profissionais da casa. Tem a fisioterapia, eles fazem hidroterapia, nós temos a piscina, tem atividades tanto coletivas como individuais, de exercícios. E é importante porque, na medida em que fazem as atividades ou recebem a visita ou estão fazendo uma ação, eles se sentem cidadãos, participantes, importantes.

■ *A senhora assumiu a direção da casa há quase três anos. Qual considerava ser o maior desafio?*

O maior desafio é a manutenção. São os colaboradores também que, como eu disse, são mais do que os idosos, mas a gente ainda sente que precisaria de mais pessoas, principalmente com aqueles que são acamados, pois eles demandam muito mais cuidado, atenção. Temos idosos que já vivem há muito tempo aqui. Então, se chegaram com 70 anos, eles têm 100, 90, 80. A nossa faixa etária é de 80 para lá. Eles vão se debilitando, vão necessitando de mais atenção na medida em que os anos vão chegando. A gente fica feliz porque eles vivem muito,

mas é um desafio muito grande cuidar da pessoa idosa durante 24 horas, muitas vezes sem o apoio da família. Graças a Deus, as equipes que trabalham com eles assumem realmente com muito amor a causa da pessoa idosa.

■ *É uma realidade que a população brasileira está envelhecendo e a expectativa de vida está aumentando, as pessoas estão vivendo mais. Há uma tendência de lugares como o Lar da Providência serem cada vez mais procurados?*

Com certeza. A gente determinou um dia para os atendentes de famílias que desejam uma vaga, somente na quarta-feira. Antes, era todo dia, a assistente social não conseguia fazer outra coisa, só atendendo as famílias. Deixamos na quarta, mas não tem uma quarta-feira que não tenha mais de oito pessoas procurando vaga. E a gente sente que é uma angústia muito grande das famílias, porque cuidar da pessoa idosa não é fácil e as exigências são muitas. E os filhos? Quando todo mundo trabalha, aí com quem deixa o idoso? Vai ficar só ou vai ficar com alguém? Será que vai cuidar bem? A angústia maior das famílias é essa, de não ter com quem deixar, nem como fazer para que o idoso possa continuar na família, que é o ideal. O acolhimento deveria ser a última opção que a família deveria procurar para colocar a pessoa idosa, quando realmente se esgotassem todas as outras. Mas, infelizmente, hoje está sendo uma das primeiras. A gente sabe quantas instituições particulares já abriram aqui, em João Pessoa, mesmo assim não dão conta da demanda.

■ *Faltam opções de lares que possam dar um acolhimento digno aos idosos em João Pessoa?*

Eu acho que faltam programas sociais que possam atender, não só nas Instituição de Longa Permanência para Idosos, mas acho que o governo deveria criar programas para dar assistência ao idoso na própria família. Eu acho que eles têm que começar a pensar que realmente a instituição de longa permanência não é a primeira opção, mas a última. Para nós, é angustiante. Você chega procu-

rando uma vaga para colocar sua mãe, chorando, dizendo “eu não tenho mais condição nem fisicamente nem psicologicamente”, e não temos como atender, porque só entra outra pessoa quando sai uma. Se a gente passa de 60, a gente passa a ser de grande porte e as exigências são maiores, são exigidas outras equipes, mais pessoal para trabalhar, é muito complicado.

■ *E a senhora falou que tem uma fila de 300 pessoas.*

Temos. A gente tem trabalhado junto com a promotora da Pessoa Idosa para buscar outras opções, mas é muito difícil, porque hoje as pessoas veem as casas de acolhimento como realmente uma primeira opção para a pessoa idosa.

■ *Como a senhora vê o tratamento que a sociedade dá ao idoso? Pode melhorar?*

Deve melhorar. Principalmente na parte da saúde, hoje a gente tem buscado junto aos órgãos esse melhor atendimento. Sabemos que é muita gente em busca desses órgãos, mas a pessoa idosa não é prioridade, embora tenha lá aquelas plaquinhas. Tem outras prioridades na frente da pessoa idosa, que muitas vezes não é nem atendida ou é deixada de lado. A gente tem algumas experiências que, quando o idoso vai para o hospital, ele volta pior do que quando foi, mais lesionado. A gente não vai deixar aqui, quando ele precisa ir para o hospital; a gente tem esse protocolo aqui, na instituição. Mas a gente sente muito, quando a gente percebe que o idoso não é realmente prioridade. Por exemplo, ele precisa de uma UTI e tem outras pessoas precisando, o idoso vai ficando para depois. Quando tem que fazer uma opção, ele não é a prioridade. É uma realidade que, infelizmente, ainda acontece. E é o nosso futuro. Temos que pensar que hoje são eles, mas amanhã vai ser eu. Amanhã sou eu que vou estar nessa fila, que não vou ser prioridade, não vou ser visível nas ações que são realizadas. Vemos iniciativas de algumas pessoas que são sensíveis, mas é muito pouco mesmo.

■ *Quem estiver interessado em ajudar, o que pode fazer?*

A gente precisa de tudo que o idoso possa ter: alimentação, material de higiene pessoal, material de limpeza. E quem puder ser voluntário também é muito importante. A gente sente quanto faz bem o voluntário para a pessoa idosa e a gente tem captado algumas pessoas sensíveis que vêm para fazer uma escuta, contar uma história, fazer um trabalho manual com eles, e tem ajudado muito. Também pode fazer o Pix ou ligar para cá, que vamos explicar tudo.

As doações podem ser feitas na Caixa Econômica AG: 0904 C/C: 443-9 Operação 003 CNPJ: 06.845.408/0010-31.

RECONHECIMENTO

Rádio Tabajara coleciona prêmios

Empresa investe no radiojornalismo e angaria, em sete anos, premiações que valorizam o trabalho realizado

Renata Escarião
Especial para A União

Dos 40 prêmios jornalísticos que a Empresa Paraibana de Comunicação (EPC) contabiliza, desde 2019 — tanto estaduais como nacionais, além de um internacional —, a Rádio Tabajara destaca-se com matérias reconhecidas por prêmios como o Sebrae de Jornalismo, a Comenda Acadêmico Mário Tourinho de Imprensa, o Afrafep de Educação Fiscal, o Semeiar Internacional de Jornalismo e o Banco do Nordeste de Jornalismo, entre outros.

O mais recente foi o segundo lugar no Prêmio Sebrae de Jornalismo 2026, na categoria Jornalismo em Áudio, conquistado por Francisco Alves, com a matéria “No galope do cuidado: equoterapia como negócio de impacto social”. De acordo com Francisco, a matéria aborda a experiência do Centro de Equoterapia Bem Viver, em Gurinhém, que atende crianças e adolescentes com deficiência ou com problemas de saúde. A partir do contato terapêutico com os animais, essas crianças e adolescentes têm ganhado mais saúde, qualidade de vida e autonomia.

De acordo com ele, o prêmio representa o reconhecimento de um trabalho comprometido com a ética, a diversidade e a cidadania, princípios que conduzem a comunicação pública exercida pela EPC. “Alcançar essa conquista depois de apenas seis meses como jornalista da Rádio Tabajara me motiva a seguir adiante em busca de novas histórias, que não apenas orientem o dia a dia do cidadão paraibano, mas que ajudem a refletir sobre os problemas e desafios sociais”, analisa Francisco.

Marcelo de Lima recebeu a Comenda Acadêmico Mário Tourinho de Imprensa 2025, ficando em segundo lugar na categoria Radiojornalismo, com o primeiro episódio da série “Desenvolvimento Fiscal e Equilíbrio Social”. A série mostra como o equilíbrio das contas públicas pode e deve ser acompanhado também de desenvolvimento social.

Para ele, receber uma premiação é algo muito importante na trajetória de qualquer profissional, pois é um reconhecimento do trabalho desenvolvido. “Na Rádio Tabajara, a gente pro-

cura desenvolver um jornalismo de serviço público, com informação de qualidade. Então, ter matérias que são reconhecidas por sua qualidade, no âmbito estadual ou municipal — e até mesmo nacional —, motiva a gente a continuar desenvolvendo pautas que tenham função social, tragam informação de qualidade para a população e continuem contribuindo para o desenvolvimento da sociedade paraibana”, salienta.

“Guardiãs da renda renascentista” foi o título da matéria que rendeu a Vanessa Queiroga o terceiro lugar no Prêmio Sebrae de Jornalismo 2024. “É um prêmio que valoriza o trabalho da imprensa como protagonista. Portanto, conquistá-lo foi uma surpresa e uma honra, além de ter representado um impulso para continuar trabalhando, noticiando informações e contando histórias inspiradoras”, enfatiza Vanessa.

Estante cheia

O jornalista Lukas Santiago tem uma lista considerável de premiações, ao longo dos últimos dois anos. Em 2026, ele é finalista do Prêmio Sicredi Comunicação em Rede, com a série especial “Empreendedorismo que anda junto, cooperativismo que vai mais longe”.

Em 2025, ele foi primeiro lugar no Prêmio Sebrae de Jornalismo, na categoria Áudio, com a série especial “Crias de favela: a periferia no centro do empreendedorismo”, e, em 2024, foi duplamente premiado: primeiro lugar na categoria Profissionais da Imprensa, na oitava edição do Prêmio Afrafep de Educação Fiscal, com a matéria especial “CPF na nota: o que eu ganho com isso?”, e segundo lugar, também na categoria Áudio, com a matéria especial “Levanta para ela que é ponto: mulheres protagonizam o jogo do empreendedorismo”, no Prêmio Sebrae de Jornalismo.

O mais interessante é que Lukas já foi desencorajado a trabalhar no rádio, por críticas à sua voz. “Apesar de experiências em redações de TVs, como produtor, e em assessorias, eu nunca tinha sido repórter. Inclusive, no início da minha trajetória, ouvi que a minha voz não era adequada para a reportagem. Entrei na Rádio Tabajara, via concurso público, em

Foto: Roberto Cuedes



Foto: Arquivo pessoal



Em cima, Francisco (E) e Marcelo (D) ganharam o Prêmio Sebrae 2026 e a Comenda Acadêmico Mário Tourinho 2025; abaixo, Clara (E) recebeu a mesma comenda e também o Prêmio Sebrae, em 2025, e Vanessa (D) foi condecorada pelo Prêmio Sebrae 2024

2024, e assumi a almejada função de repórter. Com apenas quatro meses de trabalho, recebi o primeiro prêmio; um mês depois, outro; no ano seguinte, mais um”, conta o jornalista. Ele ressalta que a premiação não significa dizer, necessariamente, que o premiado é o único bom profissional ou que os demais são ruins, contudo, na sua experiência, foi um positivo divisor de águas.

Já para a jornalista Clara Rezendes, o ano de conquistas relevantes foi 2025, quando dois prêmios passaram a fazer parte do seu currículo: o primeiro lugar na Comenda Mário Tourinho de Imprensa, com a produção e reportagem do segundo episódio da série “Entendendo o orçamento público”, e o terceiro lugar no Prêmio Sebrae

de Jornalismo, com a produção e reportagem da matéria especial “Mirando a serra — empreendedorismo transforma realidade no Brejo”.

Conforme Clara, as premiações foram marcos na sua carreira. “Depois da graduação, eu havia atuado apenas em assessoria de imprensa. Quando passei a fazer parte da equipe de reportagem da Rádio Tabajara, tive a possibilidade de pensar em matérias especiais. Ao longo desse processo, pude acompanhar de perto a produção de outros colegas, o que me proporcionou aprendizado e troca de experiências”, conta.

Olhar sensível

Outro premiado da empresa é o gerente-executivo de Conteúdo Jornalístico da Rádio Tabajara, Marcos Thomaz. Ele já recebeu duas premiações: em 2022, o Prêmio Sebrae de Jornalismo, com a série “O preço da redenção — reinserção dos apenados”, e, em 2023, o Prêmio do Banco do Nordeste de Jornalismo, com a série “Na PB o agro não é pop, não é tech”. Ambas as séries têm quatro episódios; a primeira é sobre a realidade e os desafios da ressocialização de pessoas privadas de liberdade na Paraíba, enquanto a segunda trata da economia agro — atividade que, no estado, baseia-se principalmente na agricultura familiar. “Tudo muito distante do robotizado mundo dos polos agrotechs brasileiros”, avalia.

Thomaz não disfarça o quanto se sente prestigiado com as



Foto: Roberto Cuedes



Foto: Arquivo pessoal

premiações e com a visibilidade que elas dão ao seu trabalho. “Isso atrai a atenção de outros olhares. Então, é muito importante que os prêmios de jornalismo continuem existindo, pois eles estimulam a produção de matérias mais densas, elaboradas e fora do factual. Além disso, são estímulos que nos provocam a ir além do convencional nas abordagens, o que nos permite oferecer um quadro abrangente do tema em pauta — e tudo isso sem perder o olhar humano e sensível, que é um tempero difícil”, analisa o jornalista.

Ao time formado por Francisco, Marcelo, Vanessa, Lukas, Clara e Thomaz junta-se o jornalista Iago Sarinho, outro profissional laureado da casa. Em 2021, ele foi premiado com três matérias no Prêmio Semeiar Internacional de Jornalismo, promovido pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), do Banco Mundial. Ficou em primeiro lugar na categoria Rádio, com a série “Flor de mandacaru, investimento internacional empodera mulheres no semiárido da Paraíba”, e em terceiro lugar com duas matérias na categoria Jornal Impresso, pelo jornal A União: “Mulheres transformam o semiárido” e “Investimento e conhecimento mudam vidas”.

Além da inquestionável relevância social das matérias premiadas, Iago destaca que, do ponto de vista profissional, foi um reconhecimento muito bem-vindo. “É sempre muito válido, embora eu não seja um grande

defensor da prática de escrever matérias com a intenção de inscrevê-las em premiações. Se a matéria se enquadra em um prêmio, ótimo, a vitória é dela, por si só. O reconhecimento é bom, pois agrega ao currículo e é importante para a empresa. Mas, para mim, o maior ganho foi ter conhecido aquelas famílias, ter ouvido as histórias que contei e aprender sobre manejo agrícola e convivência com a seca. Tudo isso me marcou muito”, afirma.



Foto: Arquivo pessoal

É muito importante que os prêmios de jornalismo continuem existindo, pois eles estimulam a produção de matérias mais elaboradas

Marcos Thomaz



Foto: Arquivo pessoal

Lukas (acima) já ganhou três prêmios, enquanto Sarinho (D) recebeu uma premiação internacional e outros dois prêmios em jornalismo impresso



Foto: Arquivo pessoal

BRILHO TÓXICO

Perigos invisíveis das bijuterias

Metais como níquel, chumbo e cádmio, usados na confecção de peças, estão associados a dermatites e intoxicações

Priscila Perez
priscilaperezcomunicacao@gmail.com

Basta olhar uma vitrine de bijuterias para encontrar brincos, anéis e colares de todos os tamanhos e formatos, em tons dourados ou prateados, com pedras coloridas ou apenas em metal. Variedade não falta para quem procura um acessório bonito e no “precinho”.

O problema é que nem tudo o que reluz faz bem à saúde. Metais como níquel, chumbo e cádmio podem aparecer na composição dessas peças, causando desde alergias na pele a reações mais sérias, relacionadas à exposição a substâncias tóxicas. A preocupação faz sentido: em 2025 e 2026, o Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial da Paraíba (Imeq-PB) fiscalizou 73 lojas e autuou 16 por comercializarem produtos em desacordo com as normas.

O perigo dessas “bijus”, no entanto, não é algo que o consumidor consiga identificar a olho nu ou ao manuseá-las. Por conta disso, as peças recolhidas durante as fiscalizações precisam sempre ser encaminhadas para uma análise em laboratório, onde é utilizado um espectrômetro que identifica se esses metais aparecem na composição e em que concentração. É o que explica André Albuquerque, gerente do Núcleo de Verificação da Qualidade



Foto: Arquivo pessoal

Após a realização do teste, o comerciante encaminha as notas fiscais do produto, para verificarmos a sua origem, e é gerado um auto de infração

André Albuquerque

do Imeq-PB. “Após a realização do teste, caso seja constatada uma concentração igual ou superior a 0,01% de cádmio ou 0,03% de chumbo, o comerciante encaminha as notas fiscais do produto, para verificarmos a sua origem, e é gerado um auto de infração”, detalha.

A pergunta é inevitável: se esses metais são nocivos à saúde, por que ainda são tão utilizados nas bijuterias? Segundo André, além de serem mais baratos e abundantes no



Foto: Carla Miranda

Segundo dermatologista, nem sempre o problema fica apenas naquela coceirinha que desaparece ao retirar um brinco ou anel

mercado, eles são de fácil derretimento, ajudam a prevenir a corrosão e podem acrescentar um brilho espelhado ao acabamento. Nas semijoias, por outro lado, esse efeito costuma ser obtido com o uso do ródio, que combina brilho e resistência com a vantagem de ser hipoalergênico — uma diferença que explica o preço mais alto dessas peças.

Reações adversas

Quando o assunto é risco à saúde, chumbo, cádmio e níquel não ocupam o mesmo

lugar. Enquanto os dois primeiros despertam uma preocupação mais toxicológica, o níquel é comumente associado a dermatites de contato. E aí existem dois tipos, de acordo com a dermatologista Laís Leal. “Na forma irritativa, a reação tende a surgir na região que ficou em contato com a bijuteria, sobretudo, quando essa exposição é prolongada; na alérgica, como a resposta envolve uma sensibilização do sistema imunológico, há a possibilidade de provocar lesões em outras áreas

da pele”, explica.

E, o mais importante: nem sempre o problema fica apenas naquela coceirinha que desaparece pouco depois de retirar um brinco ou anel. A reação pode começar assim e depois evoluir para inchaço e pequenas bolhas. Em inflamações mais intensas ou prolongadas, pode provocar descamação, fissuras e feridas. A partir daí, segundo a médica, se houver dor, calor, aumento progressivo de vermelhidão ou saída de secreção com pus, possivelmente há uma

infecção bacteriana secundária. “Se a reação for muito intensa, persistente ou recorrente, é importante procurar uma avaliação médica”, orienta a dermatologista.

Ela lembra ainda que outros metais, como cobalto e cromo, também podem provocar reações na pele. Por isso, para quem já apresentou esse tipo de reação, a recomendação de Laís é priorizar materiais como aço cirúrgico, titânio, platina e ouro, que apresentam menor potencial alérgico.

Metais pesados de “bijus” acumulam no corpo por até 30 anos

A publicitária Laura Mar-sola, de 28 anos, conhece na pele — literalmente — esse tipo de incômodo. Brincos de qualquer outro material que não sejam ouro ou aço cirúrgico já deixam vermelha, inchada e muito quente a região ao redor do furo da sua orelha, algo que acontece com ela desde quando era menina. “Os primeiros sintomas aparecem em cerca de 10 minutos. Minha orelha fica um bom tempo inchada e vermelha. Depois que eu tiro [o brinco], demora pelo menos um dia para voltar ao normal”, relata a jovem.

Durante a adolescência,

ela insistia em usar as bijuterias, apesar da irritação; hoje, essa relação mudou. Laura conta que praticamente deixou de usá-las. “Nunca parei para pensar se deixei de usar por conta da alergia ou por outro fator, mas, hoje, eu só coloco bijuteria em algum evento social. Coloco por algumas horas, só para ficar bonito, depois tiro e aceito as consequências”, diz.

Essa insistência, porém, vai na direção oposta ao que recomenda a dermatologista. Manter o contato com uma peça que já provocou alguma reação, além de alimentar o processo inflamatório, pode

intensificar os sintomas. O ato de coçar a pele também pode provocar pequenas lesões e aumentar o risco de infecção. “Não é recomendado insistir no uso da peça, na esperança de a pele se acostumar”, reforça Laís.

Intoxicação

Nem todo risco aparece na pele, aliás. Quando as bijuterias têm metais pesados em sua composição, as complicações sobem de nível. Segundo Hemerson Magalhães, coordenador do Centro de Informação e Assistência Toxicológica de João Pessoa (CIA-Tox-JP), chumbo e cádmio

são substâncias tóxicas capazes de se acumular no corpo. Pior: o organismo tem dificuldade para eliminá-las. O chumbo, por exemplo, pode ficar armazenado nos ossos por décadas, enquanto o cádmio permanece no organismo de 10 a 30 anos.

Isso não quer dizer que encostar em um brinco já seria suficiente para provocar uma intoxicação. Como explica o toxicologista, a pele íntegra funciona como uma barreira natural e absorve quantidades muito pequenas desses metais. Com o uso frequente, porém, o revestimento da bijuteria pode desgastar-se, en-

quanto o suor e o atrito ajudam a liberar as substâncias tóxicas. Por isso, o cuidado deve ser maior quando a pele está machucada e em caso de furros recentes, situações em que essa proteção não está intacta.

“Esses metais são tóxicos para qualquer pessoa, acumulam-se no organismo e podem afetar órgãos internos. O chumbo atinge, principalmente, o sistema nervoso, o sangue e os rins. Já o cádmio atinge mais os rins e os ossos, além de ser reconhecido como cancerígeno”, detalha Hemerson.

Embora a intoxicação se

mostre na pele irritada, é pela boca que está a principal forma de exposição. Resíduos das peças podem chegar ao organismo pelas mãos ou pelo ato de chupar, morder ou engolir um acessório — no caso de crianças — o que aumenta, e muito, o risco à saúde. A recomendação de Hemerson é evitar o uso de bijuterias de procedência desconhecida em crianças e não permitir que elas brinquem com essas peças. “O organismo delas absorve muito mais chumbo: cerca de 40% a 50% do que é ingerido, contra, aproximadamente, 10% a 15% nos adultos”, cita. Além disso, como o cérebro ainda está em formação, a exposição ao chumbo pode comprometer a memória, a atenção e o aprendizado, prejudicando o desenvolvimento intelectual.

Como escolher

Se nem sempre é possível confiar nos próprios olhos para descobrir o que existe por trás do colorido e do brilho das bijuterias, vale considerar alguns cuidados antes de usá-las. Observar a embalagem, verificar se há informações sobre a composição, avaliar a qualidade, comprar em estabelecimentos de boa reputação e guardar o comprovante da compra são alguns deles. Caso o consumidor queira denunciar alguma irregularidade no comércio paraibano, é possível entrar em contato com a Ouvidoria do Imeq-PB pelo telefone 0800 281 7411 ou pelo e-mail ouvidoria.imeq@imeq.pb.gov.br.



Foto: Arquivo pessoal

O organismo delas [das crianças] absorve muito mais chumbo: cerca de 40% a 50% do que é ingerido, contra 10% a 15% nos adultos

Hemerson Magalhães

Foto: Carla Miranda



Toxicologista alerta que uso frequente de peças que contêm metais pesados pode afetar os órgãos internos, do cérebro aos rins

ROUBO DE CELULARES

Crimes abastecem mercado ilegal

Estado registra média de 17 furtos de telefones por dia; PCPB reforça a importância da colaboração da população

Barbara Wanderley
babiwanderley@gmail.com

O filho da administradora Myrley Cavalcante participava de uma festinha de aniversário na praia, quando ele e os amigos afastaram-se um pouco para brincar, deixando três celulares dentro de uma bolsa. Ao voltar, o grupo percebeu que os aparelhos tinham sido furtados. Já a estudante de Medicina Evelyn Fank curtia um *show* de Alok, no Parque do Povo, durante o São João de Campina Grande, quando alguém aproveitou-se do ambiente lotado e levou seu telefone. Casos como esses acontecem, em média, 17 vezes por dia na Paraíba. Dados da Polícia Civil do estado (PCPB) estimam que, no ano passado, a cada 82 minutos, um celular foi roubado ou furtado em território paraibano.

Os dispositivos são objetos de 23% dos roubos e furtos registrados no estado, mas esse tipo de crime só existe porque há um mercado paralelo de revenda desses equipamentos. O superintendente da PCPB, o delegado Cristiano Santana, explica que, ao serem roubados ou furtados de seus proprietários, os celulares têm dois destinos possíveis. “Há a desmontagem para revenda de peças ou a revenda do aparelho inteiro — que é o destino mais frequente. Geralmente, eles são vendidos em feiras populares”, afirma Cristiano, acrescentando que o órgão de segurança está sempre monitorando esses espaços de comércio.

De acordo com o delegado, graças ao Programa Recupera, voltado para a recuperação de celulares e sua devolução aos donos, a PCPB conseguiu de-



Foto: Leonardo Ariel



Foto: Carla Miranda

Há a desmontagem para a revenda de peças ou a revenda do aparelho inteiro — que é o destino mais frequente

Cristiano Santana

terminar com mais precisão o percurso tipicamente feito por esses dispositivos e onde eles costumam ser comercializados. Após o roubo ou o furto, o celular passa pelas mãos de um técnico, que consegue furar possíveis bloqueios e senhas registradas pelo proprietário e deixar o aparelho apto para uso por outra pessoa. Somente após esse procedimento, o item é encaminhado para revenda.

É nessa etapa do esquema que, segundo o superintendente da PCPB, o combate aos grupos criminosos envolvidos esbarra em um problema cultural, que exige a cons-

cientização da população. Isso porque o mercado ilegal acaba sendo alimentado por quem adquire celulares sem ter certeza sobre a origem dos produtos — ou até mesmo tendo a consciência de que são frutos de crimes. O comprador pode achar que não tem nada a ver com isso, já que não participou do roubo ou do furto, mas também estará incorrendo em uma atividade criminosa e poderá ser detido e condenado por receptação, como ressalta Cristiano.

A chamada “receptação dolosa” ocorre quando uma pessoa adquire ou recebe um bem que sabe ser de origem

criminosa. A pena varia de um a quatro anos de reclusão, além de multa. Já a receptação culposa ocorre quando a pessoa não tem certeza sobre a origem do produto, mas deveria suspeitar ser fruto de crime, pela desproporção entre o valor e o preço ou pela condição de quem o oferece. Nesse caso, a pena vai de um mês a um ano de detenção, incluindo multa.

Compradores

Cristiano Santana conta que, ao encontrar pessoas que adquiriram celulares roubados ou furtados, além de exigir a devolução do aparelho,

a polícia faz uma breve entrevista com elas, para saber como ocorreu a aquisição desses produtos. A partir disso, as autoridades avaliam se o comprador agiu de boa-fé, mas foi enganado pelos criminosos, ou se ele tinha condições de perceber que estava cometendo um ato ilícito.

O principal critério adotado para analisar cada caso é saber onde e por qual preço a mercadoria foi comprada. Uma pessoa que comprou o celular numa feira, por exemplo, deve pelo menos desconfiar que não tenha adquirido um produto de origem lícita. O mesmo se aplica a um celular vendido por uma quantia muito abaixo de seu valor de mercado.

O superintendente da PCPB recomenda, inclusive, que, ao comprar aparelhos de segunda mão, a população esteja atenta a esses fatores. “Procure comprar em lojas especializadas e desconfie de valores muito baixos”, aconselha Cristiano. Isso porque, mesmo que a polícia entenda que houve boa-fé e não haja repercussões legais, o comprador sofrerá prejuízo financeiro, já que terá de devolver o item ilegal e perderá o dinheiro investido.

■ Como explica delegado, alguém que adquire um item de origem ilícita pode ter de responder por receptação

Registro do Imei ajuda autoridades a reaver os produtos

Desde dezembro de 2024, quando foi lançado o Programa Recupera, a PCPB já recuperou mais de seis mil celulares que haviam sido subtraídos de seus donos. Para ampliar as chances de reaver seu aparelho por meio da polícia, contudo, a vítima precisa registrar o Boletim de Ocorrência (BO) do roubo ou furto, informando o número de Imei (sigla em inglês para *international mobile equipment identity*) do celular. Trata-se de um código de identificação que cada aparelho possui, por meio do qual as autoridades conseguem rastrear sua localização.

O celular de Myrley Cavalcante foi encontrado graças ao programa. “Vi uma reportagem na televisão, informando que a polícia estava recuperando telefones roubados. Fiz o BO há 11 meses e, no mês passado, a Polícia Civil manteve contato com a gente, informando que [o aparelho] tinha sido recuperado. Estamos bastante felizes com a iniciativa, muito legal mesmo”, comemorou a administradora, defendendo uma maior divulgação do Programa Recupera, para que outras vítimas saibam que é possível reaver seus bens. “Os pais dos dois amigos do meu filho não fizeram BO. Muita gente pensa que o bandido não vai devolver, que a polícia não vai atrás e

Rastreio
Com o código de identificação do telefone roubado ou furtado, os investigadores podem rastreá-lo; por isso, recomenda-se que as vítimas forneçam o número no BO

que nunca vão achar o celular”.

Outra beneficiada pela iniciativa policial foi Evelyn Fank. Ela contou que registrou um BO em uma delegacia do bairro Catolé, em Campina Grande, logo após o *show* no qual teve seu celular furtado, em junho de 2024. Embora o telefone já estivesse pago na época do crime, Evelyn relatou ter tido um grande prejuízo, pois o produto estava em ótimo estado e ela precisou adquirir um novo, em parcelas. “Até um ano [depois do furto], eu tinha esperança [de recuperar o aparelho], porque a delegada com quem fiz o BO falou que era normal achar iPhones roubados dentro desse prazo. Mas, depois, deixei de ter esperança”, lembrou Evelyn.



Foto: Leonardo Ariel

Programa estadual, lançado no fim de 2024, já resultou na localização e na recuperação de mais de seis mil celulares

Porém, quase dois anos depois da ocorrência, em maio deste ano, ela recebeu a visita de um representante da PCPB, com um documento que dizia que o celular havia sido encontrado e ela precisava comparecer à delegacia, em uma determinada data, para pegá-lo de volta. “Fui no dia e tinha centenas de outras pessoas esperando. Então os policiais informaram que aquele evento fazia parte do Programa Recupera”, pontuou.

Saiba Mais

- **Confira algumas dicas de segurança ao comprar um celular de segunda mão:**
- Prefira adquiri-lo de familiares ou amigos, de modo a ter certeza da origem do aparelho;
 - Se for comprar de desconhecidos, que seja em uma loja;
 - Desconfie de preços muito abaixo do valor de mercado.

- **Veja como descobrir o número de Imei do seu telefone:**
- Digite *#06# no teclado do aplicativo de chamadas — geralmente, não é necessário efetuar a ligação;
 - Verifique na embalagem original do produto;
 - Acesse as configurações do sistema do celular — em modelos Android, o Imei costuma estar em Sobre o telefone ou Sobre o dispositivo; no iPhone, o caminho de acesso é: Ajustes; Geral; Sobre.

Atenção: aparelhos compatíveis com dois chips têm dois números de Imei.

Jornalismo EPC



A qualidade técnica dos nossos profissionais traduz o compromisso com a verdade, a ética e a transparência.

O reconhecimento é da gente, mas o orgulho é de toda a Paraíba.

2020

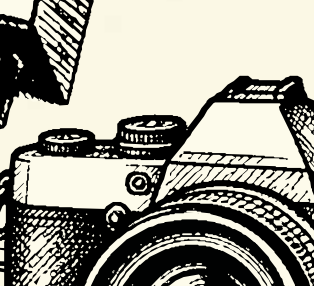


2021



3 PREMIAÇÕES

2022



2023



2024



2025



2026





Cibele Laurentino, Maria Aparecida de Sousa Cardoso, Maria Thalita Cardoso Rezende e Marineuma de Oliveira estão entre as autoras selecionadas

Femininas e diversas

LITERATURA

Escritoras que terão livros publicados pela Editora A União na FliParaíba, oriundos da Política Nacional Aldir Blanc, opinaram sobre desafios enfrentados por mulheres no mercado editorial

Fotos: Divulgação

Renata Escarião
Especial para A União

Historicamente, as mulheres escritoras enfrentam desafios no mercado editorial que envolvem não apenas a publicação dos livros, mas também reconhecimento, remuneração, divulgação e espaço para ocupar posições de prestígio no campo literário. Isso porque, durante muito tempo, a literatura foi tratada como um espaço predominantemente masculino e muitas mulheres tiveram dificuldade para publicarem ou precisaram utilizar pseudônimos masculinos para serem consideradas.

A presença feminina na literatura aumentou significativamente nas últimas décadas, mas ainda existem desigualdades na ocupação de espaços de prestígio — como grandes prêmios, posições editoriais, listas de obras canônicas e eventos literários —, que ainda podem variar de acordo com raça, classe, orientação sexual e região.

No edital da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (Pnab), organizado pela Secretaria de Estado da Cultura (Secult-PB) em parceria com a Empresa Paraibana de Comunicação (EPC), focado na seleção, premiação e publicação de obras literárias, foram adotados critérios diferenciados de pontuação para propostas de mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas idosas, pessoas em situação de rua ou membros de povos e comunidades tradicionais, assim como cotas com vagas definidas para cada Regional de Cultura.

Os livros estão em fase de edição pela Editora A União, serão lançados na FliParaíba, em novembro, e as escritoras mulheres que foram selecionadas, algumas estreantes, comentaram o que todo o processo está representando para elas. Serão publicados 34 livros, sendo duas coletâneas de cordel, o que totaliza 42 autores de 22 municípios, nos gêneros romance, conto, cordel, crônica, poesia, infantojuvenil e ensaio.

Maria Aparecida de Sousa Cardoso, da cidade de São João

do Rio do Peixe, foi selecionada pelo edital na categoria Poesia com o livro *Aracati: memórias ao vento*. Ela conta que já participou de vários concursos, tendo vencido três deles em primeiro lugar em nível nacional, mas que esse será seu primeiro livro publicado.

“Tenho muitos poemas publicados em diversas coletâneas, mas nunca cheguei a publicar um livro só de minha autoria, essa é a primeira vez. O sentimento de ter sido selecionada em meio a tantos inscritos é de muita gratidão, principalmente por essa política pública tão necessária para quem não tem oportunidade de publicar um livro de forma independente”.

Sobre os desafios enfrentados por mulheres no mercado editorial, a escritora acredita que embora, atualmente, a mulher venha conquistando seu espaço na sociedade, tendo mais visibilidade, “pesquisas mostram que os homens ainda dominam a maior parte das listas comerciais de livros”. E completa: “Um outro desafio enfrentado, e eu me sinto incluída nele, é a divisão desigual de tarefas domésticas: mesmo tendo ajuda em casa, a mulher fica sempre com a maior parte dos afazeres domésticos. Sou esposa, mãe, avó, dona de casa e professora, e isso dificulta que eu tenha mais tempo disponível para escrever”.

Natural de Pombal, Maria Thalita Cardoso Rezende vai integrar a coletânea de cordel com a produção *Fulô de lajedo*, sua estreia em um livro. Ela diz que ficou muito feliz quando soube que tinha sido selecionada, principalmente porque esse é o primeiro edital de cultura, em nível estadual, do qual participa. Até então, sua experiência com a escrita e a publicação foi principalmente por meio do cordel.

“É muito importante perceber que existem mecanismos que possibilitam que pessoas de diferentes territórios tenham a oportunidade de desenvolver seus trabalhos, tirar suas obras do papel e, de fato, publicá-las. Para mim, essa seleção representa justamente isso: a possibilidade de uma escritora do Sertão da Paraíba ter

sua obra publicada e fazer sua literatura circular”.

Maria Thalita comentou que, se não fosse por meio do edital, não teria condições de publicar nesse momento devido aos altos custos e concorda que as mulheres ainda enfrentam desafios persistentes no cenário editorial. “Ao mesmo tempo, é muito importante perceber que nós estamos cada vez mais ocupando esses espaços. Somos mulheres que leem, que escrevem, que produzem e que não têm medo de colocar nossas histórias no mundo. Isso é uma conquista muito importante”, afirma.

No que se refere aos desafios que encontrou no seu processo criativo, ela relata que o maior foi lidar com a história que estava escrevendo. “É uma narrativa que aborda a violência praticada contra pessoas travestis, uma realidade que ainda persiste no Brasil. Então colocar essa história no papel foi também enfrentar uma realidade muito dura, lidar com aquilo que ela representa e, ao mesmo tempo, transformar essa realidade em literatura, dar voz a uma realidade que muitas vezes é silenciada”.

Experiência fortalecida

A escritora Marineuma de Oliveira, de João Pessoa tem seis livros de poesia publicados, e teve o sétimo aprovado no edital, de título *Vice-versa*, o que fortalece sua produção literária, cuja maioria dos livros foi publicada com recursos próprios. “Senti uma imensa alegria pelo reconhecimento da minha poesia e pela oportunidade de publicar por uma grande editora. Foi uma confirmação de que vale a pena persistir no trabalho literário, apesar das dificuldades que cercam a produção e a divulgação de livros de poesia”, comentou.

Marineuma revela que publicar literatura, especialmente poesia, não é simples. Os custos são elevados e o autor precisa assumir inúmeras tarefas. Para as mulheres, entre os desafios também estão, segundo ela, a dupla, muitas vezes, a tripla jornada de trabalho, as responsabilidades com a casa,

a profissão, os filhos, os estudos e os cuidados com outros membros da família.

“Ter tempo livre e um espaço tranquilo para escrever acaba sendo quase um privilégio. Historicamente, os homens contaram com muito mais condições para se dedicar à produção intelectual, quase sempre apoiados pelo trabalho invisível das mulheres da família. Basta observar que eles ainda são maioria nas academias de letras e costumam ocupar maior espaço de destaque em eventos literários. Embora esse cenário venha mudando aos poucos, ainda há um longo caminho”, afirma a escritora.

Na escrita de *Vice-versa*, ela conta que foi desafiador buscar fazer algo novo, diferente, que revele uma voz própria. “Procuro pensar cada livro como uma obra com unidade, e não apenas como um conjunto de poemas reunidos ao acaso. Gosto de construir um percurso, um fio condutor, uma sequência que dê sentido ao conjunto. Também procuro despertar alguma reação no leitor. A poesia precisa tocar, inquietar, emocionar ou provocar estranhamento. Quando percebo que um poema não alcança esse efeito, sinto que ainda falta alguma coisa a ser trabalhada”.

Com uma trajetória construída na literatura com publicações em diferentes gêneros, Cibele Laurentino, de Campina Grande, tem quatro livros lançados e agora vai para a quinta publicação, *Geografia do corpo*, livro de contos, esse via edital do PNAB. Ela conta que cada livro representa um momento da sua escrita, mas todos carregam algo que considera muito presente na sua literatura: o interesse pelas relações humanas, pelas experiências femininas e pelas histórias que atravessam o corpo, a memória e a maneira de existir no mundo.

“Quando soube que meu livro havia sido selecionado, senti que todo esse percurso estava sendo reconhecido. E há algo ainda mais especial quando esse reconhecimento vem por meio de uma política pública de incentivo à literatura. Não é apenas o livro que

ganha a possibilidade de existir fisicamente e circular; é também a nossa produção literária que recebe espaço e visibilidade”.

Analisando o espaço das mulheres no universo editorial, Cibele ressaltava que o primeiro desafio sequer está na publicação, está em conquistar o direito ao tempo de escrever. “Nós ainda acumulamos muitas responsabilidades, e escrever exige presença, concentração e disponibilidade mental. Muitas vezes, a mulher escreve nos intervalos da própria vida. Depois existe o desafio de ocupar os espaços de circulação e reconhecimento da literatura”.

A escritora acredita que avançamos muito e temos mulheres produzindo uma literatura extraordinária, sendo publicadas, premiadas e lidas, mas ainda existem desigualdades. “Por isso, considero tão importante que nós escrevamos. Quando uma mulher transforma sua experiência, sua imaginação e sua visão de mundo em literatura, ela não está apenas contando uma história. Está também deixando um registro de sua passagem pelo mundo”, afirma. Talvez por isso o título *Geografia do corpo* faça tanto sentido para mim. Cada conto percorre um território diferente, mas todos, de alguma maneira, investigam as marcas que a vida escreve em nós”, conclui.

Entrega e lançamento

A entrega dos exemplares aos premiados está marcada para o dia 29 de outubro, às 16h, em solenidade na Academia Paraibana de Letras (APL), em João Pessoa. O lançamento será no Festival Literário Internacional da Paraíba (FLIPB), que acontecerá de 26 a 28 de novembro, no Centro Histórico da capital.

Serão duas coletâneas de cordel, composta por 10 autores, com tiragem de 300 exemplares cada uma, sendo 30 a cota para cada autor, além de bolsa de premiação de R\$ 1 mil. Os 32 livros individuais também terão tiragem de 300 exemplares cada, e cota de 150 exemplares por autor, além de bolsa premiação de R\$ 2 mil.

AS AUTORAS SELECIONADAS

- **Alice Cavalcante de Andrade:** *Na encruzilhada corpo-estrutura* (ensaio)
- **Ana Patrícia Amorim:** *Pororoca* (poesia)
- **Célia Maria Silva:** *Maroquinha, a galinha dos ovos de ouro: a valiosa lição* (na antologia de cordel)

- **Cibele Laurentino:** *Geografia do corpo* (contos)
- **Cláudia Teixeira de Souza Guedes:** *As cartas que incendiaram a Paraíba* (na antologia de cordel 2)
- **Djanira Meneses da Silva:** *A arte de ser céu* (poesia)
- **Erika Trindade:** *Malaika* (romance)

- **Fabiano La:** *Certidão de transe* (poesia)
- **Jeovana P.** (texto)
- **Vanessa Andrade** (ilustração): *A formiga que comia letras* (infantojuvenil)
- **Jéssica Silva:** *Minha Paraíba* (na Antologia de cordel 2)

- **Jordânia Pereira:** *O livro que perdeu a capa* (infantojuvenil)
- **Louise Duarte de Miranda Pereira:** *Abriu-se um rio no meu peito* (poesia)
- **Maria Aparecida de Sousa Cardoso:** *Aracati: memórias ao vento* (poesia)
- **Maria Eliete da Costa:** *12 fatos em foco* (romance)

- **Maria Thalita Cardoso Rezende:** *Fulô de lajedo* (na antologia de cordel 1)
- **Marineuma de Oliveira:** *Vice-versa* (poesia)
- **Tays Melo:** *Rio vermelho* (poesia)
- **Viviane dos Santos Araújo:** *Me identifique: as vozes invisíveis por trás do uso de drogas* (não ficção)

Artigo

Estevam Dedalus
Sociólogo | estevam_dedalus@yahoo.com.br

O desemprego é bom para quem?

A insatisfação com o trabalho parece ser uma tendência do mundo capitalista. Em 2021, os EUA experimentaram uma onda de demissões em massa, movida pelo sentimento comum de que as jornadas de trabalho são estressantes, mal remuneradas e com baixa proteção legal, com efeitos mais nocivos sobre os jovens da geração Z. Uma pesquisa da CNBC/SurveyMonkey, realizada em 2024, mostrou que 42% dos trabalhadores da geração Z cogitaram deixar o emprego nos três meses anteriores, contra 38% dos *millennials* e 34% da geração X.

As principais economias capitalistas vivem um descompasso entre a produtividade e o crescimento salarial. De 1979 a 2025, a produtividade líquida dos EUA aumentou 90,2%, enquanto os salários aumentaram 33,0%. Esse é um cenário bem diferente do período pós-Segunda Guerra, no qual a remuneração salarial crescia junto da produtividade, permitindo uma vida mais confortável para milhões de trabalhadores.

Na Europa, temos um problema semelhante, porém com menor intensidade. É sobretudo a partir dos anos 1990 que os salários, em diferentes países do continente, passaram a crescer menos que a produtividade, fenômeno que pode ser visto em economias como a Alemanha e o Reino Unido, embora em ritmo menos agressivo que nos EUA. A Itália, por outro lado, representa um dos casos mais difíceis, por ter experimentado uma prolongada estagnação salarial combinada com baixo crescimento da produtividade.

O Brasil vivenciou, de 2000 a 2010, um aumento real dos salários, a formalização do emprego e a redução das desigualda-

des. A partir de 2014, no entanto, essa realidade começou a se deteriorar, com a economia entrando em um período de redução acentuada do crescimento, de estagnação da produtividade e de aumento das taxas de desemprego, o que nos leva a uma questão menos óbvia: por que o desemprego interessa tanto ao funcionamento do capitalismo? Quem ganha quando o trabalhador tem medo de perder o emprego? E o que acontece com a relação de poder entre patrões e trabalhadores quando ninguém precisa aceitar qualquer emprego para sobreviver?

O desemprego e a exploração do trabalho são elementos centrais do sistema capitalista. Via de regra, os governos sabem como criar as condições para a geração de pleno emprego, mas essa é uma decisão política que curiosamente não costuma agradar os grandes empresários.

O economista polonês Michal Kalecki demonstrou as razões que levam os capitalistas a se oporem a políticas governamentais de pleno emprego. Não é interesse da burguesia, argumenta, que investimentos governamentais sejam destinados à geração de pleno emprego. Em primeiro lugar, por uma questão de poder. Num sistema de *laissez-faire*, são os grandes capitalistas que ditam a dinâmica dos investimentos, com base na confiança e no lucro, interferindo no nível de oferta de trabalho.

Michal Kalecki observou que os capitalistas exercem uma espécie de controle indireto em relação à política governamental, fundamentado no imperativo de não abalar a confiança dos empresários para evitar que ocorram crises. Quando os go-

vernros agem por conta própria fazendo investimentos para a criação de empregos, eles diminuem o controle dos capitalistas. É por isso que os déficits orçamentários governamentais, necessários para a implementação das políticas de pleno emprego, costumam ser demonizados por empresários, economistas ortodoxos e pela mídia tradicional.

Os capitalistas também não gostam que o Estado invista em serviços ou áreas da atividade econômica que possam concorrer com o setor privado. É uma forma de evitar que seus rendimentos e lucros despenquem. Eles também são contrários ao subsídio governamental do consumo popular. Kalecki acredita que, nesse caso, a objeção é até mais forte, porque vai contra a ética capitalista de que temos que ganhar nosso sustento individualmente.

Outro temor dos grandes capitalistas quando o assunto é pleno emprego diz respeito ao enfraquecimento da ameaça de demissão como mecanismo disciplinador. Os patrões ficam mais poderosos quando os trabalhadores têm medo de ficar desempregados.

Um ambiente de pleno emprego, em tese, tende a dar mais confiança à classe trabalhadora, permitindo que ela se organize, exija mais direitos e construa movimentos grevistas, o que é politicamente indesejável para a classe dominante. É então natural que os capitalistas se oponham ao pleno emprego, mesmo que esse signifique, na prática, um aumento do consumo e do lucro de suas empresas, o que mostra como a classe dominante é capaz de impor politicamente os seus interesses estratégicos.

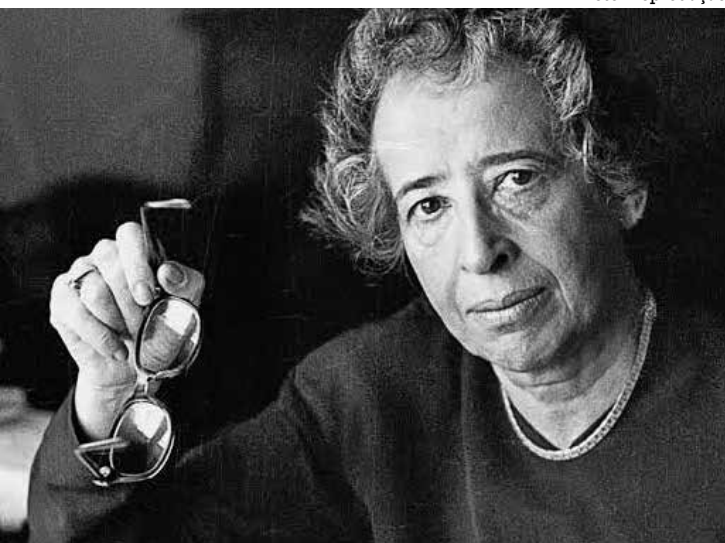
Estética e Existência

Klebber Maux Dias
Filósofo e físico | klebmaux@gmail.com

Teorias da esfera pública

A esfera pública constitui um dos conceitos da filosofia política e da sociologia contemporâneas, sobretudo por compreender as relações entre sociedade civil, Estado, opinião pública e democracia. Esse processo pode ser entendido como o espaço social, no qual indivíduos e grupos discutem questões de interesse coletivo, formulam opiniões, confrontam perspectivas e participam, direta ou indiretamente, da construção da vida política ativa. Ao longo do século 20 e início deste século, pensadores procuraram compreender sua constituição, suas possibilidades democráticas e suas limitações e formas de exclusão.

Jürgen Habermas (1929-2006), filósofo e sociólogo alemão, em *Mudança estrutural da esfera pública* (1962), reconstrói a emergência da esfera pública burguesa como um espaço intermediário entre a autoridade estatal e a esfera privada, no qual cidadãos passam a discutir racionalmente assuntos de interesse comum. Em *Teoria do agir comunicativo* (1981), ele aprofunda a dimensão comunicativa da democracia, na qual a legitimidade das decisões políticas está relacionada à possibilidade de participação em processos argumentativos, nos quais os sujeitos possam apresentar razões, questionar posições e alcançar entendimentos intersubjetivos. Nesse sentido, a esfera pública assume uma função mediadora entre a sociedade civil e as instituições políticas, contribuindo para a formação democrática da



Arendt: política emerge quando indivíduos compartilham um mundo

vontade e da opinião pública (Habermas, 1984; 1987).

Outra perspectiva é apresentada pela filósofa alemã Hannah Arendt (1906-1975), para quem a esfera pública é o “mundo comum”, no qual os indivíduos aparecem uns diante dos outros por meio da ação e da palavra. Em *A condição humana* (1958), Arendt distingue *praxis* e *lexis*, ressaltando que a política constitui-se pela capacidade humana de agir e falar conjuntamente. A esfera pública é, portanto, o espaço da pluralidade, da manifestação da singularidade e da liberdade política. Para Arendt, a política emerge quando os indivíduos compartilham um mundo e participam de uma realidade comum, tornando a esfera pública inseparável da experiência da liberdade e da pluralidade humana (Arendt, 2010).

A perspectiva da filósofa estadunidense Nancy Fraser, (1947) em seu ensaio *Rethinking the public sphere* (1990), argumenta que a concepção de

uma esfera pública universal pode ocultar relações históricas de desigualdade relacionadas à classe, ao gênero e a outras formas de exclusão social. Em sociedades estruturalmente desiguais, determinados grupos não possuem as mesmas condições materiais e simbólicas de participação. Fraser propõe o conceito de “contrapúblicos subalternos”, compreendidos como espaços discursivos, nos quais grupos subordinados podem elaborar identidades, necessidades e interpretações próprias sobre a realidade social. A existência de múltiplos públicos ampliam as possibilidades de participação democrática (Fraser, 1990).

Chantal Mouffe (1943), cientista política belga, em seu livro *On the political* (2005), desloca a discussão para uma concepção agonística da política. Mouffe defende que o conflito constitui uma dimensão permanente e inerente à vida democrática. Para a autora, a política de-

mocrática deve transformar o antagonismo em agonismo, isto é, em uma disputa entre adversários que reconhecem mutuamente a legitimidade de suas posições e do próprio conflito político. Desse modo, o pluralismo democrático pressupõe a existência de diferentes projetos políticos capazes de disputar hegemonia no interior de instituições e princípios democráticos compartilhados (Mouffee, 2005).

A expansão da esfera pública digital transformou as formas de produção, circulação e disputa das opiniões, ampliando as possibilidades de participação social. Também apresenta desafios relacionados à desinformação, à fragmentação discursiva, à polarização e à concentração do poder comunicacional, revelando tensões entre consenso e conflito, inclusão e exclusão, participação e desigualdade, fundamentais para compreender as disputas pela definição dos interesses públicos.

Sinta-se convidado para a audição do 587º Domingo sinfônico, que ocorrerá neste dia 4, das 22h à meia-noite. Para quem está em João Pessoa (PB), a sintonia é pela FM 105,5 ou pelo aplicativo da Rádio Tabajara <https://radiotabajara.pb.gov.br/radio-ao-vivo/radio-fm>. Durante o programa, comentarei as contribuições do compositor e virtuoso pianista austríaco Johann Nepomuk Hummel (1778–1837), destacando como sua obra pode estimular o exercício da prudência na resolução dos conflitos sociais.

Kubitschek Pinheiro

Jornalista | kubipinheiro@yahoo.com.br

A casa de Francis

Eu sei por que tenho amor pelo Jardim das Acácias. Sim, foi lá que Zé Ramalho compôs a canção com o nome do bairro, mas isso já foi dito. O compositor era amigo do pintor Raul Córdula, pai da minha mulher, Francis — nesse tempo Raul era casado dona Heide Cabral Córdula. Eu sei desse amor no Jardim das Acácias.

Minha paixão por casas começou logo que cheguei a João Pessoa – minto: desde menino eu ficava impressionado com a casa de seu Joaquim Ribeiro e dona Maria, a única casa que era colonial e tinha um primeiro andar, lá no Sertão. Eu ia para a praça só para olhar aquela casa, que hoje não existe mais. Às vezes em que entrei nela, foi acompanhado de meu pai, que fazia serviços de eletricitista.

Uma casa, muitas, são da minha predileção, a do Jardim das Acácias é um filme, nunca um rio, e é sempre uma suprema alegria dizer: “Passa lá em casa, amor, vamos comer um risoto, um omelete”.

A nossa casa no Sertão ficava numa esquina, era um casarão amarelo, mas eu já falei isso e, como já acontecera antes, quando me dirijo a uma casa para filmar, tenho essa sensação de espelhos e cheiros, por parte de outro olhar, incluindo ali, janelas, dobradiças, portas e gelosias.

Na semana passada, voltamos à casa da Rua Dr. Milciades Leal, nº 61, no Jardim das Acácias, onde durante anos foi o lar de Francis, o que me faz sempre sentir a paz esticada, o amor por essa casa que conheço na palma da mão.

Azul e branca, a casa tem piso de madeira e uma escada que nos leva para os quartos. Quando fui a primeira vez, acho que foi numa quinta-feira e ficou o convite para que eu fosse almoçar lá todas as quintas-feiras. Eu saía de Tribunal de Justiça, ia e voltava a pé. Na travessia da Avenida Monsenhor Walfredo Leal, nunca se dizia “Tô cansado, calor da bexiga” e, nesse trajeto, eu já via os casarões de Tambiá e pensava que os jardins eram feitos de canções — e isso me fez, me faz um homem cordial, um homem de verdade.

No jardim da casa de Francis, tinha um pé de romã e ela sempre me dava uma, que eu levava comigo. A minha alegria ainda não tinha atravessado o mar, mas foi naquela casa, a liberdade de almoçar às quintas-feiras, a mesa pequena, redonda, onde ficávamos, eu, ela e sua mãe — feijão com farofa de cuscuz, galinha, salada e macarrão.

Ali o amor, um embrião, um propósito maior, elegendo a casa de Francis urgente, representada para as emoções futuras. Fico comovido, é claro, e espero o mesmo pela continuação, ao lado de quem me alimentava, quando não tinha outras opções de comida vendida a quilo no centro da cidade.

Na hora de arregaçar as mangas, eu me vi um homem feito, apaixonado, e me enfiei na vida dessa família que hoje é minha, e desse evolução, desse amor, engendramos o menino filho.

Agrada-me quando voltamos à casa azul e branca, seu sobrado, meu dobrado, que hoje é alugada, para outra família feliz no Jardim das Acácias.

Vidas, casas que ficam na memória, pai e mãe, mulher e marido, intimidades numa influência da galáxia, a lembrança daquele hino do rock canção do Renato Russo. Meu amor e as mãos pequenas alcançando além da fé, o dom da gastronomia, o ouvido, a atenção, porque amar é prestar atenção.

O tempo viria a ser preterido, na distância do Cabo Branco onde moramos, e o bairro de Tambiá onde está a primeira casa onde nossos olhos se cruzaram e, sem a menor ânsia de distinção, a sensação é a mesma, persistente.

Kapetadas

- 1 – O privilégio de olhar uma árvore, plantada por ela, balançar com o vento.
- 2 – O meu santo bate no seu.



“O amor por essa casa que conheço na palma da mão”

Colunista colaborador

Coisas de Cinema

Alex Santos

Cineasta e professor | alexjpb@yahoo.com.br

O cinema também na cultura popular

A cultura paraibana é um celeiro vasto para qualquer cronista. Seja ele nosso ou mesmo de outras regiões do país. Lendo um artigo do historiador José Octávio de Arruda Mello — a quem acompanho sempre pela imprensa e suas publicações —, sobre militância cultural em João Pessoa, nos meados de 1980 em diante, ele se disse “surpreendido” com um grupo de estudiosos do folclore paraibano, na época representado pelos professores José Nilton da Silva e Osvaldo Meira Trigueiro, ambos da UFPB.

Mesmo que o professor Zé Octávio não tenha me citado nominalmente como integrante do tal grupo, confesso, senti-me igualmente lisonjeado, indo buscar nas minhas memórias alguns trabalhos que realizei para o Núcleo de Pesquisa e Documentação da Cultura Popular (Nuppo). Realmente, foram alguns documentários filmicos e audiovisuais com a parceria do professor Zé Nilton da Silva, durante sua gestão à frente do núcleo, que funcionava em um prédio na Praça Rio Branco, em frente ao cinema Municipal, ainda nos tempos do professor Lynaldo Cavalcanti na UFPB. Reitorado que abriu as portas para a cultura de um modo geral, inclusive ao cinema do qual sempre fiz parte.

Outros nomes importantes ligados à universidade, como o da professora Dalvanira Gadelha, por longos anos à frente do Grupo de Xaxado da Paraíba, executiva Iracema Lucena, pesquisadora Débora Borba e do historiador José Augusto Moraes, foram também citados no artigo

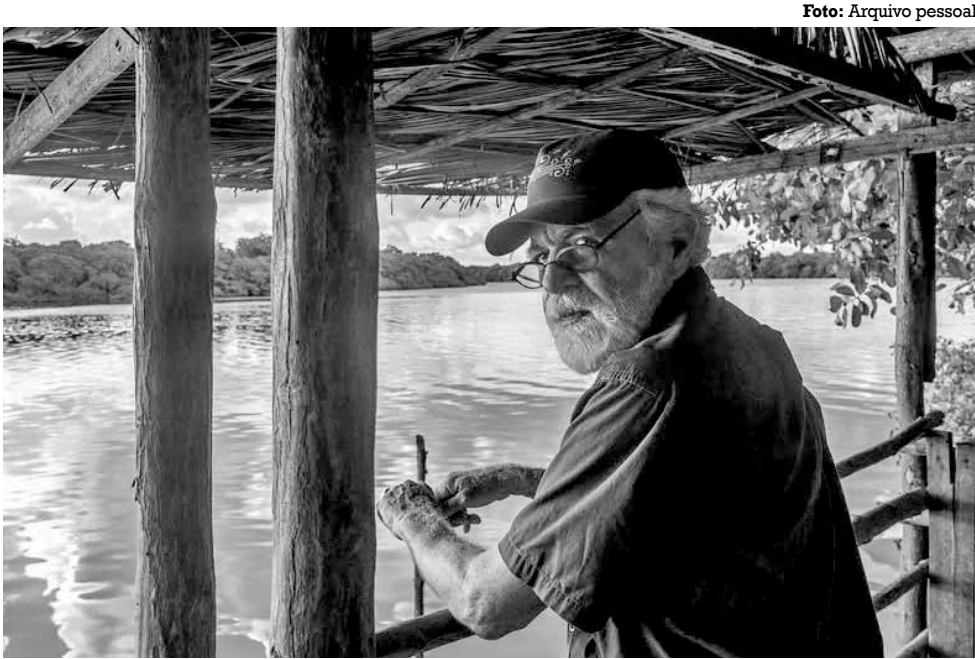


Foto: Arquivo pessoal

José Nilton da Silva, estudioso do folclore paraibano, em uma de suas gravações

do historiador Zé Octávio. Inclusive, desse período, fez referência ao bom trabalho sobre a cultura popular, que recebia “orientação do vice-reitor Iveraldo Lucena, no reitorado de Lynaldo Cavalcanti”.

Experiência marcante, inclusive para o meu trabalho, quando realizei, só nessa época, alguns documentários, que lembre: *Africanos*, sobre um bloco carnavalesco do bairro da Torre; *Lucena paradisíaca*, retratando o turismo e a pesca artesanal no Litoral Norte e praias de Lucena, entre outros. E o mais simbólico foi *O romance do dinossauro*, gravado na cidade de Souza, no Alto Sertão paraibano, numa parceria com o cineasta Pedro Jorge de Castro, da UnB. Obra que foi sele-

cionada ao festival de cinema nas Ilhas Canárias, na Espanha. E todos esses trabalhos que realizei tiveram a participação do professor José Nilton da Silva. Incluindo um mais recente, *A ninhada*, que se passa no Brejo paraibano, de um conto do professor já falecido Nivalson Miranda.

A importância do trabalho do professor Zé Nilton (também no nosso cinema), sua trajetória na cultura popular descrita pelo professor Zé Octávio, deixo com a história da Paraíba, dentre outras obras marcantes do nosso historiador, as impressões finais deste artigo de hoje. – *Mais Coisas de Cinema, acesse o nosso blog: www.alex santos.com.br*



APC: patrono homenageado pelo CMPC

Patrono da cadeira 5 da Academia Paraibana de Cinema (APC), o exibidor pioneiro do cinema paraibano, Severino Alexandre Santos, ainda este ano, deverá receber homenagem em sua cidade, do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Santa Rita. A informação partiu de um dos membros do próprio conselho.

Instalado em junho de 2026, por articulação do Ministério Público da Paraíba (MPPB), o conselho deve atuar na proteção e fiscalização dos bens históricos do município. A homenagem ao nosso patrono reveste-se de singular importância, conforme opinião da diretoria da APC.

CINEMA

Sesc exhibe documentário sobre Milton amanhã

Daniel Abath
abathjornalista@gmail.com

De Minas para o mundo, os mil tons geniais do cantor e compositor Milton Nascimento, vulgo Bituca, ganharam registro documental em 2025 com *Milton Bituca Nascimento* (110 minutos). Integrante da programação do Cinesesc, o longa dirigido por Flavia Moraes pode ser visto amanhã, às 17h, no Sesc Centro de João Pessoa. A entrada é gratuita mediante bilhete retirado pelo site do Symply (symply.com.br).

Histórico, o último *show* de Milton ocorreu no dia 13 de novembro de 2022, no estádio Mineirão de Belo Horizonte, no arremate da turnê *A última sessão de música*, que totalizou 35 apresentações por Brasil, Estados Unidos e alguns países da Europa. *Milton Bituca Nascimento* busca justo reter o impacto emocional da excursão derradeira em vídeo, ao mesmo tempo em que passeia por diferentes fases da vida do artista.

Em texto para o site Cinema com Crítica, o jornalista Alvaro Goulart atesta os elementos mineiros do documentário, em escolhas de montagem por imagens como rodas de trem e cavernas, símbolos para mudanças temporais e escavações da memó-



Foto: Divulgação/Gullane

Milton Bituca Nascimento parte da última turnê do artista para contar sua história

ria. “São momentos em que a montagem nos faz sentir até o cheiro do café, enquanto contemplamos o trem se deslocando pela paisagem. Existe poesia nisso, sem dúvida”, diz ele. “E esse elemento natural, a força de um trem que corta a vastidão da paisagem mineira, reverbera o sobrenatural que Milton carrega. O documentário tenta apontar para esse enigma, essa energia que emana de Milton Nascimento, essa ideia de que sua música é quase uma força da natureza”.

Além do próprio Milton Nascimento, diversos artistas nacionais — como Gilberto Gil, Caetano Veloso, Chico Buarque, Djavan, Criolo, Mano Brown, Djamilá Ribeiro, Lô Borges, Beto Guedes e

Maria Gadú, entre outros — e internacionais — Pat Metheny, Stanley Clarke, Herbie Hancock, Quincy Jones, Wayne Shorter e Spike Lee são alguns dos nomes — dão testemunho do caráter autodidata da formação musical do gênio mineiro, detentor que é do título de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Berkeley. E tudo isso alinhavado com a narração de Fernanda Montenegro.

O roteiro também olha para as origens de Milton, sua infância e o fato de ter sido filho adotivo, além de questões incontornáveis de sua trajetória, como o racismo, enquanto depõe, em paralelo, à relação simétrica que mantém com o filho adotivo. Aflorando sensi-

bilidade, o documentário encerra sua viagem com as imagens da apresentação final no Mineirão.

Na próxima terça-feira (6) o Sesc Centro de João Pessoa exhibe *Meu pé de laranja lima* (2012), às 9h e 14h. *Milton bituca Nascimento* chega ao Sesc Centro de Campina Grande na terça-feira (27), às 14h e 19h30.

ONDE:

■ **TEATRO DO SESC** (Sesc Centro de Cultura, Arte e Esporte, R. Desembargador Souto Maior, nº 281, Centro, João Pessoa).

Letra Lúdica

Hildeberto Barbosa Filho

Escritor e professor | hildebertopoesia@gmail.com

Bissextos, contumazes, intermediários

Em 1946, Manuel Bandeira publicou a *Antologia dos poetas brasileiros bissextos contemporâneos*. Lançou mão de uma tipologia criada por Vinicius de Moraes, em artigo escrito, em 1942, para a revista argentina *Sur*. A classificação não é, portanto, do poeta pernambucano, como muitos acreditam, e, sim, do autor do “Soneto da fidelidade”.

O termo “bissextos”, nas palavras do próprio Vinicius, transcritas no prefácio da primeira edição pelo organizador da antologia, constitui aqueles “poetas que nós, seus íntimos, chamamos originalmente de bissextos – poetas sem livros de versos – bissextos pela escassez de sua produção, cuja excelência sem embargo os coloca ao lado dos mais citados”.

Bandeira apostou na pertinência do epíteto e procurou reunir, na já referida antologia, obra da maior relevância para os estudos de literatura brasileira, alguns representantes dessa vertente singular. Entre outros e outras, compõem o curioso florilégio, Amando Fontes, Anibal Machado, Aurélio Buarque de Holanda, Di Cavalcanti, Euclides da Cunha, Pedro Nava, Rubem Braga, Sérgio Buarque de Holanda, Tristão de Alhayde, Francisco de Assis Barbosa, Rachel de Queiroz, só para citar gente mais conhecida.

Nesse mesmo prefácio, o autor de “Ritmo dissoluto”, chama a atenção para a qualidade estética dos poemas “A cachorra”, de Pedro Dantas, pseudônimo de Prudente de Moraes, neto, e “Ode pessimista”, de Rodrigo de Melo Franco de Andrade. De minha parte, destaco o poema “O defunto”, de Pedro Nava, “Viagem”, de Maria Clara Machado, e “Poemas”, de Maria Helena.

Também comparece, com alguns poemas, o romancista paraibano Emani Satyro, autor de *O quadro negro* e *Mariana*. Penso, meditando sobre certas figuras, a exemplo de Dante Milano, Joaquim Cardozo, Odilo Costa, filho, a quem poderia juntar o escritor patoense, ser necessário matizar mais a questão.

Não os classificaria de bissextos nem tampouco de contumazes, atributo que funciona como antônimo de bissextos, segundo Pedro Dantas, porém, de poetas intermediários. Poetas de poucos livros, de produção moderada, mas regular.

Bandeira ainda focaliza o problema da temática, para ele normalmente reduzida a dois motivos: “O de certa dor nos acidentes passionais, e o que Mário de Andrade chamou, com tanta felicidade, ‘tema da vida besta’”.

E tem razão o poeta. A comoção amorosa é tópica clássica, para o bissextos, também para o contumaz e o intermediário. Por outro lado, o “tema da vida besta”, que Carlos Drummond de Andrade emblematizou em poema antológico, integra a esfera afetiva da poesia lírica, naquilo que ela contém de circunstancial e de duradouro.

Que o leitor de poemas procure conferir. Bissextos, contumaz, intermediário, não importa. Importa, sim, o convívio íntimo e constante com os poemas e os poetas que amamos.

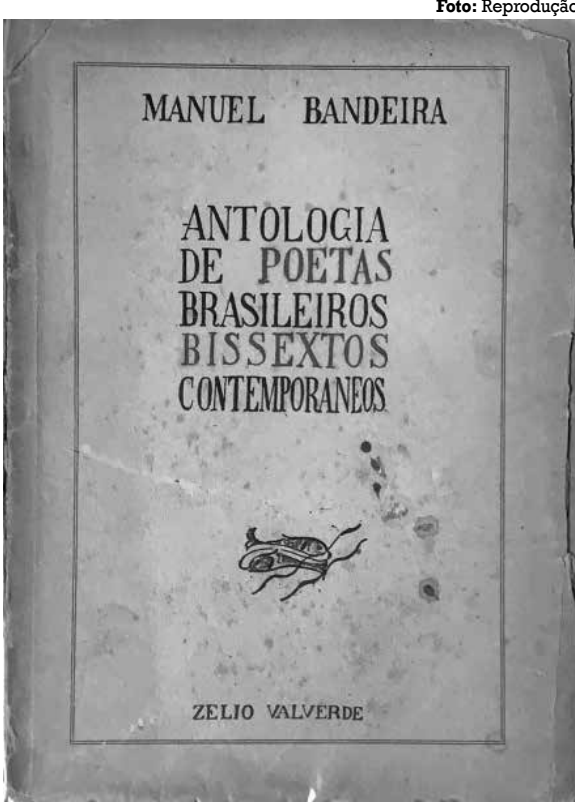


Foto: Reprodução

Capa da antologia organizada por Manuel Bandeira em 1942

Colunista colaborador

NA PARAÍBA

3,2 milhões de pessoas vão às urnas

Seis cargos estão em disputa neste primeiro turno; estado tem 10.845 seções, em 1.856 locais de votação

Eliz Santos
elizsantos17@gmail.com

Nos domingos de eleição, o dia começa cedo para seu Edinaldo Gomes. Aos 70 anos, ele conta que escolhe uma roupa especial para a ocasião, confere os documentos e prepara-se para ser um dos primeiros a chegar à seção eleitoral. O cuidado acompanha um compromisso que mantém há mais de cinco décadas: participar da escolha dos representantes do país.

A história de Edinaldo



Foto: Arquivo pessoal

Voto há mais de 50 anos e não perco um pleito. Para mim, a democracia é isso: cada um fazendo sua parte para decidir o futuro

Edinaldo Gomes



Foto: Carlos Rodrigo

Votação começa às 8h e vai até às 17h; recomenda-se que o eleitor use uma colinha na cabine

mistura-se à de 3.247.397 paraibanos aptos a votar hoje, nos 223 municípios do estado. Em todo o país, 158,7 milhões de eleitores poderão participar das Eleições 2026, que definirão a composição do Congresso Nacional e das assembleias legislativas, além dos próximos ocupantes dos governos estaduais e da Presidência da República.

A votação ocorre das 8h às 17h, pelo horário de Brasília. Quem estiver na fila no horário de encerramento terá o direito de votar assegurado. Antes de sair de casa, é importante conferir o endereço da seção: segundo o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB), 851 seções tiveram o local de votação alterado. A consulta pode ser feita pelo aplicativo e-Título ou pelo Autoatendimento Eleitoral, no

portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Sequência

Na cabine, o eleitor fará seis escolhas, nesta ordem: deputado federal, deputado estadual, senador (duas vagas), governador e presidente da República. Para o Senado, é necessário escolher dois candidatos diferentes. Se o mesmo número for repetido, o segundo voto para o cargo será anulado.

Para facilitar a votação, a Justiça Eleitoral recomenda levar os números anotados em papel, na chamada “colinha”, seguindo a sequência apresentada na urna. Isso porque o celular é proibido na cabine e deve ficar no local indicado pelos mesários.

Na Paraíba, 450 candidaturas foram registradas para o pleito. Estão em disputa o Governo do Estado (com seis

candidatos), duas vagas no Senado Federal (10 candidatos), 12 cadeiras na Câmara dos Deputados (190 candidatos) e 36 na Assembleia Legislativa da Paraíba (213 candidatos).

Os votos para governador e presidente também elegem os respectivos vices, enquanto a escolha de cada senador inclui seus suplentes. No caso dos cargos para o Executivo, se nenhum candidato obtiver maioria simples dos votos (ou seja, 50% dos votos mais um), será necessário disputar o segundo turno, no dia 25 deste mês, entre os dois postulantes mais bem votados.

Estrutura e segurança

Para receber os eleitores, a Justiça organizou 10.845 seções em 1.856 locais de votação no estado. A estrutura inclui 10.712 urnas destinadas

às seções e 1.132 equipamentos de contingência, reservados para substituições em caso de falha. A preparação das urnas começou bem antes do pleito, com a inserção dos dados de eleitores, candidatos e partidos, seguida de testes e lacração dos equipamentos.

A segurança mobiliza cerca de 6,2 mil policiais militares, responsáveis pela proteção das urnas, dos locais de votação e pela manutenção da ordem. Em Bayeux, Itabaiana e Piancó, o planejamento prevê reforço ostensivo do Batalhão de Choque, das Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (Rotam) e da Cavalaria.

Centros de Comando e Controle em João Pessoa, Campina Grande e Patos reúnem representantes das instituições envolvidas na operação e monitoram o pleito em tempo real. Em Patos, o sistema conta com 240 câmeras ativas.

Encontro de gerações

Entre os eleitores que participam desse movimento, está Edinaldo, que presenciou as mudanças na forma de votar e afirma nunca ter faltado a uma eleição. “Voto há mais de 50 anos e não perco um pleito. Acompanhei a mudança da cédula de papel para a urna eletrônica e faço questão de vir cedo, me arrumar e cumprir meu dever. Para mim, a democracia é isso: cada um fazendo sua parte para decidir o futuro”, destaca.

A experiência dele encontra a expectativa de quem chega à urna pela primeira vez. Aos 17 anos, o estudante João Pedro Trajano prepara-se para transformar suas



Foto: Arquivo pessoal

Estou ansioso e, ao mesmo tempo, sentindo uma responsabilidade enorme. Sei que meu voto tem significado e peso para o meu país

João Pedro Trajano

opiniões em voto. “Estou ansioso e, ao mesmo tempo, sentindo uma responsabilidade enorme. É a primeira vez que coloco em prática o que penso e acredito. Sei que meu voto não é só um dígito qualquer; ele tem significado e peso para o futuro do meu país”, relata.

Ao refletir sobre a participação de diferentes gerações, Pedro reconhece o valor da trajetória dos mais velhos e defende o envolvimento dos jovens. “O voto deles carrega uma experiência gigantesca, e o meu traz a esperança de mudança. Para o pessoal da minha idade, a mensagem é que não dá para deixar para depois: se votarmos agora, começamos a fazer a diferença desde já”, afirma.

Ferramentas ampliam inclusão no pleito

No Brasil, quase dois milhões de eleitores declararam-se com alguma deficiência. Para ampliar a autonomia durante a votação, as urnas dispõem de teclado em braille, orientação por áudio e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na tela. A interface também conta com fonte de maior legibilidade e barra de progresso para indicar as etapas do voto.

Pessoas com deficiência visual podem utilizar fones de ouvido para acompanhar as informações sobre o cargo, os números digitados e o nome do candidato escolhido. Além disso, é permitida a entrada com cão-guia, desde que haja identificação.

Na Paraíba, há 33.788 eleitores com deficiência aptos a votar nestas eleições. Desse total, 21.333 têm voto obrigatório e 12.455 têm voto facultativo. Segundo o TRE-PB, 5.079 seções são acessíveis. O programa Seu Voto Importa oferece transporte especial gratuito para eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida em 143 municípios, mediante solicitação prévia



Foto: Arquivo pessoal

Sarah defende engajamento da comunidade surda

à Justiça Eleitoral.

Os recursos disponíveis nas urnas, contudo, não eliminam todas as barreiras enfrentadas pelos eleitores. A instrutora de Libras Sarah Ribeiro, que é surda oralizada e utiliza tanto a fala quanto a língua de sinais no cotidiano, reconhece os avanços tecnológicos, mas aponta dificuldades no atendimento presencial.

“Na hora de votar, prefiro o intérprete de Libras na

tela, pois me passa mais segurança. Mas ainda enfrento dificuldades ao chegar ao local de votação para procurar a seção. Faltam mesários e apoiadores que saibam passar informações em Libras, mesmo que seja o básico. Já temos acessibilidade na urna, mas é preciso garantir essa mesma acessibilidade desde o momento em que chegamos à zona eleitoral”, aponta.

Para facilitar a comunicação com as equipes, Sarah

conta que leva caderno e caneta. Apesar dos obstáculos, incentiva a comunidade surda a participar da votação. “Não tenham medo. Já tivemos uma grande evolução no nosso direito à acessibilidade. Precisamos fazer nosso papel de cidadãos para que nossas mãos sejam ‘ouvidas’ por meio do voto”, afirma.

Uma iniciativa do TRE-PB, inclusive, tem buscado reduzir essas barreiras para pessoas surdas. Trata-se da Central de Atendimento em Libras, que funciona por meio do WhatsApp oficial do tribunal, pelo número (83) 3512-1500, com atendimento por chamada de vídeo para eleitores de todo o estado. O serviço poderá ser utilizado diretamente pelo cidadão ou por servidor da Justiça Eleitoral que esteja atendendo uma pessoa surda no local de votação e não tenha conhecimento da língua de sinais. Nesses casos, o intérprete de Libras ou o intérprete surdo fará a intermediação da comunicação, permitindo que a dúvida ou necessidade seja compreendida e respondida.

Processo conta com mais de 42 mil colaboradores

O atendimento aos eleitores e a condução dos trabalhos nas seções mobilizam 42.222 paraibanos, entre mesários e colaboradores convocados pela Justiça Eleitoral. Cabe às equipes conferir a documentação, orientar a votação e realizar os procedimentos de encerramento, incluindo a emissão do Boletim de Urna (BU).

A organização também conta com profissionais em funções de apoio, como a servidora pública Jucyara Gomes, que participa pela primeira vez como auxiliar de divulgação. “Sempre exerci meu papel de eleitora, mas participar ativamente da organização traz um sentimento enorme de orgulho e responsabilidade. Há aquela ansiedade natural do inédito, mas predomina a vontade de contribuir para que o direito de voto de cada cidadão seja exercido com tranquilidade e transparência”, pontua.

Na expectativa para o trabalho deste domingo, Jucyara destaca a importância de

acolher pessoas de diferentes idades e necessidades. “Vamos receber desde idosos e votantes de primeira viagem até pessoas com necessidades específicas, e cada uma merece um atendimento atencioso. É uma oportunidade única de ver a democracia acontecendo bem diante dos nossos olhos”, ressalta.

Apuração

Após o atendimento do último eleitor e o encerramento da votação em cada seção, a urna emite o Boletim de Urna, documento que registra os votos recebidos naquele equipamento. Os dados são encaminhados para transmissão e totalização pela Justiça Eleitoral.

A velocidade da divulgação dos resultados pode variar de acordo com o fluxo de transmissão e totalização das urnas. De acordo com o TRE-PB, a expectativa é que a apuração e a definição dos eleitos no estado avancem de forma célere ao longo da noite.

MULHERES COM DEFICIÊNCIA

38% já sofreram violência doméstica

Número corresponde a um contingente de 4,4 milhões de brasileiras; especialistas defendem mais políticas públicas

Agência Senado

Mais de 4,4 milhões de brasileiras com deficiência já sofreram violência doméstica ou familiar praticada por um homem. O número corresponde a 38% das mulheres com deficiência no país, percentual superior aos 25% registrados entre aquelas sem deficiência. Os dados são fruto de uma pesquisa inédita do DataSenado e do Observatório da Mulher contra a Violência (OMV).

Para especialistas que participaram do lançamento da pesquisa, na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado, os resultados devem ser utilizados pelos órgãos e gestores responsáveis pelas políticas públicas para subsidiar ações que considerem as necessidades específicas dessas mulheres. Entre as medidas citadas, estão o uso de tecnologias assistivas, a oferta de informações em formatos acessíveis e a capacitação de profissionais para eliminar barreiras físicas, comunicacionais, institucionais e atitudinais no acesso à rede de proteção.

Segundo os dados do estudo, 83% das mulheres com

deficiência que reconheceram ter sofrido violência — cerca de 3,75 milhões — não buscaram ajuda nas redes de suporte familiar, comunitária ou oficial. A pesquisa mostra, ainda, que as agressões começam cedo. Entre as mulheres com deficiência que já sofreram violência doméstica ou familiar, 36% tinham até 19 anos quando foram agredidas pela primeira vez e 24% tinham de 20 a 29 anos. Isso significa que seis a cada 10 sofreram a primeira agressão antes dos 30 anos.

Reconhecimento

Assistente social do Observatório da Mulher contra a Violência, Talita Santos de Oliveira afirmou que situações de violência podem ser naturalizadas no cotidiano das mulheres com deficiência e se misturar a práticas capacitistas. Segundo ela, determinadas violações acabam não sendo identificadas pelas próprias vítimas como violência.

O levantamento mostra que, entre as mulheres com deficiência que inicialmente afirmaram não ter sofrido violência, 34% relataram ao menos uma situação compa-



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Mais de um terço das mulheres que passaram por episódios violentos foram agredidas pela primeira vez antes dos 19 anos

tível com violência doméstica, familiar ou digital nos 12 meses anteriores à entrevista. Apenas 7% reconheceram inicialmente essas experiências como violência.

“Essa violência, muitas vezes, nem é percebida. Quando a gente questiona essas mulheres em relação aos últimos 12 meses, 7% delas reconheceram que vivenciaram situações de violência. Porém, quando confrontadas com alguma situação de violência que a gente menciona, aí elas reconheciam que tinham vivido”, explicou Talita.

A assistente social também destacou os percentuais mais altos de violência patrimonial e sexual entre mulheres com deficiência. A violência patrimonial foi relatada por 46% das mulheres com deficiência que já sofreram violência, ante 39% entre aquelas sem deficiência. Na

violência sexual, a diferença foi de 39% contra 28%.

Segundo Talita, essas formas de violência podem estar relacionadas à dependência de outras pessoas para atividades de cuidado e assistência, o que pode dificultar a identificação dos limites entre auxílio e controle. De acordo com o estudo, 65% dos agressores são maridos ou companheiros das vítimas. “Às vezes, existe ali um limite que não fica muito claro do que é uma prática de cuidado e um mecanismo de controle”, apontou.

Acesso

A dificuldade de identificar a violência soma-se às barreiras para conhecer e acessar os mecanismos de proteção. Entre as mulheres com deficiência, 18% afirmaram não saber nada sobre a Lei Maria da Penha, o dobro dos 9% re-

gistrados entre as mulheres sem deficiência. Em relação às medidas protetivas, 23% disseram não ter nenhum conhecimento, contra 15% entre as demais mulheres.

Para as especialistas, os números indicam a existência de barreiras que dificultam o acesso dessas mulheres à rede de proteção. Elas defenderam que informações sobre direitos, canais de denúncia e serviços públicos sejam oferecidos em formatos acessíveis às diferentes deficiências. “Isso impacta em como essas mulheres vão chegar até os mecanismos de proteção em busca de ajuda. Esse conhecimento, muitas vezes, pode não estar acessível no formato adequado para que elas tenham conhecimento”, afirmou Talita.

Entre as mulheres com deficiência que sofreram alguma agressão nos 12 meses

anteriores à pesquisa e buscaram ajuda, os espaços próximos ou de confiança tiveram papel relevante. A igreja foi procurada por 60%, enquanto 46% recorreram a amigos e 46% à família. Serviços de apoio psicológico foram procurados por 44%. Entre os canais oficiais, 40% recorreram a delegacias comuns; 31%, a delegacias da mulher; 26%, ao Ligue 190; e 16%, ao Ligue 180.

■ Segundo a pesquisa, é comum que situações de violência confundam-se com práticas capacitistas, o que dificulta a identificação

Dependência econômica amplia risco de exposição

A pesquisa estima em aproximadamente 11,7 milhões o número de mulheres com deficiência no país. Entre elas, 60% têm 50 anos ou mais, 55% são pretas, pardas ou indígenas, 61% não possuem o Ensino Médio completo, 78% vivem em famílias com renda de até dois salários mínimos e 48% não conseguem se sustentar com o próprio dinheiro.

O relatório aponta que menor escolaridade, menor inserção no mercado de trabalho, maior dependência econômica e menor capacidade de prover o próprio sustento somam-se às barreiras impostas pelo contexto social que podem limitar a autonomia e participação social das mulheres com deficiência. Isso dificulta seu acesso a recursos de proteção e amplia o risco de exposição à violência doméstica e familiar.

Institucional

Além das dificuldades de acessibilidade física e de comunicação, as participantes apontaram a violência institucional como obstáculo à proteção das vítimas. A presidente da Associação de Assistência às Mulheres, Crianças, Adolescentes e Vítimas de Violência Recomeçar, Rosana de Sant’Ana Pierucetti, relatou casos em que mulheres com deficiência foram revitimizadas durante o atendimento em órgãos de segurança pública.

Ela contou ter acompanhado uma vítima a uma delegacia onde, segundo seu relato, uma escrivã questionou o fato de a mulher não trabalhar e receber benefício assistencial. “A escrivã vira para ela e diz: ‘Sabe por que você não trabalha? Porque vocês fi-

cam vivendo de Bolsa Família’. E aí você tem que intervir como técnica no atendimento e falar [para a mulher] que ela tem direito a esse benefício, sim. E você tem que fazer esse embate com a pessoa que está fazendo esse atendimento. Como é que fica uma mulher com deficiência sem uma técnica, uma advogada ali, do lado, sofrendo mais uma violência?”, questionou.

A cofundadora e vice-presidente do Instituto Maria da Penha (IMP), Regina Célia Almeida Silva Barbosa, também defendeu a capacitação permanente dos profissionais responsáveis pelo atendimento. Ela chamou atenção especialmente para as barreiras enfrentadas por mulheres com deficiência auditiva. “Essas mulheres estão sofrendo uma violência institucional, ou por ignorância, ou por negligência, ou por falta de sensibilidade à sua condição de deficiência. Faço destaque às mulheres com deficiência auditiva: é necessário qualificar servidores e agentes na língua de sinais”, defendeu.

“

Faço destaque às mulheres com deficiência auditiva: é necessário qualificar servidores na língua de sinais

Regina Célia Barbosa

Dados trazem maior visibilidade ao cenário

Para a presidente da Frente Nacional das Mulheres com Deficiência, Rosana Lago, a ausência histórica de dados específicos contribui para a invisibilidade dessa população nas políticas públicas. Ela destacou o caráter inédito do recorte adotado pelo DataSenado e questionou como as informações serão utilizadas pelo poder público.

“Eu entendo que aquilo que o Estado não consegue identificar possivelmente vai encontrar dificuldades para enfrentar. A produção de dados não é somente uma questão metodológica, é uma questão política. Agora que estamos diante dos dados, vamos nos perguntar: o que será feito com eles? O Estado vai dar essa resposta?”, interrogou.

A coordenadora de Políticas Públicas pelo Fim da Violência contra as Mulheres do Instituto Natura, Ivanda Sobrinha, afirmou que os resultados apontam para a necessidade de soluções integradas e direcionadas às mulheres com deficiência. Para ela, informações específicas sobre esse público também podem ampliar a conscientização da

Estudo

Foram ouvidas 21.641 mulheres de todos os estados do país, de 16 de maio a 8 de julho de 2025; desse total, 2.828 declararam-se como pessoas com deficiência

sociedade. “Os dados são ferramentas vivas, instrumentos de diagnóstico e transformação. A informação de qualidade é o primeiro passo para derrubar a invisibilidade e construir mudança”, pontuou.

A presidente do Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, Ariani Queiroz de Sá, defendeu, entre as medidas para ampliar a produção de informações, o registro obrigatório da deficiência nos boletins

de ocorrência. Segundo ela, a identificação permitiria dimensionar melhor a violência e orientar a destinação de recursos públicos. “Somente assim nós teremos dados, estatística e um orçamento direcionado para essa política, que é tão necessária”, frisou.

União

Representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Priscilla Nogueira Araújo Selares afirmou que a pasta tem atuado em conjunto com outros ministérios e órgãos do governo para qualificar o atendimento às mulheres com deficiência em situação de violência. Segundo ela, os novos dados poderão subsidiar iniciativas que já estão em discussão.

Já no Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Secretaria Nacional de Segurança Pública desenvolve ações por meio do projeto Susp Mulheres. A iniciativa prevê a integração das instituições de segurança pública com a rede de atendimento à mulher, além da capacitação e valorização de profissionais e da padronização e qualificação do atendimento.

Entre os maiores desafios da área da segurança pública, apontados pela representante do ministério, Julia Mitiko Sakamoto, estão o reconhecimento das formas de violência, a superação das barreiras de acesso à proteção, o atendimento qualificado e a atualização das diretrizes a partir dos dados recentes.

Pesquisa

O levantamento faz parte da 11ª edição da *Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher* e é o primeiro da série histórica, iniciada em 2005, a destacar especificamente a realidade das mulheres com deficiência. Nesta edição, foi incorporada a autoidentificação da deficiência, o que permitiu comparar experiências de violência e acesso aos mecanismos de proteção.

A pesquisa ouviu 21.641 mulheres de todas as unidades da Federação, de 16 de maio a 8 de julho de 2025, por meio de entrevistas telefônicas. Desse total, 2.828 declararam-se mulheres com deficiência. A amostragem é probabilística e tem nível de confiança de 95%.

ORIGEM

Saiba como surgiram as *bets* no país

Sob Temer, e com muito lobby estrangeiro e “jabutis”, jogos de apostas digitais entraram no Brasil por MP

Lucas Pordeus León
Agência Brasil

O *lobby* de empresas estrangeiras, articulado com legisladores e agentes do Estado brasileiro que buscavam mais arrecadação, possibilitou a legalização das apostas esportivas *online* no Brasil, as chamadas “*bets*”, em dezembro de 2018. A avaliação é do pesquisador Francisco Cláudio Freitas Silva, doutor pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

Autor da tese *Categorização regulatória de produtos estigmatizados: o caso das apostas esportivas on-line de cota fixa e cassinos on-line no Brasil*, Silva investigou o caminho percorrido para a legalização das *bets* em meio ao estigma dos jogos de azar no país.

A tese resulta de pesquisa ampla, com entrevistas a 14 representantes da indústria de apostas, do Legislativo e do Executivo, que tiveram as identidades preservadas. O estudo foi aprovado em março de 2025, no Programa de Pós-Graduação em Administração da PUC Minas.

Francisco relembrou que projetos para legalizar as *bets* foram barrados no Congresso em 2014, em 2016 e no início de 2018. “Na medida em que os projetos destacam o tema das apostas esportivas, cassinos, *bets* e jogo do bicho, que carrega o estigma dos jogos de azar no Brasil, era ativada uma organização muito forte de bancadas religiosas e de esquerda para que, todas unidas, impedissem a aprovação”, disse.

A legalização das *bets*, chamadas de “apostas de cota fixa”, foi aprovada no Legislativo em duas ocasiões: em 2015, sendo vetada pela então presidenta Dilma Rousseff, e em dezembro de 2018, quando foi sancionada pelo então presidente Michel Temer.

Nos dois casos, o tema foi incluído no meio de medidas provisórias, mecanismo conhecido no Parlamento como “jabuti”. O termo é usado para textos incluídos em projetos sem relação direta com o tema original da proposta, ou seja, “pegando carona” em matérias com maior chance de aprovação.

“Nesses casos, isso passou sem maiores discussões. Os debates eram, basicamente, sobre as receitas, sobre para onde esse dinheiro iria. Não era mais tratado como jogo de azar”, explicou o pesquisador.

Lobby estrangeiro

A tese da PUC Minas aponta que as apostas esportivas *on-line* começaram a ser feitas no Brasil em meados de 2010, por *sites* de empresas sediadas no exterior. Brasileiros que acompanhavam o futebol europeu já eram expostos a comeriaais de *bets*.

“Mesmo não tendo a propaganda aqui no Brasil, você tinha a camisa do Real Madrid [time da Espanha], a



Foto: Antônio Cruz/Agência Brasil

Jogos on-line foram legalizados em 2018, depois de três tentativas frustradas; há uma semana, foram proibidos pelo governo



Foto: Jefferson Ruy/Agência Senado

As apostas estavam sendo feitas no exterior, sem nenhuma arrecadação de tributos para a Receita Federal

Flexa Ribeiro

camisa do Milan [time da Itália]. Jogadores como Cristiano Ronaldo e Kaká já usavam essas marcas”, comentou o pesquisador.

O principal evento anual das empresas de apostas e jogos de azar, o ICE Totally Gaming, e encontros nacionais, como o Brazilian Gaming Congress, ajudaram a aproximar *lobbies* empresariais estrangeiros de atores brasileiros.

“As edições desses eventos na Europa contavam com painéis só sobre o Brasil, reunindo políticos e servidores públicos brasileiros. Havia um movimento de aproximação muito forte da indústria com os legisladores e reguladores brasileiros”, destacou o doutor pela PUC Minas.

Ainda segundo Francisco, essas empresas globalizadas “já atuavam em outros países, com uma organização muito forte e poder aquisitivo alto”.

Tentativas

Após quatro anos operando por *sites* sediados no exterior, as empresas de apostas tiveram a primeira oportunidade de buscar a legaliza-

ção por meio do Projeto de Lei (PL) nº 186/2014, do senador Ciro Nogueira (PP), que contou com apoio de parlamentares experientes, como Edison Lobão (MDB-MA) e Benedito de Lira (PP-AL), pai de Arthur Lira (PP-AL), ex-presidente da Câmara.

“A proposta enfrentou resistência de grupos influentes, como o Ministério Público, a bancada evangélica e o Movimento Brasil sem Azar. Esses setores mobilizaram esforços para bloquear a legalização”, escreveu Francisco Silva.

Uma nova tentativa ocorreu em março de 2015, durante a tramitação da Medida Provisória nº 671, por emenda do então deputado Otávio Leite (PSDB-RJ). A chamada “MP do Futebol” foi editada pela então presidente Dilma Rousseff para reestruturar dívidas dos clubes.

O dispositivo que criava as *bets* acabou vetado por Dilma, que alegou riscos da implementação sem arcabouço regulatório rigoroso para prevenir fraudes, evitar evasão de divisas e mitigar impactos sociais negativos.

Em 2016, a Câmara voltou a tratar de um projeto para legalizar jogos de azar. Resgatou, então, o PL nº 441/1991, conhecido como “Marco Legal dos Jogos de Azar”. Novamente, o projeto não avançou, apesar da aprovação do relatório do então deputado Guilherme Mussi (PP-SP) em comissão especial, em agosto de 2016.

“Embora o substitutivo estivesse pronto para votação, a falta de consenso entre os parlamentares levou o então presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), a não pautar a proposta durante seus quatro anos de gestão”, escreveu Francisco.

Apesar das derrotas, os eventos do setor continuavam mobilizando apoios. O autor da tese sobre o tema destacou o evento global ICE de 2017. “Havia não apenas a presença maciça de executivos e empresários brasileiros, mas também a participa-

ção efetiva de representantes do Governo Federal [já sob o comando de Michel Temer]”, disse Francisco Silva.

Legalização

Em agosto de 2018, após promover a intervenção na segurança do Rio de Janeiro, Michel Temer, buscando recursos para financiar a segurança pública, editou a MP nº 846, que redirecionava verbas das loterias esportivas para o Fundo Nacional de Segurança Pública.

Novamente, o então deputado Otávio Leite apresentou emenda para criar as apostas de cota fixa, que deram origem às *bets*. À Agência Brasil, o ex-parlamentar explicou que o objetivo era legalizar uma atividade já consolidada.

“Minha sugestão era que o Estado brasileiro, diante de um contexto inevitável de apostas *on-line*, precisava tomar alguma atitude para impedir ou diminuir, pelo menos, essa evasão de divisas. Havia estudos apontando que mais de R\$ 1 bilhão já eram gastos em apostas”, disse.

Olhando para trás, Leite lamenta que as *bets* tenham permanecido quase cinco



Foto: Gilmar Félix/Câmara dos Deputados

Minha sugestão era que o Estado brasileiro precisava tomar alguma atitude para impedir ou diminuir a evasão de divisas

Otávio Leite

anos sem regulamentação, além de criticar a regulação posterior, que considera permissiva com o jogo.

“Essa demora foi muito prejudicial, porque o Estado deixou de arrecadar e, ao mesmo tempo, permitiu a proliferação de *bets* em todo o tecido social, sem qualquer restrição. As publicidades tomaram conta do cenário esportivo. As *bets* ganharam um corpo muito além do que deveriam”, avaliou.

Relator da MP

A emenda de Leite foi acolhida pelo relator da MP, o então senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Ele argumentou que a medida fortaleceria o financiamento da segurança e atendeu à defesa da legalização feita pelo Ministério da Fazenda.

“As apostas estavam sendo feitas no exterior, sem nenhuma arrecadação de tributos para a Receita Federal. Tivemos várias reuniões na Fazenda e, nessas reuniões, definiram que era interessante fazer a legalização”, contou.

O ex-senador lamentou a expansão dos jogos para os cassinos *on-line*, entre eles o do Tigrinho, que não estava previsto no relatório da MP.

Pouca resistência

Acolhido por unanimidade na comissão mista, o relatório de Flexa foi aprovado pelo plenário da Câmara em 20 de novembro de 2018, por votação simbólica. O único partido que orientou voto contrário foi o PSC, legenda incorporada ao Podemos em 2023.

Líder do PSC à época, o deputado Gilberto Nascimento (SP) criticou a criação da nova modalidade de apostas. “Nós estamos criando a cultura do jogo para os mais jovens. Isso é muito ruim para o país. As nossas crianças precisam de educação e de cultura, mas nós criamos a cultura de um novo jogo de azar”, lamentou.

Apoio da oposição

A oposição a Temer votou a favor, pois entendeu que a MP nº 846 representava um



Foto: Divulgação/PUC Minas

Havia um movimento de aproximação muito forte da indústria com os legisladores e reguladores brasileiros

Francisco Freitas Silva

avanço em relação à MP nº 841, que retirava recursos das loterias destinados ao esporte e à cultura.

“O governo, que criou a confusão com o setor da cultura e do esporte, editando a MP 841, recuou depois da pressão de artistas, esportistas e gerentes do esporte e deu uma melhorada, com a MP 846”, disse o então deputado Vicente Candido (PT-SP).

Um dia depois da aprovação na Câmara, a MP passou no Senado sem debate, em votação simbólica. Em 12 de dezembro de 2018, a proposta foi sancionada pelo presidente Michel Temer.

Quatro anos

A Lei nº 13.756/2018 determinava que o Governo Federal tinha dois anos para regulamentar as apostas esportivas *on-line*, mas Jair Bolsonaro não regulou o tema. Segundo Francisco Silva, a proximidade com a bancada evangélica fez o governo evitar o assunto, apesar da posição favorável à regulamentação dentro do Ministério da Economia, liderado pelo ministro Paulo Guedes.

“Bolsonaro adiou a tarefa por quatro anos, criando um limbo legal que permitiu a proliferação de empresas do setor, sem fiscalização”, escreveu o pesquisador.

Regulação e proibição

Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, as *bets* foram reguladas sob o argumento de ampliar a arrecadação tributária e impor alguma disciplina ao mercado. “Tínhamos duas opções: ou acabávamos definitivamente com ela ou regulávamos. Optamos pela regulação. Vamos ver se a regulação dá conta, mas, se não der, eu acabo com elas”, disse Lula à Rádio Metrópole, de Salvador, em 2024.

Oito anos após a legalização, o presidente Lula proibiu as *bets*, no último dia 25 de setembro, com a justificativa de prejuízo ao país e a milhares de famílias. “O governo não está preocupado em perder imposto. O que a gente não pode perder é a vida dos pobres para o jogo”, declarou.

NORDESTE

Certames têm mais de 1,1 mil vagas

Editais de Campina Grande, Jucurutu e Caruaru oferecem oportunidades para diferentes áreas e níveis de formação

Priscila Perez
priscilaperezcomunicacao@gmail.com

Outubro chega com um compromisso marcado nas urnas. Mas, depois de votar, quem sonha com novas perspectivas profissionais no serviço público precisa ficar atento ao calendário. Em Campina Grande, dois concursos da prefeitura, com mais de 960 vagas em disputa, entram na reta final das inscrições. Já para os concurseiros que estão dispostos a ampliar o horizonte, as prefeituras de Jucurutu, no Rio Grande do Norte, e de Caruaru, em Pernambuco, somam mais de 160 oportunidades. Ao todo, são mais de 1,1 mil vagas reunidas, nos três municípios.

Na Rainha da Borborema, os concurseiros encontram a maior parte das oportunidades desta semana. Juntos, os dois concursos da Prefeitura de Campina Grande oferecem 965 vagas. O maior deles reúne 925 postos para profissionais de níveis médio, técnico e superior, distribuídos entre as secretarias municipais de Administração, Educação, Finanças, Obras e Saúde — só na área de educação, são mais de 540 vagas abertas, com destaque para professores dos ensinos Fundamental e Infantil, além de oportunidades para cargos diversos, como agente administrativo, assistente social, psicólogo, enfermeiro, engenheiro e músico, entre outros. A jornada de trabalho varia de 24 a 40 horas semanais, a depender da função escolhida. Já em relação à remuneração, os salários partem de R\$ 1,6 mil e chegam a R\$ 8,8 mil. Para participar, o candidato deve realizar a inscrição pelo *site* do Instituto de Desenvolvimento Educacional, Cultural e Assistencial Nacional (Idecan), até a próxima



Caruaru busca grupo específico de profissionais para 20 vagas, todas de nível superior



Os dois concursos oferecidos pela Prefeitura de Campina Grande oferecem 965 vagas

terça-feira (6), e efetuar o pagamento da taxa necessária — que custa R\$ 110 para cargos de nível médio e R\$ 150 para os de nível superior. Quanto à avaliação, dependendo do cargo, a seleção poderá contar com etapas específicas, como análise de títulos e prova prática, além da tradicional prova objetiva, prevista para os dias 9 e 10 de janeiro de 2027. Mas esse não é o único caminho possível para o serviço público campinense. Em um edital separado, a prefeitura busca preencher outras 40 vagas, destinadas ao cargo de agente de trânsito. Nesse caso, podem concorrer graduados em qualquer área, desde que atendam aos

requisitos exigidos para a função — entre eles, possuir habilitação nas categorias A e B. O vencimento inicial é de R\$ 3,1 mil, acrescido de 30% de adicional de periculosidade, por 30 horas semanais. As inscrições também terminam na próxima terça-feira (6) e custam R\$ 150. Embora a prova objetiva, prevista para 10 de janeiro, seja a principal forma de seleção, os candidatos ainda passarão por teste de aptidão física, avaliação psicológica e de saúde, investigação social e funcional e, por último, curso de formação. Vale destacar que todas as etapas dos concursos municipais ocorrerão em Campina Grande.

Jucurutu
Para quem está aberto a mudanças, a Prefeitura de Jucurutu, no Seridó potiguar, tem 144 vagas abertas em seu mais novo concurso, distribuídas entre 39 cargos. Há oportunidades para professores de diferentes disciplinas, assistente social, enfermeiro, farmacêutico, fisioterapeuta, psicólogo, médico-veterinário e nutricionista, além de guarda-civil, agente municipal de trânsito, agente comunitário de saúde e técnicos. De acordo com o edital, as jornadas de trabalho variam de 30 a 40 horas semanais, enquanto as remunerações vão de R\$ 1,7 mil a R\$ 4,8 mil. As inscrições seguem

abertas até o dia 27 de outubro, pelo sistema do Instituto Igeduc, e custam R\$ 125, para cargos de níveis médio e técnico, R\$ 140, para nível superior e magistério, e, por fim, R\$ 150, para agente comunitário, agente de trânsito e guarda-civil. Todos os candidatos farão uma prova objetiva, marcada para 6 de dezembro. Também estão previstas etapas adicionais para alguns cargos, como avaliação de títulos, para os de nível superior. Já os candidatos a guarda municipal e agente de trânsito passarão, ainda, por teste de aptidão física, avaliação psicológica, exames de saúde, investigação social e curso de formação.

Caruaru
Em Pernambuco, por sua vez, o concurso da Prefeitura de Caruaru mira um grupo mais específico de profissionais. São 20 vagas, todas de nível superior, destinadas à área fiscal do município. Metade delas é para auditor

fiscal municipal, cargo que aceita graduação em qualquer área. As outras 10 estão divididas entre analistas fiscais nas especialidades de Tecnologia da Informação, Engenharia Civil, Contabilidade e Direito. Com jornada de 40 horas semanais, o cargo de auditor fiscal receberá R\$ 6 mil por mês, além das gratificações previstas. Já para analista fiscal, o salário oferecido é de R\$ 2,5 mil, podendo chegar a R\$ 3,7 mil, com a chamada “gratificação de produtividade”. Os interessados têm até a próxima quinta-feira (8) para confirmar a inscrição, no *site* do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam). A taxa cobrada é de R\$ 97. A seleção será formada por provas objetiva e dissertativa, ambas previstas para 29 de novembro, além de análise de títulos. O resultado definitivo deverá ser divulgado em fevereiro do próximo ano.



Por meio do *QR Code*, acesse o edital da Prefeitura de Caruaru



Por meio do *QR Code*, acesse o edital da Prefeitura de Jucurutu



Por meio do *QR Code*, acesse o edital para agente de trânsito de CG



Por meio do *QR Code*, acesse o edital geral da Prefeitura de CG

Controle ambiental transforma impacto em prevenção

Quem pensa em trabalhar com meio ambiente, costuma imaginar uma rotina cercada por árvores e rios. Mas o técnico em controle ambiental também está dentro de fábricas, empresas e órgãos públicos, acompanhando de perto o que é deixado pelo caminho — desde resíduos sólidos até gases lançados na atmosfera. Tudo isso precisa ser medido, registrado e controlado. Por enxergar uma possibilidade profissional nessa área, Fabrício de Souza Silva escolheu, ainda no fim do Ensino Médio, o curso Técnico em Meio Ambiente, do Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Hoje, ele resume a profissão a partir da ideia de que é preciso prevenir, controlar e reduzir os impactos provocados pela atividade humana.

lho ambiental não acontece somente em atividades ligadas à natureza, a exemplo de uma unidade de preservação. Se toda atividade humana produz algum tipo de impacto, é preciso estar presente, também, nas organizações envolvidas — desde uma pequena fábrica até uma grande indústria. É nesse contexto que entra em cena o técnico em controle ambiental, profissional capaz de identificar riscos e lidar com as consequências. “O profissional atua na prevenção, no controle e na gestão de impactos ambientais, executando planos voltados para a sustentabilidade e a conservação dos recursos naturais”, explica Fabrício. Segundo ele, a própria legislação exige que empresas públicas e privadas adotem planos dessa natureza, como forma de responsabilizá-las por suas atividades. Portanto, o técnico precisa verificar se os limites previstos em lei estão sendo respeitados e se há necessidade de corrigir alguma etapa do



Fabrício diz que as vagas de técnico são poucas e concorridas; concurso de CG oferece duas

processo. Isso significa que as empresas têm a obrigação de saber, entre outras coisas, quanto resíduo foi produzi-

do e o que está sendo descartado. “A legislação e o controle exigem acompanhamento constante de coleta de dados

ambientais”, destaca Fabrício, ao lembrar que o trabalho inclui, ainda, acompanhamento de indicadores, preen-

chimento de planilhas e produção de relatórios. **Mercado concorrido**
Apesar de ser uma área crucial à sustentabilidade do planeta, ao possibilitar o uso responsável dos recursos naturais, a realidade desse profissional é bem menos sofisticada. Normalmente, as vagas são poucas e bastante concorridas, dentro de um campo de estudo que não para de mudar. “Cada vez mais, esse profissional tem que estar capacitado com as novas legislações e tecnologias, em especial a inteligência artificial e o georreferenciamento”, orienta. Para quem pretende ingressar no serviço público por esse caminho, o concurso da Prefeitura de Campina Grande oferece duas vagas para técnico de educação e controle ambiental. O cargo exige formação técnica na área, seja em Meio Ambiente, em Controle Ambiental ou em Gestão Ambiental. O salário inicial é de R\$ 1,6 mil por 40 horas semanais.

Selic Fixado em 16 de setembro de 2026 13,75%	Salário mínimo R\$ 1.621	Dólar \$ Comercial -0,08% R\$ 5,216	Euro € Comercial +0,06% R\$ 5,872	Libra £ Esterlina +0,1% R\$ 6,898	Inflação IPCA do IBGE (em %) Agosto/2026 -0,32 Julho/2026 0,07 Junho/2026 0,16 Maio/2026 0,58 Abril/2026 0,67	Ibovespa 192.114,55 pt +2,63%
---	---	--	--	--	--	--

ORÇAMENTO DOMÉSTICO

Reserva financeira exige mais que fórmula pronta

Especialistas orientam a priorizar a organização das despesas antes de investir

Bárbara Wanderley
babiwanderley@gmail.com

Imprevistos acontecem o tempo todo e muitos deles custam dinheiro. São óculos que quebram, vazamentos que aparecem em casa, crianças que ficam doentes e até mesmo demissões. É preciso estar preparado para esses momentos, por isso economistas e educadores financeiros sempre reforçam a importância de ter uma reserva, tanto para emergências quanto para a aquisição de bens, dependendo dos objetivos de cada um, mas nem todo mundo consegue guardar dinheiro.

O pedreiro José Hilton da Silva contou que costuma guardar o quanto pode em uma reserva para emergências. O problema é que, vez ou outra, a emergência realmente aparece e ele precisa zerar a conta. “A gente sempre deixa uma reserva. Só que, de vez em quando, precisa e acaba usando. Aí começa tudo de novo. Seis meses, até um ano, a gente já conseguiu guardar. E, de repente, precisamos usar. Um imprevisto acontece, alguma coisa de doença, ou até pasra consertar uma casa, um negócio com o carro”, contou.

Joana Araújo está desempregada, mas, graças ao hábito de economizar, não ficou em uma situação difícil enquanto procura outro trabalho. “Quando eu era mais novinha, exagerava demais com luxo, comprava coisa que eu nem usava. Agora eu ando básica, mas tenho o meu dinheiro guardado. Quando a gente é muito novinha, não tem cabeça para isso. Sou mais eu agora, mais velha um pouco, porque a pessoa tem que ter cabeça. A gente não pode estar gastando à toa. Na hora que precisa do médico, do exame, da viagem, aí tem”, comentou.

Para o economista Igor Gonçalves, o problema está em desconsiderar a realidade de cada família. “A regra clássica que muitos pregam é a dos 50-30-20, ou seja, 50% da renda para necessidades, 30% para desejos, e 20% para reserva. Essa lógica funciona bem para quem vive em patamares de renda elevados, o que não é nem de longe a realidade de 90% da população brasileira. Logo, a meta deve ser pautada pela realidade material. Se o custo de vida engole 95% da sua renda, sua meta de economia é de 5%. A meta possível é o valor que não compromete as condições básicas de sobrevivência”, afirmou.

Primeiro passo

A economista e educadora financeira, Karoline Pessoa, indica a organização como um primeiro passo. “Você tem que saber para onde seu dinheiro está indo e quais são as suas prioridades”, destacou.

Com a reserva possível



Regra clássica de guardar 20% dos ganhos funciona para quem tem renda elevada

em mãos, entra outra questão: onde guardar esse dinheiro? Igor explicou que é importante garantir que os valores não sejam corroídos pela inflação, mas sem comprometer o valor em investimentos de alto risco, como ações ou criptomoedas, por exemplo.

“Não se deve colocar seu fundo de sobrevivência na renda variável [risco elevado], quando não se pode assumir os riscos de perder. Ao mesmo tempo, a tradicional Caderneta de Poupança muitas vezes rende abaixo da inflação, o que significa que seu dinheiro está perdendo valor real. Nesse cenário, o objetivo é se proteger contra a inflação com liquidez imediata [de investimentos], que podem ser sacados na hora que precisar. As melhores opções são os títulos públicos seguros, como Tesouro Selic ou contas e CDBs [Certificados de Depósito Bancário] de liquidez diária que rendam 100% do CDI [Certificado de Depósito Interbancário], oferecidos por vários bancos digitais e cooperativas de crédito”.

A conta não fecha

As dicas são importantes para quem consegue economizar, mas para uma parcela significativa da população brasileira, a relação entre o salário e os boletos é uma conta que simplesmente não fecha. Não sobra dinheiro para guardar e, pelo contrário, muitas vezes acumulam-se dívidas.

É o caso do vendedor ambulante Alexandre Brasil. Ele sabe que economizar é importante, mas não consegue. “É difícil. A situação do jeito que está, o jeito que se encontra aí, o desemprego, a luta diária da sobrevivência. Você precisa guardar dinheiro, não consegue”.

Nesse caso, o conselho de Igor é priorizar os pagamentos das contas que garantem as necessidades básicas, como aluguel, água, energia e gás. Depois disso, verificar a possibilidade de renegociar a dívida do cartão de crédito se houver; priorizar pagamentos à vista (porque o limite do cartão pode ser utilizado numa emergência); e

buscar acessar políticas públicas como tarifa social de energia/água, isenções, transporte público subsidiado, Bolsa Família, entre outras.

“Primeiro você tem que organizar a casa, pagar o que deve, na medida do possível. Se tem acordo para fazer, faça. Se organiza primeiro para depois investir”, disse Karoline. Ela também ressaltou que, hoje, a *internet* acaba oferecendo muita facilidade para as compras por impulso, afinal aquela “blusinha” está a apenas um clique de distância. Além disso, as redes sociais influenciam um comportamento de ostentação.

“Aconteceu de eu fazer uma mentoria com uma determinada pessoa e depois ela simplesmente comprou um carro que não podia pagar para mostrar as pessoas que tinha. Então, você não deve satisfação disso as pessoas. Mas, hoje, nessa era digital, as pessoas têm que mostrar, têm que ser, têm que acontecer”, avaliou. Por isso, Karoline destacou que equilibrar as finanças muitas vezes passa também por uma mudança

profunda de comportamento.

Falta disciplina?

Até que ponto é possível falar em disciplina quando falta renda? Para Igor Gonçalves, em ponto nenhum. “Simplesmente porque a cobrança irreal que vemos disseminada na *internet* por disciplina financeira em um cenário de privação de necessidades básicas chega perto do abuso psicológico. Ela cria a ilusão de que a pobreza é uma falha moral ou falta de *mindset* e não o resultado direto do achatamento salarial”, reflete.

“Administrar a escassez absoluta não exige disciplina; exige sacrifício físico e mental, gerando o que nós, da economia comportamental e da psicologia chamamos de ‘escassez cognitiva’, onde o estresse constante da falta de dinheiro sequestra a capacidade de planejamento de longo prazo. A organização ou responsabilidade financeira para a maioria dos brasileiros deve ser estritamente voltada para a redução de danos, proteção contra imprevistos e garantia de saúde mental”, conclui.



Foto: Leonardo Ariel

A gente sempre deixa uma reserva. Só que, de vez em quando, precisa e acaba usando. Aí começa tudo de novo

José Hilton da Silva



Foto: Leonardo Ariel

Quando eu era mais novinha, exagerava demais com luxo, comprava coisa que eu nem usava. Agora eu ando básica, mas tenho o meu dinheiro guardado

Joana Araújo

Economia em Desenvolvimento

Marcílio Correia
marciliorcorreia.professor@gmail.com | Colaborador

A urna fecha. A economia continua

A eleição ocupa a televisão, as redes sociais, as conversas familiares e, hoje, as filas diante das urnas. Mas existe outra eleição acontecendo em silêncio, na vida de cada brasileiro: a escolha entre comprar e adiar, financiar ou esperar, consumir agora ou guardar para depois.

É nesse ponto que a política encontra a economia real. O Brasil chega ao último trimestre de 2026 com uma combinação que merece atenção: o mercado de trabalho segue positivo, a inflação está mais moderada, mas o custo do dinheiro continua elevado e as contas públicas impõem limites. Dessa combinação sairão parte das condições econômicas de 2027.

A taxa de desocupação está em 5,4%. De janeiro a julho, o mercado formal criou 972,2 mil postos de trabalho, levando o estoque de empregos com carteira assinada para mais de 48 milhões. Para milhões de famílias, o emprego protege contra a perda de renda. Mas emprego, sozinho, não conta toda a história.

Quanto esse salário consegue comprar?

O IPCA acumulado em 12 meses estava em 4,22% em agosto deste ano. Em setembro, o IPCA-15 registrou alta de 0,70%. Por trás dos índices, estão despesas que não admitem abstração: supermercado, aluguel, energia, transporte, combustível e serviços.

Depois vem o preço do dinheiro: a Selic foi reduzida para 13,75% ao ano em setembro, mas ainda pesa nas decisões de famílias e empresas. Juros altos encarecem financiar uma casa, trocar de carro, investir no negócio ou recorrer ao crédito.

“

Os indicadores mostrarão o espaço disponível para transformar decisões em resultados

E, quando os juros começam a cair, o alívio não chega imediatamente. Há um caminho entre a decisão do Banco Central e a taxa cobrada no balcão.

Há, ainda, uma conta maior que não aparece no extrato, mas chega à vida de todos: a conta pública.

As projeções para 2027 apontam déficit primário e dívida pública elevados. O

mercado projeta déficit de R\$ 45,35 bilhões para o Governo Central e dívida bruta equivalente a 87% do PIB. Os números dimensionam o espaço fiscal disponível para 2027 e investimentos públicos.

No fim, a macroeconomia encontra uma porta de entrada na casa das pessoas. Tributos aparecem nos preços. Juros aparecem nas prestações. Combustíveis aparecem no frete e no transporte. Emprego aparece na renda. Investimentos aparecem em empresas, obras, máquinas e oportunidades.

Por isso, o dia seguinte à eleição merece tanta atenção quanto o resultado das urnas. É quando começa a cobrança pelos números.

A eleição termina quando as urnas fecham. A economia, não. No dia seguinte, continuam valendo o preço do supermercado, a taxa do financiamento, o salário, o emprego, o combustível e a capacidade do Estado de pagar contas.

É aí que a promessa encontra a realidade. PIB não paga boleto, Selic não compra comida e equilíbrio fiscal não aparece sozinho no contracheque. Mas todos chegam, de uma forma ou de outra, à vida de quem trabalha, empreende, consome e paga impostos.

A urna define os próximos capítulos da política. Os indicadores mostrarão o espaço disponível para transformar decisões em resultados.

No fim, a economia não pede voto. Pede atenção. E a medida mais concreta de qualquer mudança continuará sendo a mesma: o que sobra no bolso depois que todas as contas são pagas.

EMPREENDEDORISMO

JP sediará congresso sobre Lei Geral

Presente em 97% dos municípios paraibanos, marco regulatório será tema de discussões nos dias 8 e 9 deste mês

Criada com o propósito de estabelecer o marco para o tratamento diferenciado dos pequenos negócios em todo o país, a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (LG nº 123/2006) completa duas décadas de existência com diversos avanços no desenvolvimento das atividades econômicas do país. Para discutir essa conquista e pensar o futuro, a Paraíba sediará o 22º Congresso Brasileiro de Micro e Pequenas Empresas e o Encontro Nacional dos Dirigentes do Sistema Comicro, nos dias 8 e 9 de outubro, na Região Metropolitana de João Pessoa (o local exato será divulgado em breve).

Entre os nomes confirmados, estão o presidente e o diretor técnico do Sebrae Nacional, Rodrigo Soares e Bruno Quick, respectivamente; o superintendente do Sebrae na Paraíba, Luiz Alberto Amorim; e o presidente da Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Comicro), José Tarcísio da Silva. Eles participam da programação durante o primeiro dia de atividade do evento. Já o gerente do Sebrae Nacional, Ênio Pinto, estará presente no Encontro Nacional dos Dirigentes do Sistema Comicro, que acontece no dia 9 de outubro. Ele será um dos palestrantes na discussão do tema “Novo Projeto Comicro/Sebrae”. Para José Tarcísio da Silva, o congresso representa uma oportunidade de avançar nas discussões sobre o ambiente de negócios, es-



Foto: Divulgação/Sebrae-PB

Base principal da legislação nacional em vigência, lei contribuiu para criar oportunidades de formalização, crescimento e competitividade para quem empreende

pecialmente diante das mudanças previstas no sistema tributário brasileiro. “Não vamos ficar apenas na comemoração desses 20 anos da Lei Geral, mas apresentar uma discussão sobre o futuro das pequenas empresas brasileiras, a partir de uma conjuntura que envolve os reflexos da Reforma Tributária. É momento de iniciar uma discussão sobre o novo Simples Nacional e atualizar o teto de

faturamento, porque existe uma defasagem que precisa ser corrigida”, pontuou. Segundo o presidente da Federação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte da Paraíba (Femicro-PB), Antônio Gomes, que também é vice-presidente da Comicro, o evento será uma oportunidade de diálogo sobre os desafios do ambiente de negócios em uma perspectiva de futuro.

“Vamos receber diretores de diferentes entidades em nosso estado e, de forma propositiva, gerar um espaço de debate, apresentando as principais questões que norteiam o desenvolvimento econômico do Brasil e da Paraíba”, disse. A programação completa discutirá o futuro do Simples Nacional, a atualização do limite de faturamento do microempreendedor individual

(MEI) e os impactos da reforma tributária sobre as micro e pequenas empresas. Outros assuntos que devem mobilizar os debates são governança e alinhamento do Sistema Comicro, inteligência artificial (IA) e os impactos, desafios e oportunidades para as micro e pequenas empresas no novo sistema tributário. O evento é uma realização da Comicro, da Femicro-PB e do Sebrae.

■ **Evento representa uma oportunidade de avançar nas discussões sobre o ambiente de negócios**

Duas décadas de fortalecimento e formalização de pequenos negócios

Da simplificação tributária à ampliação do acesso ao crédito e às compras públicas, a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa contribuiu para criar oportunidades de formalização, crescimento e competitividade para quem empreende. Na Paraíba, essa transformação também é observada ao longo desse tempo com a implementação da legislação que atinge, atualmente, 97% dos municípios. A Lei Geral é considerada a base principal da legislação nacional em vigência que estabelece o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte. Dentro deste cenário de novas oportunidades, o Sebrae atua no apoio aos pequenos negócios e em momentos importantes na consolidação da Lei Geral, conforme explica a analista técnica do Sebrae-PB, Neliane Ricarte. “Os pequenos negócios têm menos burocracia, tributação simplificada e mais oportunidades de crescimento. A criação do MEI, por exemplo, ampliou a formalização, enquanto mecanismos de crédito e acesso a mercados fortaleceram a competitividade das empresas de menor porte”, destaca. Segundo ela, os resulta-

dos alcançados pela legislação permitiram, ao longo de 20 anos, não apenas a simplificação tributária, mas o fácil acesso a crédito, compras públicas e digitalização dos serviços para quem empreende. E ressalta: “Em paralelo ao crescimento das empresas, houve ampliação dos serviços de orientação com apoio à formalização, à capacitação e à abertura das Salas do Empreendedor, que são um espaço estratégico para auxiliar os empresários a se adaptarem às mudanças do mercado. Tudo isso foi acontecendo com o avanço da legislação e a atualização para incorporar novas demandas, como inovação, digitalização, crédito e empreendedorismo inovador”.

Agilidade

Geane Núcia da Silva Alves é empresária há 34 anos e acompanhou parte da transformação gerada pela nova legislação. Ela é responsável pela Farmanúcia Care, empresa com sede em João Pessoa. “O meu negócio nasceu em um período ainda com pouco uso da tecnologia, diferente dos dias atuais. Toda mudança, quando chega, gera uma sensação de medo, principalmente quando se fala em tributação, mas, em meio

a essas transformações, o acesso a crédito e a digitalização dos serviços foram ações que facilitaram muito a vida do empreendedor”, observa. No caso da empresária, ela destaca ainda a agilidade de processos antes burocráticos e demorados e uma maior facilidade na elaboração de projetos. “No período da pandemia, por exemplo, a empresa precisou ser reformada e todos os processos naquele momento foram resolvidos de forma digital. Isso facilitou muito, porque eu lembro do tempo de abertura da farmácia quando tudo precisava ser registrado com o atendimento presencial”, conclui.

Acesso

Nos últimos 20 anos, a Lei Geral permitiu, além de simplificação tributária, fácil acesso a crédito, compras públicas e digitalização dos serviços para quem empreende

SIMPLES HÍBRIDO Sebrae lança simulador para apoiar escolha de empresários

Com o avanço da Reforma Tributária, as micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional passam a contar com uma definição estratégica: o Simples Híbrido. O modelo surge como uma alternativa para que os pequenos negócios participem da simplificação do Simples, mas sem perder a competitividade nas vendas para outras empresas (operações Business to Business – B2B). Até o dia 30 deste mês, empresas do Simples devem optar entre o sistema híbrido e o tradicional de recolhimento de impostos. A escolha terá validade para o primeiro semestre de 2027. Na prática, o Simples Híbrido permite que o empreendedor permaneça no regime simplificado para o recolhimento dos tributos sobre a renda e sobre a folha de pagamento (IRPJ, CSLL, CPP, entre outros). Porém, ele permite a retirada do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) da guia DAS, passando a apurá-los pelo regime regular não cumulativo, que gera créditos que devolvem os

impostos pagos na compra dos insumos. Dos novos impostos, em 2027, só a CBS (imposto federal) e o Imposto Seletivo estarão vigentes, o IBS só começa a entrar em vigor em 2029. **Diferenças** A principal mudança está na cadeia de créditos tributários gerada para os clientes que são pessoas jurídicas (PJ). No Tradicional, a empresa continua pagando todos os tributos unificados na guia DAS. Contudo, ao vender um produto ou prestar um serviço para outra empresa, a contratante só poderá aproveitar o crédito de IBS e CBS no valor equivalente ao que o pequeno negócio efetivamente recolheu no DAS (que costuma ser uma alíquota reduzida). Já no Híbrido, o pequeno negócio opta por apurar o IBS e a CBS fora da guia unificada, adotando o sistema regular de débitos e créditos. A grande vantagem é comercial: ao emitir a nota fiscal com a alíquota cheia desses novos impostos, o cliente PJ pode abater 100% do valor do IBS e da CBS na sua própria contabilida-

de. Esse modelo pode ser mais interessante para empresas que vendem para outras empresas ou para empresas que vendem para o consumidor final e que estão em setores com alíquota zerada ou reduzida (mercadinhos, farmácias etc.). O Sebrae lançou um simulador (no QR Code abaixo) para ajudar na decisão dos empreendedores e recomenda que os empresários procurem o apoio de seus contadores para realizar análises financeiras detalhadas. Avaliar o comportamento do faturamento, a origem das compras e o perfil dos compradores será indispensável para tomar a decisão correta.



Acesse o simulador projetado pelo Sebrae por este QR Code

SERTÃO PARAIBANO

Astronomia ganha espaço em escolas de Carrapateira

Iniciativa transforma conhecimentos sobre o universo em aprendizagem

Márcia Dementshuk
Ascom Secties
Especial para A União

Quando a Educação Básica tem na astronomia uma fonte de conhecimento em um dos menores municípios do Brasil, surgem experiências fascinantes de aprendizado e conquistas. Foi em Carrapateira, no Alto Sertão da Paraíba, que as crianças aprenderam a fazer redações contando sobre a chegada do homem à Lua, em 1969. E é nessa mesma cidade que, mais de meio século depois, temas cosmológicos intercalam os cadernos dos alunos em várias disciplinas. A motivação, agora, não vem do espaço para a Terra, mas tem origem no próprio território e encontra a vastidão da ciência.

Todas as manhãs, nos idos de 1966, a jovem professora Leonília Pereira Vieira de Araújo dirigia-se ao salãozinho vizinho à sua casa, para alfabetizar crianças. “Cada um trazia a cadeira de casa, o material escolar, às vezes, tinha deles que não tinham caderno. Eles vinham à mesa do professor e copiavam no caderno a carta de ABC”, contou a docente, conhecida como “Dona Nila”.

Então, a notícia do homem na Lua, em 1969, espalhou-se pelo município, onde viviam cerca de 1.600 pessoas. Nessa época, havia quatro casas comerciais em Carrapateira. O sustento vinha da atividade rural quando chovia, e quando não, dava-se um jeito. De todo o modo, ano após ano, a professora Nila passava a tarefa, “façam um texto sobre o homem na Lua”. Em 30 anos, cerca das 700 crianças que passaram pelas suas classes refletiram sobre a conquista espacial, um cosmos distante da realidade deles.

Parece que Carrapateira estava se preparando, por meio do ensino, para exercer sua vocação para a astronomia. A qualificação progrediu das redações escolares sobre a expedição da Apollo 11 para a execução, neste ano, de um projeto pedagógico chamado Astrocarrapateira, desenvolvido nas escolas municipais do 1º ao 9º ano, que insere a astronomia no currículo de forma interdisciplinar. O desenvolvimento dessas atividades é monitorado por um grupo de bolsistas acadêmicos, integrantes dos subprojetos relacionados ao Radiotelescópio Bingo.

“Esses bolsistas são da área de Física, de Astronomia, que criaram sequências didáticas para cada ano, e essas sequências são desenvolvidas pelos nossos professores e coordenadores, sempre em diálogo com os acadêmicos”, explica Gracielle Vieira, secretária adjunta de Educação de Carrapateira.

Gracielle Vieira observou previamente os resultados, durante um evento de popularização da ciência realizado na cidade, em agosto deste



Foto: Ianley Araújo/Acampamento Inclusivo

Estudantes na fila para planetário móvel no Acampamento Inclusivo, realizado em agosto

ano, denominado “Acampamento Inclusivo” e promovido pela Associação Nacional de Inclusão Digital, com parceiros. Um planetário móvel foi montado na praça muni-

cipal e permaneceu no local nos três dias do evento, com programação especial para os estudantes. “Quando eles chegaram ali, já sabiam exatamente o que estavam

vendo, porque já tinham esse conhecimento sendo trabalhado desde o início do ano, com a astronomia no nosso currículo”, apontou a secretária adjunta.

Alunos entendem que a ciência é um meio para o progresso

Dentre as muitas atividades do Acampamento Inclusivo, estava o Desafio Monhag, planejado para transmitir aos jovens instruções sobre os processos que levam ao desenvolvimento de soluções inovadoras, unindo tecnologia aos saberes e identidades tradicionais.

Os estudantes mostraram animação. Foram inscritos 73 jovens das últimas séries do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Eles reuniram-se durante três dias, receberam ensinamentos de palestrantes e formaram equipes. Quatro monitores estavam, lado a lado, orientando cada equipe a alcançar seus objetivos. Os projetos passaram por avaliação de três especialistas. Ao fim, oito equipes apresentaram os resultados.

Uma delas criou o projeto O sertão que explora o cosmos — nome sugestivo para um produto destinado a transmitir fatos históricos do município, experiências dos antigos com relação à agricultores, clima e navegação com base na astronomia e os novos rumos que a ciência está proporcionando ao município. Ana Cecília Menezes de Lima, estudante do 8º ano, que integrou a equipe, relatou que não sabia como desenvolver um projeto antes do desafio, mas aprendeu o processo com a orientação recebida no local e agora sente-se capaz de desenvolver

novas ideias. Ela reconheceu que “a tecnologia é excelente por ser muito acessível, permitindo que qualquer pessoa aprenda, aplique e compartilhe conhecimentos”.

O pai e a mãe da aluna, Marcos e Luciana Menezes, descreveram o momento atual vivido em Carrapateira: “A cidade tem um movimento que talvez esteja influenciando na vida dos jovens como Ana Cecília. Quem sabe, quando ficarem maiores, vão poder fundar alguma empresa de tecnologia para fabricar alguma coisa?”, reflete Marcos Menezes.

A instalação do projeto Cidade da Astronomia, em Carrapateira, e do Radiotelescópio Bingo, em Aguiar, eleva a visão dos carrapateirenses. Trata-se de um centro de pesquisa e treinamento com salas de aula, auditório e laboratórios, de onde sairão os grupos para visita ao Bingo. Inclui um planetário moderno, um observatório astronômico e um museu, onde será demonstrada a história do cosmos, exposições e contemplação do céu.

A secretária adjunta, Gracielle Vieira, afirmou que os estudantes “passaram a viver a ciência, a praticar os conhecimentos e a não pensar que a ciência está distante, só na universidade, nos filmes, mas que está aqui, em Carrapateira, e que eles estão percebendo, agora, a essa nova

realidade. Que surjam cientistas, pessoas na área da astronomia, porque nós queremos que os nossos espaços sejam ocupados pelo nosso povo”.

Enquanto isso, na educação, o município se fortalece com a montagem de laboratórios de informática nas escolas municipais, nos planos da administração municipal, de acordo com a BNCC Computação — um complemento à Base Nacional Comum Curricular.

Segundo Gracielle, são quatro escolas municipais, com cerca de 653 alunos, e uma estadual. Todas contam com *internet* e integram o Programa de Inovação Educação Conectada (Piec/MEC), que emprega recursos para universalizar o acesso à *internet* de alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais nas escolas públicas de educação básica. “Durante o Acampamento Inclusivo, nós tivemos crianças, por exemplo, do 5º ano, que pegaram o microfone e disseram: ‘Agora eu sei que eu quero ser cientista’. Estamos aqui para apoiar esses sonhos!”, contou ela.

No próximo domingo (11), a reportagem continua com relatos inspiradores — como a experiência da carrapateirense Edilene Lira que se tornou a engenheira civil responsável pela obra do Bingo, além de outras conquistas.

Poeira Estelar

Claudio Furtado
claudiofurtado@secties.pb.gov.br

De Star Trek à dobra de Alcubierre

O teletransporte de *Star Trek* nasceu de uma conta de produção, não de uma equação. Em 1966, pousar a Enterprise em cada planeta custaria caro demais em maquetes e efeitos. A solução de Gene Roddenberry foi elegante: um brilho cintilante, um zumbido, e a tripulação reaparecia na superfície.

O público nunca mais esqueceu. A frase *Beam me up, Scotty* (ou Teletransporte-me, Scotty!) virou parte da cultura pop, embora o capitão Kirk nunca a tenha dito exatamente assim. E a pergunta ficou no ar por seis décadas: a Física permite isso? A resposta curta é: não do jeito da série. A resposta longa é muito mais interessante e nos leva a outro sonho *trekkie*: a dobra espacial do físico mexicano Miguel Alcubierre.

Alcubierre: em vez de correr, dobrar o caminho

Se o transportador esbarra na luz, a Enterprise tem outro truque: a dobra espacial. Em 1994, Miguel Alcubierre — então doutorando no País de Gales — publicou na revista *Classical and Quantum Gravity* uma solução das equações de Einstein que imita a ideia. Ele mesmo contou que inspirou-se na série.

A sacada é sutil. A relatividade proíbe que algo se mova através do espaço mais rápido que a luz. Mas não proíbe o próprio espaço de se deformar. Na métrica de Alcubierre, o espaço contrai-se à frente da nave e expande-se atrás dela. A nave fica parada dentro de uma “bolha” de espaço plano, surfando a onda.

O resultado é curioso: quem está dentro da bolha não sente aceleração, não sofre dilatação do tempo e, localmente, nunca ultrapassa a luz. Mesmo assim, chega ao destino antes de um raio de luz que tenha partido junto, por fora. É como andar numa esteira de aeroporto que, em vez de deslizar, encolhe o corredor à sua frente.

Quem vence a luz ganha uma máquina do tempo

Aqui está a ponte entre os dois sonhos. A métrica de Alcubierre, sozinha, não é uma máquina do tempo: foi pensada para viajar rápido, não para voltar ao passado. O problema é o que vem junto.

Na relatividade, o “agora” não é igual para todos. Dois observadores em movimento relativo discordam sobre quais eventos são simultâneos. Enquanto nada supera a luz, essa discordância é inofensiva: a causa sempre vem antes do efeito para qualquer um. Mas, se um sinal viaja mais rápido que a luz, sempre existe algum observador para quem ele chega antes de partir.

Em 1996, o físico Allen Everett mostrou o que isso significa para a dobra. Com duas bolhas de Alcubierre, uma de ida e outra de volta, em referenciais adequados, a nave poderia retornar ao ponto de partida antes de ter saído. Surgem as chamadas curvas fechadas do tipo tempo: caminhos no espaço-tempo que se fecham sobre o próprio passado. Junto com elas, vêm os paradoxos de sempre, como impedir a própria partida.

Energizar, mas devagar

O transportador e a dobra parecem tecnologias diferentes, porém esbarram no mesmo muro: a velocidade da luz não é só um limite de trânsito, é a guardiã da ordem entre causa e efeito. O teletransporte quântico respeita esse muro e, por isso, já funciona em laboratório. A dobra de Alcubierre tenta contorná-lo e, então, carrega consigo o fantasma da viagem no tempo.

Star Trek nunca prometeu nos explicar o Universo. Prometeu algo melhor: perguntas boas o bastante para que físicos de verdade passassem décadas tentando respondê-las. Alcubierre é a prova de que uma série de TV pode virar artigo científico. E o Nobel de 2022 é a prova de que, às vezes, a ficção chega primeiro, mas a ciência chega mais longe.

Até lá, seguimos indo de ônibus. Pelo menos, ninguém precisa ser desmontado no caminho.

NATUREZA

Plantas carnívoras expandem-se na PB

Estado tem 16 tipos registrados, na Mata Atlântica e Caatinga

Iris Machado
irmsmehdo@gmail.com

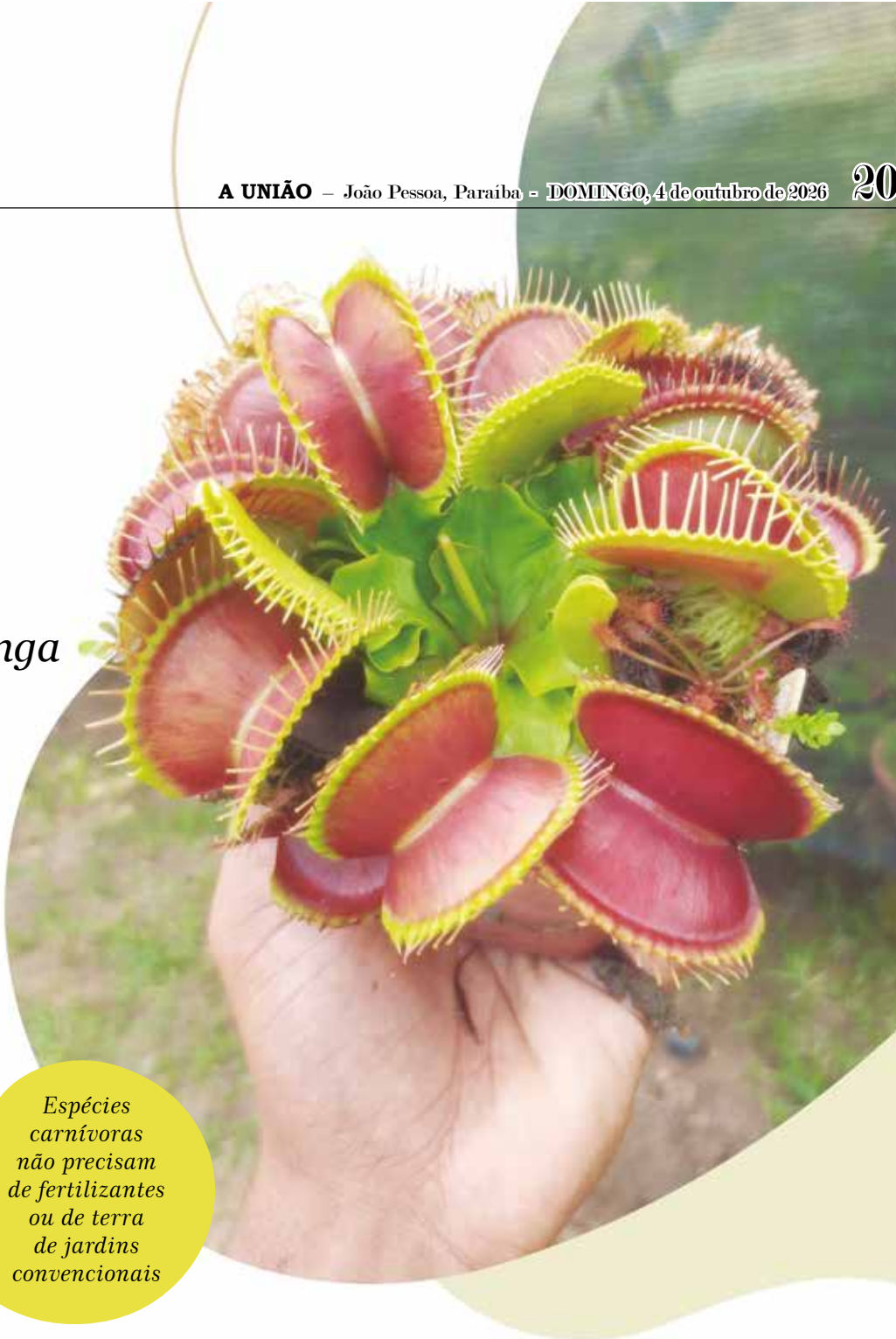
Tentáculos pegajosos, jarros ou até estruturas de sucção submersas. Nas plantas carnívoras, essas armadilhas simbolizam uma vantagem ecológica, maneira de obter nutrientes a partir de insetos e pequenos animais, presas de difícil acesso a outras variedades vegetais. Na Paraíba, há registros de espécies nas regiões da Mata Atlântica e da Caatinga — e o clima quente e úmido proporciona uma combinação ideal para o desenvolvimento de várias plantas carnívoras tropicais ao longo do ano. “As *nepenthes*, por exemplo, são uma excelente opção, principalmente as espécies e híbridos de baixas e médias altitudes, que toleram melhor as temperaturas elevadas. Elas precisam de boa luminosidade — geralmente, com sol direto, mais sua-

Distinções

As *nepenthes* toleram melhor as altas temperaturas e as *droseras* são ótimas opções àqueles que estão começando na prática do cultivo

ve ou luz filtrada —, umidade adequada, substrato pobre em nutrientes e bem drenado e, principalmente, água de boa qualidade. As *droseras* também são ótimas opções para quem está começando. Além de serem relativamente fáceis de cultivar, são bastante diversas e, em geral, apre-

sentam um custo mais acessível, o que facilita a entrada de novos cultivadores no *hobby*”, aponta Marini Lima, bióloga e proprietária da loja Zona Carnívora, especializada no setor. Para a profissional, esse interesse surgiu por acaso, quando cursava Ciências Biológicas na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em 2017. A primeira planta que ela cultivou veio de uma amiga, que havia ganhado uma *nepenthes* em um sorteio. De lá para cá, ela abriu a loja, ingressou no mestrado e publicou dois livros de divulgação científica em parceria com o marido, Glaucê Araújo, que conheceu por meio do próprio objeto de estudo. “Ele já cultivava plantas carnívoras havia um pouco mais de tempo do que eu e comercializava algumas mudas excedentes. Foi, inclusive, por meio dele que comecei a comprar minhas primeiras plantas e a ampliar minha co-



Espécies carnívoras não precisam de fertilizantes ou de terra de jardins convencionais

leção”, conta.

Ao contrário de espécies convencionais, plantas carnívoras não precisam de fertilizantes ou de terra de jardim tradicionais. No cultivo de Marini, elas prosperam em um

substrato misto, composto por perlita, cascas de arroz carbonizadas, fibras de coco e pelo musgo espanho, encontrado em floriculturas. Já a quantidade de água necessária varia conforme a necessidade

de cada uma: *dionaea* e *sarracênia*, por exemplo, preferem maior disponibilidade, enquanto *nepenthes* costuma ser cultivada com boa umidade, mas com solo bem drenado, como explica Marini.



Cada grupo desenvolveu estratégias diferentes visando à obtenção de nutrientes

Armadilhas diversas ajudam a reter presas

As plantas carnívoras atuais sofreram adaptações para sobreviver em ambientes pobres em nutrientes, de maneira convergente, ao longo do processo de evolução. Para se alimentar, muitas espécies produzem substâncias que degradam moléculas orgânicas presentes nas presas, enquanto outras dependem, em parte, da atividade de comunidades de microrganismos nas estruturas de captura. “Na realidade, existe uma diversidade impressionante de armadilhas e cada grupo evoluiu estratégias diferentes para capturar suas presas. Quanto mais você conhece, mais fica encantado!”, expressa. A famosa “boca” da *dionaea* — ou *dioneia*, como é conhecida popularmente — consiste em apenas uma das várias armadilhas de plantas carnívoras. Nela, o toque da presa nos pelos sensoriais na superfície da folha desencadeia uma

resposta que leva os dois lados da armadilha a fecharem-se rapidamente. Por isso, não é recomendado colocar insetos na planta ou fechá-la sem que haja uma presa, uma vez que o movimento gasta energia e pode causar estresse à espécie. Existem mecanismos ativos — a exemplo da armadilha da *dioneia* — e passivos — que impedem a fuga das presas até que elas sejam processadas pela planta. Nas *droseras*, os animais prendem-se à mucilagem, substância pegajosa produzida pelos tentáculos das folhas. As *nepenthes* atraem as presas para estruturas semelhantes a jarros, nas quais elas encontram dificuldade para escapar. Outros grupos, como *Sarracenia*, *Heliamphora*, *Cephalotus*, *Pinguicula*, *Byblis*, *Drosera* e algumas bromélias também desenvolveram estratégias distintas de captura. “Já as utriculárias, possuem um dos mecanismos mais im-

pressionantes: uma armadilha de sucção, chamada de “utrículo”. São pequenas estruturas semelhantes a bolsas que ficam submersas ou próximas ao substrato ou à água. Quando um organismo toca estruturas sensoriais da armadilha, ocorre uma abertura extremamente rápida, provocando a entrada de água e da presa para dentro da pequena câmara. Esse mecanismo está entre os movimentos de captura mais rápidos conhecidos no reino vegetal”, revela Marini. Apesar da aparência, essas plantas não ameaçam pessoas ou animais domésticos, de acordo com a bióloga. “Na verdade, os *pets* são mais um perigo para elas. Muitos cultivadores relatam casos de gatos e cachorros que acabam arrancando as plantas do substrato. Mas, brincadeiras à parte, não é interessante deixar os *pets* terem acesso às plantas por causa do risco de ingestão. A preo-

cupação não é necessariamente a planta em si, mas também a presença de insetos ou outros organismos mortos em decomposição nas armadilhas, que, se ingeridos, podem causar algum problema ao *pet* ou à criança”, informa. “Não é interessante deixar os *pets* terem acesso às plantas por causa do risco de ingestão

Marini Lima

Espécies indicam características de ecossistemas em que vivem

Há registros de 16 tipos de plantas carnívoras na Paraíba, distribuídas nos gêneros *Drosera*, *Utricularia* e *Genlisea*, além de pelo menos duas variedades que ainda aguardam publicação oficial, segundo o pesquisador Caio Vinícius da Silva, professor da Escola de Ensino Superior Agreste Paraibano (Eesap). No mestrado, ele realizou o primeiro levantamento, no Nordeste, das espécies *Utricularia nigrescens* e *Utricularia tenuissima*, antes avistadas apenas nas regiões Norte e Sudeste do Brasil. “Muitas vezes, quando se fala de plantas carnívoras, que é um tema que mexe com o imaginário das pessoas, a gente, normalmente, as associa a desenho animado, com filme, e poucas pessoas conhecem,

de fato, a natureza das plantas — que elas existem, de fato, os ambientes onde elas ocorrem e a importância delas nos ecossistemas onde estão inseridas. A gente precisa, primeiramente, conhecer, estudar sobre, para que possamos agregar valor aos nossos ecossistemas. [...] Tudo passa pela educação. A gente precisa investir em educação e conhecer o lugar onde a gente vive”, enfatiza. De acordo com o especialista, plantas carnívoras atuam como bioindicadores ambientais, ao ajudar a revelar características e alterações nos ecossistemas onde vivem. A maior parte dos achados no estado está concentrada na Mata Atlântica, embora também haja ocorrências na Caa-

tinga. Em geral, as carnívoras desenvolvem-se em espaços que mantêm condições específicas para a sobrevivência dessas espécies, como a Reserva Biológica (Rebio) Guaribas, localizada entre os municípios de Mamanguape e Rio Tinto. Na unidade de conservação, pesquisas da UEPB analisaram a distribuição das espécies, a quantidade de indivíduos por m² e as variações das populações entre os períodos de seca e chuva. Nas atividades de campo, a estudante Gessica Vicente verificou a abundância e a densidade de plantas do gênero *drosera* para os projetos de estágio e de conclusão do curso. “Cada planta visualizada trazia consigo uma experiência indescritível. Elas sempre

estavam presentes em maior quantidade em solos úmidos, bem conservados e com grande incidência solar. Esses indivíduos tendem a estar restritos a esses habitats. Não só após a pesquisa, mas durante todo o processo de estudo passamos a enxergá-las com um olhar diferente. Não imaginávamos que a percepção e acompanhamento de uma planta tão pequena poderia ser tão útil para a identificação e caracterização do ambiente estudado”, avaliou. Como ela, a estudante Vytória Anulino pesquisou o comportamento de plantas carnívoras na Rebio Guaribas. Já nos primeiros períodos do curso, a estudante observou diferenças na ocorrência das utriculárias conforme as con-

dições ambientais. As plantas eram encontradas em maior número nos períodos ensolarados e em menor quantidade durante as chuvas. “São plantinhas de um tamanhozinho de nada, menor que o nosso dedo mindinho, e que quase ninguém conhece. Quando eu dizia que trabalhava com plantas carnívoras, há quatro anos, todo mundo achava interessante, todo mundo queria saber sobre. O povo achava que era coisa do outro mundo, só que não é”, recorda. Ao lado de Gessica e Vytória, o professor Cleber Salimon, orientador dos trabalhos, identificou espécies de duas famílias botânicas no local. Fora de ambientes de conservação, no entanto, as plantas carnívoras sofrem com a

perda dos habitats naturais, especialmente nas zonas mais baixas dos tabuleiros da Mata Atlântica. Outro perigo é o avanço dos plantios de cana-de-açúcar e o uso de agrotóxicos, capazes de atingir os lençóis freáticos e afetar pequenos organismos dos quais as plantas retiram nutrientes. Para o professor, mesmo plantas pequenas e pouco conhecidas contribuem para o entendimento de ecossistemas maiores. “E a Floresta Atlântica da Paraíba é altamente ameaçada pela expansão do uso por nós humanos. Nesse sentido, embora essas espécies não tenham importância direta para nós, elas fazem parte do ecossistema e contribuem para o seu funcionamento”, acrescenta.

A adolescente vibra com a sua conquista em Navegantes (SC), quando venceu na categoria Sub-14 e ainda conseguiu ficar em terceiro lugar na Sub-16

HANNA PRADO

Nova promessa do surfe paraibano

Fotos: Reprodução/Instagram @hannapradobr

Surfista de apenas 12 anos vem conquistando resultados expressivos, garantindo vaga no Mundial Júnior

Pedro Alves
pedroalvesjp@yahoo.com.br

Hanna Prado, de 12 anos, é uma grande promessa do surfe paraibano. A adolescente venceu a categoria Sub-14 e ficou no terceiro lugar na categoria Sub-16 do Surf Brasil Base 2026, que ocorreu em Navegantes (SC), no último fim de semana de setembro. Com o desempenho, ela alcançou vaga no Mundial Júnior de 2027.

Para conhecer um pouco mais a história de Hanna, batemos um papo com a jovem e seu pai, o surfista amador Juvenal Prado, que também é o técnico da garota. Entre as conquistas da promissora atleta, estão o bicampeonato do Paraibano Sub-18 e o título de campeã do Paraibano Open, disputando com mulheres adultas. Seu talento não se resume apenas ao surfe: ela é também campeã brasileira sub-18 de longboard.

Início no esporte

Juvenal contou como Hanna ingressou no surfe. Como ele é professor da modalidade, “a jornada da menina no esporte foi natural”, segundo o pai. “Quando a minha filha nasceu, ela vivenciava essa vida minha, dando aula

todo dia na praia com a minha esposa. Com dois anos, mais ou menos, eu coloquei ela para surfar, deitadinha na prancha, junto comigo. A partir daí, ela foi gostando. Quando tinha uns quatro anos, começou a pegar onda sozinha. Com seis ou sete anos, já estava em competições, tendo algum destaque”, relatou o pai e técnico.

“Quando eu vi que ela tinha jeito, a gente começou a treinar para desenvolver as técnicas e manobras. E aí ela foi crescendo, foi se formando bem, e deu no que deu. Ela, com 12 anos, vem conquistando títulos”, completou Juvenal, que é professor de uma escola de surfe e do Projeto Swell Brasil, que atende cerca de 260 crianças, em Baía Formosa (RN). Ao ouvir o pai comentar sobre o começo de sua trajetória, Hanna relembrou detalhes de quando esteve envolvida num campeonato pela primeira vez. “Eu tinha, acho, seis anos. Eu competia no meio dos meninos, porque não tinha torneios para meninas da minha idade. No primeiro ano, eu ganhei o campeonato, sendo que os meninos eram bem maiores que eu”, conta a garota.

A jovem surfista também fa-



Hanna com o pai, Juvenal, seu maior incentivador no surfe

lou sobre como lida com o fato de suas adversárias terem mais idade e experiência. As principais conquistas dela vieram na categoria Sub-18. “No começo eu me sentia bem pequena ao lado delas. Desde os sete anos que eu compito com garotas mais velhas. De alguma forma, isso sempre puxou meu nível para cima. Além disso, mesmo no ambiente competitivo, elas me ajudavam e davam conselhos técnicos”, ressaltou Hanna.

Experiência internacional

Sem a definição do local das

disputas do Mundial Júnior ISA 2027, a adolescente vive o sonho de fazer sua primeira viagem internacional. “Vou treinar bastante, aprimorar o inglês. Minha expectativa está lá no alto também. Estou muito ansiosa para competir com as meninas maiores de outros países”, disse.

“A gente tem feito um trabalho a longo prazo para que os resultados venham ao longo do tempo. Mas o talento dela se sobressai. Então têm acontecido muitas coisas boas; uma delas foi se classificar para o Mundial. Não esta-

va esperando que fosse tão rápido. Já que aconteceu, a gente já vem no ritmo bom de treinos, de viagens e competições. Vamos aumentar um pouco o ritmo e fazer mais viagens para se adaptar às ondas da competição internacional”, destacou o pai.

Para superar a ansiedade, Hanna conta com a ajuda da sua família. Ela considera o apoio do núcleo parental muito importante para o seu desempenho. “É muito bom ter a minha família torcendo por mim, tem aquela energia boa. Meu pai também me ajuda bastante nos treinos, minha mãe faz meu marketing nas redes sociais. É muito bom sempre ter a família por perto. Os outros familiares me ligam antes de eu competir, dão apoio”, afirmou a atleta.

Sobre a parte técnica da preparação para o Mundial Júnior ISA, Juvenal falou que o trabalho vai mesclar treinos tanto físicos quanto técnicos. No entanto, para ele, o que importa é que Hanna se divirta. “É só o primeiro ano dela, ela tem 12 anos. Ainda poderá competir até os 18. Então a gente tem mais cinco anos pela frente para participar e vencer”, relatou o pai.

CRISTIANE

Sucesso teve início no futebol de base

Atacante construiu uma carreira que atravessou diferentes gerações da Seleção Brasileira e chegou a cinco Copas

A Copa do Mundo Feminina Sub-20 e a Copa do Mundo Feminina sempre estiveram intimamente ligadas. Ao longo dos anos, a competição de base revelou algumas das maiores estrelas do futebol feminino. Nesta série, a Fifa relembra a trajetória dessas jogadoras, desde os primeiros feitos no Mundial Sub-20 à consagração no principal palco da modalidade.

Poucas jogadoras fizeram tantos gols com a camisa do Brasil quanto Cristiane. Dona de uma combinação rara de força, técnica e capacidade de finalização, a atacante construiu uma carreira que atravessou diferentes gerações da Seleção Brasileira e a levou a cinco edições da Copa do Mundo Feminina.

Cristiane marcou 11 gols no torneio — é a segunda maior marca de uma brasileira, atrás apenas de Marta. Nos Jogos Olímpicos, seu desempenho foi ainda mais impressionante: com 14 gols, ela se tornou a maior artilheira da história do futebol olímpico entre mulheres e homens, um recorde reconhecido pelo *Guinness World Records*.

Muito antes desses gols, porém, Cristiane já balançava as redes em Mundiais. Sua trajetória internacional começou justamente nas categorias de base, ao lado de Marta, na primeira edição da atual Copa do Mundo Feminina Sub-20.

Quando a competição foi criada, em 2002, o limite de idade era de 19 anos — por isso as duas primeiras edições, disputadas no Canadá, em 2002, e na Tailândia, em 2004, foram chamadas de “Copa do Mundo Feminina Sub-19 da Fifa”. A partir de 2006, a idade máxima passou a ser de 20 anos e o torneio adotou o nome atual. Ainda assim, as campanhas anteriores fazem parte da história da Copa do Mundo Feminina Sub-20.

Cristiane tinha 17 anos quando disputou a edição inaugural no Canadá. Titular durante a campanha brasileira, ela marcou seu primeiro gol no torneio na vitória por 4 a 0 sobre a França, pela fase de grupos.

O Brasil avançou até a semifinal, na qual foi eliminado pelo



Foto: Arquivo pessoal

Nos Jogos Olímpicos, o desempenho de Cristiane é impressionante, tendo assinalado 14 gols e tornado-se a maior artilheira da história do futebol olímpico

anfitrião, o Canadá, nos pênaltis. Na disputa pelo terceiro lugar, contra a Alemanha, Cristiane voltou a aparecer: abriu o placar no primeiro tempo, mas as alemãs empataram e venceram por 4 a 3 nos pênaltis. Assim, a Seleção terminou sua primeira participação no torneio na quarta colocação.

Dois anos depois, Cristiane voltou ao Mundial de base em uma situação bastante diferente: aos 19 anos, ela já havia estreado pela Seleção principal, disputado a Copa do Mundo Feminina de 2003 e conquistado a medalha de prata nos Jogos Olímpicos de Atenas 2004.

Na edição disputada na Tailândia, a atacante marcou três gols. Balançou a rede contra Nigéria e RP da China na fase de grupos e foi decisiva nas quartas de final, diante da Rússia: marcou nos acréscimos do segundo tempo para levar a partida à prorrogação, na qual o Brasil venceu por 4 a 2.

A campanha terminou novamente na quarta posição, após derrotas para a RP da China, na semifinal, e para os Estados Unidos, na disputa pelo terceiro lugar. Cristiane encerrou suas duas participações no torneio juvenil com cinco gols.

Seleção principal

A história de Cristiane na Copa do Mundo Feminina principal já havia começado em 2003, quando fez parte do elenco brasileiro aos 18 anos. Seus primeiros gols na competição vieram quatro anos depois, na China, e em grande quantidade.

Cristiane marcou cinco vezes na campanha que levou o Brasil à sua primeira final de Mundial. Fez gols contra Nova Zelândia, RP da China (dois), Austrália e Estados Unidos — este último foi na histórica goleada por 4 a 0 sobre as norte-americanas, na

semifinal” — e recebeu a Bola de Bronze como terceira melhor jogadora do torneio.

Ela voltou a marcar na Alemanha 2011 (dois gols contra a Guiné Equatorial) e passou em branco em 2015, mas viveu outro momento histórico, na França 2019.

Aos 34 anos, Cristiane fez um *hat-trick* na vitória por 3 a 0 sobre a Jamaica e é até hoje a jogadora mais velha a conseguir três gols em uma mesma partida de Copa do Mundo Feminina da Fifa. Ainda marcou diante da Austrália, na rodada final da fase de grupos, e terminou sua quinta participação

no torneio com quatro gols, já que o Brasil foi eliminado pela França, nas oitavas.

Hat-trick

Cristiane é até hoje a jogadora mais velha a marcar três gols numa mesma partida de Copa do Mundo Feminina da Fifa

FOZ DO IGUAÇU

Começa a contagem regressiva para os Jogos da Juventude

Depois da realização dos Jogos Escolares Brasileiros (JUBs), concluídos na semana passada, em Brasília, com disputas na faixa etária de 12 a 14 anos, estudantes de todo o Brasil agora iniciam a contagem regressiva para os Jogos da Juventude, estes de 13 a 17 anos, tendo como local a cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná, no período de 19 de outubro a 3 de novembro. A realização é do Comitê Olímpico do Brasil (COB), e o evento reunirá cerca de cinco mil atletas.

Além das competições esportivas, os jovens terão a oportunidade de interagir com colegas de diferentes regiões do Brasil e de outros países. O evento contará com atletas das 27 unidades federativas e de três delegações internacionais. Representantes de Argenti-

na, Japão e Paraguai participarão das disputas no atletismo, triatlo e remo virtual. Eles também poderão conhecer as Cataratas do Iguaçu, por meio de uma parceria do COB com a Urbia+Cataratas.

“Foz do Iguaçu vai receber uma edição histórica dos Jogos da Juventude. Estamos falando do maior número de atletas já reunidos na competição, de representantes de todo o Brasil e de delegações internacionais, em uma cidade que simboliza integração e acolhimento. Para o COB, é uma grande satisfação proporcionar a esses jovens uma experiência que vai muito além das disputas esportivas, conectando competição, convivência, aprendizado e inspiração”, afirma Daniel Santiago, gerente de Eventos do COB.

A competição, que tem o objetivo de identificar e desenvolver novos talentos, já revelou grandes nomes do esporte nacional e promete muitas emoções durante os 16 dias de evento. Cerca de dois milhões de competidores participaram das eta-

pas classificatórias realizadas pelas 27 unidades federativas em um processo seletivo intenso e emocionante. Durante os Jogos da Juventude 2026, serão 215 provas distribuídas por 20 modalidades esportivas, divididas em cinco blocos durante a programação. Os esportes

são: águas abertas, atletismo, *badminton*, basquetebol, ciclismo, esgrima, futsal, ginástica artística, ginástica rítmica, handebol, judô, natação, remo virtual *indoor*, *taekwondo*, tênis de mesa, tiro com arco, triatlo, vôleibol, vôlei de praia e *wrestling*.

Além dos atletas, mais duas mil pessoas trabalham no evento em uma série de funções. Nessa conta entram os cerca de 900 treinadores e assistentes técnicos, 600 árbitros, 150 dirigentes, 160 voluntários e aproximadamente 180 integrantes do Comitê Organizador. Diretores e observadores técnicos das confederações estarão também acompanhando os jovens atletas de perto, assim como os embaixadores dos Jogos, ídolos do esporte brasileiro.

Números grandiosos

Uma grande organização está por trás dos Jogos da Juventude 2026 em Foz do Iguaçu. Serão 170 toneladas de equipamentos, transportados em 17 caminhões de carga. Os materiais esportivos vêm de 13 cidades distintas, indicadas pelas confederações, e estarão espalhados por 32 instalações esportivas em 13 locais de competição.

Tanta gente junta precisa de muita comida, e a organização já tem tudo planejado. Estão estimadas mais de 60 mil refeições, além de 40 mil diárias de hotéis e 2.500 diárias de veículos necessárias para que o evento funcione e permita que os atletas tenham a melhor estrutura possível para que obtenham um bom desempenho no momento de suas provas.



Foto: Divulgação/COB

Ginástica artística é uma das modalidades em disputa

VIRNA E MIREYA

Atletas revivem rivalidade histórica

Em encontro na COB Expo 2026, em São Paulo, estrelas do vôlei revisitaram confrontos históricos entre Brasil e Cuba

Duas protagonistas de uma das maiores rivalidades do vôlei feminino mundial reencontraram-se na última quinta-feira (1º), na COB Expo 2026. Virna e Mireya Luis revisitaram os históricos confrontos entre Brasil e Cuba nos anos 1990, quando a Seleção Caribenha era a grande potência da modalidade, e as brasileiras buscavam aproximar-se das melhores equipes do planeta.

“Cuba era a melhor equipe do mundo, e nós começamos a fazer frente. Tínhamos um time muito aguerrido, e a rivalidade começou naturalmente”, lembrou Virna, medalhista olímpica de bronze em Atlanta 1996 e Sydney 2000.

Do outro lado da rede, Mireya, tricampeã olímpica com Cuba, destacou que a rivalidade também foi construída pela vontade de cada seleção superar a outra.

“Não era uma rivalidade pensada, era uma rivalidade pelas sensações, pelos objetivos que queríamos alcançar. Fazíamos de tudo para vencê-las”, afirmou a cubana.

O bate-papo entre as duas lendas do vôlei teve a companhia da bicampeã olímpica Fabi Alvim e do jornalista Marcelo Barreto, que gravaram na COB Expo uma edição do programa *Hello LA*, do SporTV. A iniciativa já faz parte da parceria firmada entre a Time Brasil TV e a Globo, anunciada na abertura do evento, que visa fortalecer a cobertura do esporte olímpico no país.



Foto: Wander Roberto/COB

Virna (E) e Mireya (D) foram atrações na COB Expo 2026 falando sobre a atuação delas no vôlei

A rivalidade entre as seleções produziu grandes jogos, mas também deixou um legado para as duas escolas do vôlei. Para Virna, enfrentar Cuba foi fundamental para a transformação do Brasil, especialmente na preparação física.

“Perdemos algumas vezes para elas e foi através dos intercâmbios e das mui-

tas idas a Cuba que revolucionamos nossa parte física. Elas foram referências para o nosso vôlei”, destacou Virna, que ainda fez questão de colocar Mireya no topo do *ranking* de melhores atletas da história.

“Mireya é o Pelé do vôlei mundial. Quem conseguisse bloquear a Mireya merecia ganhar um prêmio,

porque ela saltava muito”, brincou.

Três décadas depois do confronto histórico entre Brasil e Cuba nos Jogos Olímpicos de Atlanta, Virna e Mireya puderam olhar para aquela disputa com a perspectiva de quem esteve dos dois lados da rede — e reconhecer que a rivalidade ajudou a transformar o voleibol feminino mundial.

Superliga reúne 24 equipes em lançamento

A COB Expo 2026 recebeu, na última quinta-feira (1º), pelo segundo ano consecutivo, o lançamento da Superliga de Vôlei 2026–2027. Realizado no Centro de Eventos Pro Magno, em São Paulo, o evento reuniu representantes das 24 equipes que disputarão a 33ª edição da principal competição do voleibol brasileiro, além de atletas, dirigentes, representantes de federações estaduais, parceiros e convidados.

Para o presidente do Comitê Olímpico do Brasil (COB), Marco La Porta, a realização do lançamento durante a COB Expo reforça a conexão entre a feira e uma modalidade que ocupa lugar de destaque no esporte brasileiro.

“É uma alegria enorme para o Comitê Olímpico do

Brasil receber, pelo segundo ano consecutivo, o lançamento da Superliga dentro da COB Expo. E acho que essa parceria faz todo sentido. A COB Expo existe para aproximar as pessoas do esporte, dos atletas, das modalidades. E poucas modalidades no Brasil têm a capacidade que o voleibol tem de mobilizar, envolver e encantar tanta gente”, afirmou em seu discurso.

A temporada 2026–2027 contará com 12 equipes no feminino e 12 no masculino, representando 18 cidades, sete estados e o Distrito Federal. Ao longo de aproximadamente sete meses, serão disputados cerca de 290 jogos, e todas as partidas terão transmissão do Grupo Globo, entre SporTV 2, ge TV e TV Globo, nas

finais. O lançamento, inclusive, já contou com transmissão ao vivo pelo SporTV 2 e ge TV.

“A Superliga é a maior competição do voleibol brasileiro, uma das grandes ligas do mundo. Mas, mais do que isso, ela faz parte da vida do torcedor brasileiro. A gente vê isso ano após ano, com ginásios cheios, grandes audiências e enorme repercussão na mídia”, destacou La Porta.

A nova temporada terá ainda a presença de atletas que fizeram parte das Seleções Brasileiras campeãs do Campeonato Sul-Americano e que contribuíram para a classificação do Brasil aos Jogos Olímpicos Los Angeles 2028. No feminino, nove jogadoras que participaram da campanha estarão na Super-

liga. No masculino, serão sete atletas. Serão 41 estrangeiros, entre 38 atletas e três técnicos.

Entre as novidades anunciadas para a temporada está o aumento do número de substituições permitidas, de seis para oito por *set*. A arbitragem também terá atenção especial para lances de condução e ataques irregulares.

A edição 2026–2027 marca ainda o retorno do Nordeste à elite do voleibol nacional, com o Nordeste Vôlei, do Ceará, disputando pela primeira vez a Superliga. A equipe será comandada pelo campeão olímpico Marcelo Negrão. O Dentil Praia Clube é o atual campeão no feminino, enquanto o Sada Cruzeiro venceu o último torneio masculino.



Foto: Leo Barriani/COB

O lançamento da Superliga de Vôlei da temporada 2026–2027 aconteceu no Centro de Eventos Pro Magno, em SP

Pedro Alves

pedroalvesjp@yahoo.com.br

Quer apostar?

É fato que é um problema qualquer instituição que tem compromissos econômicos vultuosos com folha de pagamento se incomodar profundamente com a cessão repentina de alguma das suas receitas. É fato também que um presidente da república deve prezar pelo bem-estar social do seu povo e utilizar de mecanismos jurídicos e políticos, portanto, legítimos, para instrumentalizar resoluções a fim de estancar a sangria econômica de uma parte vulnerável ou com potencial de vulnerabilização financeira da sua sociedade.

É nesse cenário que o presidente Lula publicou, recentemente, uma medida provisória simplesmente acabando com os *sites* de apostas que, até então, eram legais no país, e suas consequentes publicidades em toneladas na comunicação brasileira, das redes sociais às grandes mídias, dos eventos esportivos aos detentores dos direitos de transmissão dos maiores campeonatos do país e do planeta, das vaquejadas aos clubes de futebol. MP que tem 120 dias para ser debatida no Congresso. Que acho que vai modular substancialmente seus efeitos.

As chamadas *bets* eram, de fato também, um dreno econômico deprimente, que tirava dinheiro do pobre, da classe média e até de alguns ricos. A exemplo do empresário e advogado Willer Tomaz, que movimentou uma quantia bilionária na plataforma de cassino online Blaze. Considerando apenas o ano de 2025, ele acumulou R\$ 4,963 bi em perdas contra R\$ 4,8 bi em ganhos, resultando no prejuízo líquido de R\$ 163 mi.

Apesar de me compadecer com a problemática pessoal do empresário, meu incômodo maior é com o tanto de segurança financeira, de rotina familiar minimamente organizada e, infelizmente, como sabemos hoje, de vidas mesmo, que foram ceifadas por conta das *bets*. Apenas em 2025, as famílias brasileiras perderam R\$ 62 bi em apostas. A receita bruta das casas de apostas autorizadas no Brasil em 2025 foi de aproximadamente R\$ 36,9 bi a R\$ 40,69 bi, segundo dados do Ministério da Fazenda.

De modo que esse vinha sendo um dos maiores e mais pesados sequestros, devidamente autorizado pela pessoa física e legalizado pelo governo, do orçamento da população. Dinheiro que saiu da roda da economia prática. Que saiu dos serviços pagos e realizados, das compras nas empresas do setor de varejo. Aliás, tenho uma tese que o último trimestre do varejo em 2026 tem tudo para ser o melhor da última década. Justamente por conta da proibição das *bets*. A ver.

Voltando ao futebol, a MP de Lula, por óbvio, causou uma reação em cadeia dos times. A maior parte deles tem nas *bets* seus principais parceiros. A verdade é que esse futebol brasileiro, desse modo, era uma bolha financeira nada saudável. Salários muito altos a jogadores medianos por conta de um mercado que está totalmente distópico. Ainda que real. A comunicação do nosso futebol foi a mais aterrorizante possível. “O futebol brasileiro vai acabar”.

Vai nada, irmão e irmã. Não vai mesmo! Não por isso. No máximo, o teu time vai ter um elenco mais barato, com aquele ponta ruim reserva, de Série A, ganhando R\$ 100 mil em vez de R\$ 200 mil. Se teu time é de Série C, aquele jogador que ganhava R\$ 22 mil e que só tem tamanho e safadeza, entregando um ano de dois gols, vai receber R\$ 10 mil. Tenho ainda outra tese. Um bom meia que ganha R\$ 40 mil para ser o camisa 10 do clube na Série C vai subir de divisão. Será titular ou reserva na Série B ganhando o mesmo. Fazendo com o que o jogador que ocupava o lugar dele, no elenco do clube na B, e que era notadamente menos bola, deixe de ganhar os R\$ 70 mil sentado no banco.

O futebol não vai acabar. É esse mesmo futebol que, supostamente seria mais organizado por ter mais dinheiro, que segue devendo milhões à União, a jogadores e a clubes. É esse futebol que segue aceitando um Corinthians dever a Deus e o mundo enquanto atrasa salários, segue contratando e não paga a quem deve. Enquanto o Cuiabá paga em dia, se sacrifica por isso, e cai de divisão, com o Corinthians permanecendo, porque utiliza um bom atleta que comprou do próprio Dourado e não pagou.

O futebol sobrevive e se “reorganiza”, mas com patamares menores financeiros, o que exige ainda mais profissionalismo. O que “mata” “os cartolas”. Melhorar o trabalho, cumprir compromissos não é bem com muitos deles. Nem mesmo com esses recordes de receitas, em que quase todos os clubes de elite detêm seus maiores patrocínios por conta das *bets*. Como falou Emicida, o negócio *bets* sobrevive do dinheiro dos torcedores, que deixam cifras nas casas de apostas. Grana que pode entrar nos clubes de outro modo. E no varejo, nos serviços, na cultura. O dinheiro vai chegar aos clubes de outra maneira. O futebol brasileiro não vai acabar por isso. Quer apostar?

CLUBE FORMADOR

Caminhos que constroem um jogador

Rogério Velinho, especialista em iniciação esportiva, mostra que a formação começa bem antes de chegar à base

Raniery Soares
raniery.lacerda@epc.pb.gov.br

Quando se fala em formação de jogadores de futebol no Brasil, é comum imaginar uma trajetória aparentemente organizada: a criança começa em uma escolinha, ingressa em uma categoria de base, passa pelas equipes sub-15, sub-17 e sub-20 e, depois, chega ao futebol profissional. Esse caminho existe, mas está longe de representar toda a realidade da formação de atletas no país.

Antes de chegar a um clube profissional, um jogador pode ter passado por uma praça, um campo de bairro, uma quadra, uma escola, um projeto social, uma escolinha particular, uma equipe amadora ou uma competição municipal. Também pode ser descoberto em uma avaliação aberta, por um observador ou por meio de vídeos enviados aos clubes.

Em muitos casos, o local onde o talento é identificado não é o mesmo onde ele será efetivamente formado. É a partir dessa perspectiva que o professor e especialista em futebol, Rogério Velinho, propõe ampliar o debate sobre o que significa formar um atleta. Para ele, a discussão não pode ficar restrita ao conceito de Clube Formador, utilizado oficialmente pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Na Paraíba, além de lecionar disciplinas como futebol, futsal e outras do gênero no curso de Educação Física, Velinho também atua diretamente no futebol de base com o Centro Esportivo Avaí (clube amador sediado em João Pessoa) e o Núcleo de Captação de Atletas do Grêmio de Porto Alegre.

“A gente tem que falar no sistema de formação do futebol brasileiro, porque a gente não tem um único sistema de formação. Então, não podemos ver a base do futebol somente pelo clube formador. Esse sistema de formação do atleta brasileiro, seja masculino ou feminino, tem que ser visto de uma forma mais ampla”, afirmou.

A diferença é importante, porque o certificado concedido pela CBF representa apenas uma parcela do universo de instituições que trabalham com o futebol de base. A entidade mantém critérios específicos para o reconhecimento dos clubes formadores, relacionados às condições oferecidas aos atletas e ao cumprimento de requisitos previstos na legislação esportiva. A certificação, portanto, representa uma condição formal e específica, mas não esgota a discussão sobre formação.

Universo muito maior

Velinho chama atenção para a distância entre o número de clubes que participam do futebol brasileiro e aqueles que possuem a chancela formal de Clube Formador. “Se a gente pensar que nós temos poucos Clubes Formadores com base no que a CBF tem hoje registrado lá no site, são 81 Clubes Formadores, ou seja, 81 clubes que têm essa chancela da CBF com todos os encargos, perto dos 850 clubes profissionais que temos no Brasil. Então, seriam 10% desses clubes de futebol profissional, afiliados à CBF, que são considerados Clu-



Rogério Velinho conversa com os jovens talentos do Avaí, clube amador filiado à Federação Paraibana de Futebol, em atividade no campo da Graça

bes Formadores”, observou. O dado ajuda a evidenciar a questão: a formação de jogadores acontece em uma rede muito maior do que aquela representada pelos clubes formalmente certificados.

Por isso, Velinho propõe uma distinção entre três situações que frequentemente são tratadas como se fossem a mesma coisa: ter uma categoria de base, possuir condições para formar atletas e ser juridicamente reconhecido como Clube Formador.

“Primeiro, o que é ter uma categoria de base? Se eu tenho futebol profissional, então eu tenho as categorias de base. Outra coisa que a gente precisa separar é o que é preciso para formar atletas. E um terceiro momento é ser reconhecido juridicamente como um Clube Formador. Essa distinção entre essas três coisas é importante”, explicou. A diferença também ajuda a compreender a realidade de clubes menores e equipes amadoras que trabalham continuamente com crianças e adolescentes, mas não dispõem da estrutura necessária para atender a todas as exigências de uma certificação.



Não é só um discurso de tirar as crianças da rua, mas, sim, formar o atleta, formar o jogador, formar o cidadão através do esporte

Rogério Velinho

Desafio

Entre as escolinhas e os grandes clubes profissionais, existe outro segmento importante: os clubes amadores e federados que mantêm categorias de base e participam de competições. São organizações que podem possuir CNPJ, estatuto, filiação à federação, atletas registrados, treinadores e calendário competitivo. Ainda assim, muitas enfrentam dificuldades para manter uma estrutura multidisciplinar. Velinho aponta problemas como orçamento reduzido, poucos profissionais, dificuldade de transporte, alimentação, ausência de alojamento, calendário irregular e pouca formação continuada dos treinadores.

Em muitos clubes, áreas como psicologia, fisioterapia, fisiologia e análise de desempenho dependem de parcerias ou trabalho voluntário.

“Esses clubes podem estar muito próximos do futebol profissional, mas não possuem ainda uma capacidade de executar esse ciclo completo da formação. Esses clubes amadores de base estão muito longe de se tornar um clube formador cancelado pela CBF, porque, se eu não tenho esse básico aqui, como vou poder atender a todos os requisitos da CBF no que diz respeito ao Clube Formador?”, questionou. A situação revela uma das principais tensões do sistema: existe trabalho de formação sendo realizado em clubes que não possuem estrutura financeira e profissional para cumprir todas as exigências necessárias à certificação.

Jogador e cidadão

Para Velinho, a questão não deve ser reduzida à descoberta de talentos para o futebol profissional. A formação esportiva envolve também aspectos educacionais, sociais e humanos.

Por isso, ele considera insuficiente o discurso de que basta oferecer futebol para “tirar as crianças da rua”.

“Não é só um discurso de tirar as crianças da rua, mas, sim, formar o atleta, formar o jogador, formar o cidadão, através do esporte. Tu formas um cidadão? Em que as-

pecto? Tu consegues atender a todos os aspectos necessários para a formação desse jovem através do esporte?”, provocou.

É nesse ponto que a certificação de Clube Formador ganha seu significado específico. A exigência de uma estrutura mais ampla está

relacionada justamente à responsabilidade de acompanhar diferentes dimensões da vida do jovem atleta. Mas, para Velinho, essa responsabilidade não começa no momento em que o jogador entra em um clube certificado. Ela é construída por uma cadeia muito mais extensa.

Neste Dia das Crianças, a brincadeira começa nas páginas.

20% DESCONTO

nos livros infantis da Editora A União. Até 10 de outubro

Presente que transforma leitura em diversão.

Livraria AUNIÃO

Poeta Juca Pontes

(83)99604-0011

Espaço Cultural José Lins do Rego – Box 13

“É morrendo que se vive”

Neste domingo, são celebrados os oito séculos da morte do padroeiro da ecologia e protetor dos animais

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojor@gmail.com

Na Igreja Católica, o dia da morte de um santo costuma ser o mesmo em que se celebra a sua festa. Entre os franciscanos e devotos de Assis, essa tradição vai além e procura reconstituir os últimos momentos do santo na terra, ocorridos há exatos 800 anos, numa celebração chamada “Trânsito de São Francisco”, marcada por silêncios e muita esperança. O nome recupera a ideia da morte como passagem deste mundo para a vida eterna, como se canta numa das orações atribuídas ao religioso e como ele próprio escreveu: “Louva-do sejas, meu Senhor, por nossa irmã a morte corporal, da qual homem algum pode escapar”.

Por causa do pleito eleitoral, a Paróquia São Francisco de Assis, no bairro da Conceição, em Campina Grande, antecipou a celebração, que reuniu membros da ordem franciscana e admiradores do santo da paz para, à luz de velas, fazer orações, cantar hinos e ouvir os relatos daqueles que presenciaram, há oito séculos, os momentos finais daquele que, hoje, é considerado o padroeiro da ecologia e protetor dos animais. O pároco frei Wellington Reis, OFM, afirma que o momento celebrativo convivia os fiéis a repensar sobre a fragilidade humana e as escolhas da vida.

“Celebrar o Trânsito de São Francisco é entender essa passagem não como fim, mas como ressignificação de uma história que passa da morte para a vida plena. O que a gente faz aqui, na Terra, promove essa vida plena. Então, para São Francisco, se reconciliar no fim da vida com a morte foi como dizer: ‘Eu tentei cumprir tudo aquilo que o Senhor me pediu. Ele confiou em mim como seu instrumento e agora vou feliz para os seus braços’”, explica o franciscano.

Ainda que muitas pessoas sejam tomadas pela emoção e até chorem lembrando as dores e a agonia do santo, frei Wellington alerta que o clima de silêncio e sobriedade não pretende provocar tristeza nem visa apenas recordar o fato histórico da morte do santo. O objetivo, segundo o frade, é fazer os fiéis experimentarem a vida de alguém que se doou totalmente ao próximo e cumpriu sua missão na terra, convidando-os a fazer o mesmo.

Os relatos descritos ao longo da celebração do Trânsito de São Francisco incluem as narra-

tivas dos últimos dias do santo, como o recebimento das chagas de Cristo, e os pedidos finais para colocá-lo nu sobre o chão, em sinal de renúncia aos bens materiais, e para ler trechos do Evangelho e rezar os Salmos. A atmosfera intimista da vigília procura reconstituir tais momentos, de modo a não ser apenas uma encenação teatral, mas uma profissão de fé na ressurreição, considerada fundamento da vida cristã.

“Para mim é um momento muito forte, porque eu revivo tudo aquilo que São Francisco viveu e tenho a possibilidade de olhar para a brevidade da minha vida. E, nesses 800 anos, somos chamados a perceber como foi produtiva e grandiosa essa vida, que perdura até hoje em tantos homens e mulheres, e que também cabe a cada um de nós contribuir para que outras pessoas, daqui a 800 anos, possam recordar tantos de nós que colaboraram, de uma forma ou de outra, nessa grande caminhada da fé cristã”, completa frei Wellington.

Memória secular e universal

São Francisco de Assis é um dos santos mais populares não só entre os católicos. A fama de santo da paz, da fraternidade, do amor aos pobres e da natureza ultrapassou séculos e povos, conquistando a devoção de cristãos e até a admiração de outras religiões. Para a professora Carla Mary Oliveira, do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), uma das razões para que a memória de São Francisco continue viva 800 anos depois de sua morte está na capacidade de sua figura ser reinterpretada.

Para a docente, pouquíssimos personagens medievais permanecem tão reconhecíveis quanto o santo Francisco de Assis: um hábito simples, um cordão com três nós na cintura, passáros e animais ou estigmas. Essa identidade visual, no entanto, está associada a temas que, ainda hoje, fazem sentido em sociedades muito diferentes daquela na qual o religioso viveu, como a crítica ao apego aos bens materiais, a valorização da fraternidade, o cuidado com os marginalizados, a recusa da violência e uma determinada maneira de compreender a relação entre os seres humanos e o restante da criação.

“O personagem histórico pertencia profundamente ao cristia-

nismo medieval e não pensava em categorias como ecologia, direitos dos animais ou pacifismo moderno. Entretanto, sua experiência religiosa produziu um repertório simbólico suficientemente aberto para que outras sociedades encontrassem nele respostas para suas próprias inquietações”, alerta a historiadora, destacando a importância de manter certa distância entre o Francisco do século 13 e os “Franciscos” que vieram depois.

Nascido em 1181 (ou 1182, segundo alguns historiadores), na cidade de Assis, na Itália, São Francisco viveu numa época de grandes transformações da sociedade medieval. Carla Mary lembra que aquele foi um período de crescimento das cidades e de maior circulação de pessoas e mercadorias. O próprio Francisco, inclusive, era filho de um próspero comerciante de tecidos, contra o qual se rebelou, abandonando a posição social e escolhendo viver voluntariamente como pobre, em fraternidade e pregando o evangelho.

“Isso dialogava com inquietações religiosas que já existiam na Europa dos séculos 12 e 13. Havia uma busca bastante intensa por formas de religiosidade menos distantes da experiência cotidiana e, em muitos movimentos, uma crítica à riqueza e ao poder acumulados pela Igreja”, alerta a historiadora. O diferencial do movimento de Francisco foi a insistência em permanecer dentro da Igreja e obter o reconhecimento papal como ordem religiosa, ao contrário de outros grupos. Essa aprovação foi decisiva para que os franciscanos se expandissem rapidamente por diversas regiões da Europa.

Finitude como espiritualidade

Apesar da visão muito particular de morte de São Francisco, de passagem e reconciliação com a criação, muitas imagens do santo são frequentemente associadas ao sofrimento e à mortificação do corpo. A pesquisadora Carla Mary alerta que essas representações

precisam ser situadas na cultura cristã medieval que estimulava práticas como a penitência corporal, o jejum, a vigília e outras formas de disciplina do corpo. No caso de Francisco, a docente lembra que essas experiências ganharam uma dimensão extraordinária com a tradição dos estigmas, que teriam sido recebidos pelo religioso no Monte Alverne, em 1224, cerca de dois anos antes de sua morte.

“Os estigmas aproximam simbolicamente o próprio corpo de Francisco do corpo do Cristo crucificado. A iconografia franciscana explorou intensamente essa ideia de *conformitas*, isto é, da conformidade entre Francisco e Cristo. Por isso encontramos tantas imagens do santo mostrando as chagas nas mãos, nos pés e no flanco”, explica. No livro *O barroco Franciscano na Paraíba colonial*, lançado em julho deste ano, a historiadora analisa imagens que reproduzem esse repertório visual encontrado no conjunto franciscano de João Pessoa. Numa delas o santo está recebendo as chagas de Cristo e noutra está segurando um crânio, que lembra a finitude, e um crucifixo, que remete à redenção.

“A caveira tem uma história um pouco diferente. Ela pertence ao universo do *memento mori*, a lembrança da morte, que já existia na cultura medieval, mas ganhou enorme força na espiritualidade e na arte da Idade Moderna. No barroco, sobretudo, tornou-se um instrumento de meditação sobre a brevidade da vida”, pontua, advertindo que não se deve entendê-las, hoje, simplesmente como uma exaltação do sofrimento.

Novas leituras da santidade

As releituras da vida e da morte de São Francisco tornam difícil separar completamente o Francisco histórico dos vários “Franciscos” construídos desde o século 13. Carla Mary Oliveira lembra que, pouco depois da morte do santo, ocorrida em 1226, os primeiros relatos de sua vida tinham como finalidade específica demonstrar sua

santidade, cuja canonização foi realizada dois anos depois. Ao longo dos séculos, no entanto, cada época enfatizou determinados aspectos de sua figura: na Idade Média, valorizou-se o Francisco dos estigmas; na cultura barroca, o Francisco penitente, contemplativo e místico; e nos três séculos recentes, Francisco aparece como pacifista, defensor da natureza, patrono dos animais e símbolo do diálogo entre religiões.

“Essas interpretações não são necessariamente falsas, porque encontram elementos na tradição franciscana que permitem tais apropriações. São, contudo, historicamente situadas. O Francisco do século 13 não era um ambientalista no sentido contemporâneo da palavra, pois sua relação com a natureza era essencialmente teológica. Talvez seja justamente essa capacidade de produzir novas leituras que explique parte de sua extraordinária permanência histórica”, pressupõe a historiadora.

A presença franciscana na Paraíba remonta ao fim do século 16 e esteve ligada à consolidação da colonização portuguesa, atuando na catequese e administração de aldeamentos indígenas, mas também na educação e na produção cultural. Ao longo dos séculos, essa presença ultrapassou a dimensão religiosa e deixou marcas na arquitetura, na arte e no patrimônio de diferentes localidades, como João Pessoa, Alhandra e Conde.

Fotos: Carla Miranda



Em uma das esculturas do Centro Cultural que leva o nome do santo, em João Pessoa, ele está segurando um crânio



No conjunto franciscano da capital paraibana, há um afresco com Francisco ascendendo aos céus e uma escultura que o mostra morto com as chagas de Cristo

Carlos de Albuquerque, o Parafuso Zabumbeiro teve uma trajetória de resistência

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojr@gmail.com

O sonho de brilhar nos estádios de futebol levou para longe da terra natal aquele que, mais tarde, justamente pela cultura nordestina, brilharia nos palcos como um dos grandes nomes do forró. A trajetória de resistência do zabumbeiro Parafuso, do grupo Os 3 do Nordeste, pode ser lembrada por alguns de seus grandes sucessos, como “É proibido cochilar” e “Por debaixo dos panos”. O artista, que também foi compositor e produtor, soube preservar as raízes do gênero sem deixar de experimentar novas sonoridades.

O nome “Parafuso” foi dado a Carlos de Albuquerque Melo pelos companheiros de uma fábrica de pinos do Rio de Janeiro (RJ), onde o paraibano trabalhava, pela magreza do corpo do rapaz. Para lá, o menino nascido em 16 de janeiro de 1940, em João Pessoa, havia migrado ainda jovem sonhando em ser jogador de futebol. Na capital paraibana, chegou a jogar no Ibis, clube fundado por jovens do bairro da Torre, dentre eles seu pai. No Rio, Parafuso chegou a fazer teste no Flamengo, mas deram-lhe uma chuteira bem grande, que não ajudou a obter um bom desempenho.

Na Cidade Maravilhosa, Parafuso seguiu trabalhando em outras atividades. Foi garçom, metalúrgico, pintor durante alguns anos na Marinha e numa empresa de construção de Jackson do Pandeiro, que era seu primo e tinha o hábito de chamá-lo de Pedro de Melo, nome de seu pai. Mas além da disposição para o trabalho, Parafuso levava consigo seu violão e a experiência de cantor romântico dos cabarês pessoenses. Com os amigos paraibanos Zé da Ema e Zé Pacheco, começou a enveredar pelo forró localando o trio Luar do Sertão, que se apresentava em locais como a Feira de São Cristóvão e a Central do Brasil, no entorno da estação de trens carioca.

Segundo Lizete Veras, viúva de Parafuso, o trio havia conseguido um contrato para se apresentar regularmente na casa de *shows* Forró 66, do cantor Anísio Silva. Foi por lá, no bairro do Flamengo, que Jackson do Pandeiro, conhecedor do trabalho do grupo, lançou o convite para o trio fazer um teste na famosa gravadora de música CBS, que estava desfalcada com a saída do Trio Nordestino. Nessa época, Zé da Ema não fazia mais parte do trio, que contava com o baiano Zé Cacau.

“Naquele tempo, quem cantava era o Zé Pacheco. O Abdias, [produtor da CBS] mandou o Zé Pacheco cantar... Eu disse que eu não cantava forró, só brega... Aí



Foto: Arquivo pessoal/Família Calisto

Trio Nordestino chega ao topo das paradas nos anos 1970

ele perguntou: ‘E o moreninho aí?’, que era o Zé Cacau. Na época, o Zé Cacau imitava Jackson do Pandeiro... Ele veio e cantou uma música do Trio Nordestino. O Abdias ficou doido e disse: ‘O homem é esse. Quer gravar, só grava se for com esse moreninho cantando’. E a gente, doido para entrar na CBS, porque aqui não ia deixar, né?”, contou Parafuso em entrevista ao programa *Gente Nossa*, projeto de extensão do Curso de Jornalismo, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

“Forró tamanco”, composição de Antônio Barros, foi o carro-chefe do primeiro LP, lançado em 1973. O trio também mudou de nome, passando a se chamar “Os 3 do Nordeste”, provocando intencionalmente associações do público com o Trio Nordestino. No ano seguinte, o grupo de Parafuso estourou com o sucesso “É proibido cochilar”, faixa-título também de Antônio Barros. A contrapapa do álbum, que continha faixas como “Homem com H” e “Forró de São Miguel”, destacava: “Música de Antônio Barros é mesmo que doce de coco. Agrada em todo lugar. E o jeito gostoso de cantar de Os 3 do Nordeste é mesmo que doce de jaca. Quanto mais se prova, mais se pede”.

Muito moderno

A lista de álbuns gravados por Parafuso em Os 3 do Nordeste é longa e inclui os LPs *Forró pra juventude* e *Pode cochilar*, ambos em 1977, e, no ano seguinte, *Forró do poeirão*, com outro grande sucesso de Cecéu, o xote “Por debaixo dos panos”, seguido por “Bom pra valer” (1979). Na mesma época, o trio abraçou um movimento de revitalização do forró com a participação de novos nomes da música popular nordestina, como Alceu Valença, Zé Ramalho, Fagner e Vital Farias. Na década seguinte, seguiram-se LPs como *Da boca pra fora* (1980), *O melhor forró do mundo* (1981), *Tá do jeito que a gente quer* (1985) e *Ossô duro de roer* (1986). Em 1989, o trio ganhou ainda mais destaque com a interpretação do xote “Água na boca”, que integrou a trilha sonora da novela *Tieta*, da Rede Globo.

“Até chegar à CBS foi uma estrada muito longa. Ele chegou a tocar com Gonzaga, com Marinês e com o próprio Jackson, mas queria ter um projeto dele, queria tocar, fazer o projeto dele”, relata Lizete Veras. O sonho inicial era ser um cantor romântico, gênero que nunca deixou de compor e cantar, mas quando viu que

a carreira no forró mostrava-se promissora, resolveu investir. Lizete, que conheceu Parafuso em 1978, durante um *show* em Campina Grande, acompanhou de perto toda a carreira do companheiro, tanto que assumiu a produção com o falecimento do sanfoneiro Zé Pacheco, ocorrido em maio de 1944.

“Quando Pacheco partiu, Parafuso ficou perdido e sem ter noção porque os dois eram muito unidos, como irmãos, a agenda de *shows* do trio estava toda pronta para o mês de junho. Então, eu assumi esse compromisso e fui dando força a Parafuso, porque foi muito difícil para ele. Ele chorava todos os *shows*, foi aquela agonia toda, mas a gente seguiu”, conta a produtora, lembrando, também, os desafios enfrentados por ser uma das poucas mulheres, na época, a assumir aquela atividade.

Para ela, o forró sempre foi discriminado e, ao mesmo tempo, resistente porque seguiu sendo tocado apesar do sucesso de outros gêneros como lambada, pagode e sertanejo. A defesa de um estilo próprio do trio, focado no forró tradicional, não impediu Parafuso de reconhecer a importância de outras expressões do gênero, como as bandas de forró da década de 1990 e o forró universitário nos anos 2000.

“Parafuso sempre insistia que Os 3 do Nordeste não devia sair da linha, mas ele também começou a modernizar e inovar, introduzindo o baixo, a bateria, o violão sete cordas, as luzes no palco ou os fogos de artifícios... Ele tinha uma idade avançada, mas ele era muito moderno e dizia sempre para tentar coisas novas, mantendo a mesma formação no palco da zabumba, do triângulo e da sanfona”, afirma a produtora.

Para Lizete Veras, um dos traços marcantes de Parafuso como zabumbeiro era a elegância no palco. Ela revela que até o instrumentado de percussão passou a ser confeccionado pelo artista, modernizando até chegar ao estilo que queria. “Todo mundo achava que o som da zabumba do Parafuso era diferencia-

do. A pancada da zabumba dele encaixava com o baixo da sanfona de uma forma muito harmoniosa”, acrescenta. A atenção as fás, que sempre procurava atender no camarim após os *shows*, mesmo cansado, era outra característica do artista.

Criando músicas

Como compositor, Parafuso assinou muitas músicas do trio, seja individualmente, como “Amor sem fim”, ou em parcerias, como “Forró em São Domingos”, com Zé Matias, e “Sentado na pedra”, “Inveja de oce” e “Vem moreninha”, com Zé Pacheco, esta última aquela que, segundo Lizete, fez mais sucesso. O repertório de canções românticas, no entanto, ainda é desconhecido do público e somente agora vem sendo revisitado pela filha, a cantora Edra Veras.

“Parafuso gostava de tocar violão e tocar o violão ele sempre criava. E quando ele ia caminhar, o que fazia todos os dias, sempre levava um gravador para registrar. Ele gostava muito de falar da natureza e de temas românticos”, destaca a companheira do artista. Além de caminhar, o futebol continuava sendo sua paixão, seja jogando um “racha” com os colegas ou assistindo às partidas do Fluminense, seu time do coração, no Maracanã.

Apesar das muitas viagens pelo Nordeste e pela Paraíba, só retornou definitivamente para residir no estado em 2014, fixando-se em Campina Grande. Carlos de Albuquerque Melo, o Parafuso, faleceu em 3 de outubro de 2016, vítima de AVC, em Colônia, na Alemanha, durante uma turnê de Os 3 do Nordeste pela Europa.

O trio, no qual Parafuso tocou por mais de quatro décadas, continua vivo, assim como a sua memória, formado pelos músicos Lulu Vieira, no vocal, Douglas Silva, na sanfona, e Luca Veras, filho do zabumbeiro, na zabumba.



Parafuso chegou a inovar, introduzindo o baixo, a bateria e o violão sete cordas nas apresentações de Os 3 do Nordeste

Ilustração: Foto

Tocando em Frente



Professor Francelino Soares
francelino-soares@bol.com.br

The Beatles – Forever (VII): a chegada de Brian e George Martin

Brian Epstein já era empresário da Nems (North End Music Stores), empresa ligada ao mundo do disco, e vivia em busca de novos talentos. Em novembro de 1961, visitou o Cavern Club, curioso por conhecer um grupo ainda desconhecido, mas cujas músicas eram muito procuradas em sua loja de discos. Coincidência ou destino, Brian também era colunista do periódico *Mersey beat*, de que já falamos anteriormente. Embora não fosse afeito ao estilo *rock’n’roll*, a impressão sobre os garotos de Liverpool foram as melhores possíveis. Mais tarde, o próprio Epstein recordaria: “Eles eram malvestidos [...], mas tinham a qualidade de estrelas”.

É evidente que existiam alguns elementos circunstanciais que contribuiriam para o futuro sucesso dos jovens músicos. Mas já se notavam seu talento e a energia. Segundo Brian, eles necessitavam de uma urgente gestão não só musical, mas, sobretudo, pessoal. O caminho era esse: um experiente empresário — Brian, o próprio — e um bom produtor musical. E aí que entra George Martin.

Assumido o cargo de empresário, a primeira providência de Epstein, recordando que os garotos andavam e apresentavam-se tanto malvestidos como malcuidados, foi tratar da aparência pessoal de cada um deles, buscando torná-los mais atraentes. Foram então adotadas vestimentas jeans, com uso de casacos pretos e cabelos compridos, costumes que passaram a ser também adotados, a partir daí, por uma galera que ia se acostumando com o que chamavam de “nova moda”, o que já havia sido sugerido antes



Foto: Reprodução/Arquivo Estado e Correio/AP

The Beatles já incorporando vestimentas e cabelos ao modo proposto por Brian Epstein

por Astrid Kirchherr, que viria a se tornar a fotógrafa especial da banda.

Novo empresário, provindo de uma classe média-alta, prometeu a Lennon, líder do grupo, de pronto, um aumento no cachê musical no Cavern Club, bem como iria usar de

sua influência no sentido de, como empresário da citada Nems, arranjar-lhes um contrato inicial como uma grande editora musical britânica, o qual poderia torná-los famosos no universo da música. Lennon, irreverente e céptico que era, tomou a promessa como uma

forma de divertimento; Paul acreditou nas promessas, mas com certa reserva; George e Ringo ficaram na deles, mas optaram por acreditar nas propostas de Brian.

A princípio, a atitude meio irreverente de Lennon pareceu desconcertante, mas este se deixou animar diante de uma primeira e mais importante audição conseguida por Brian junto a um amigo, na poderosa gravadora Decca Records A&R. O dia era 1º de janeiro de 1962.

Surgiu, então, a figura de Neil Aspinall (Prestatyn, País de Gales, 1941, Manhattan/ Nova York, 2000) que, de *road manager* (profissional responsável por cuidar da logística diária e dos detalhes de viagens da banda, quando em turnê), passou a assistente pessoal dos Beatles, tornando-se executivo e produtor musical, cuja carreira ficou intimamente ligada ao grupo, contribuindo para a produção musical da banda, com suas ideias criativas. Depois, Neil, que fora amigo de escola de Paul e George, chegou a chefe da empresa da banda, a Apple Corps., e viria a ser referendado como o quinto *beatle*.

Foi Neil quem levou a banda a Londres, onde e quando, em apenas uma sessão de uma hora, eles gravaram cerca de 15 músicas, escolhidas por Epstein, entre as quais *hits* da época, incluindo alguns *rock’n’rolls*, demonstrando assim a versatilidade do grupo. Na ocasião, foram executadas três composições da dupla Lennon-McCartney: “Hello little girl”, “Like dreams” e “Love of the loved”.

A inclusão definitiva de George Martin, como maestro preferido dos Beatles, será objeto de uma próxima coluna.

Carlos Azevedo Filho

A cidade inundada

As notícias voltando, estranhamente, para o não acontecido. O mundo rebobinando como uma fita antiga, voltando, voltando. Tudo o que foi feito se desfazendo. A minha mão de criança devolvendo as linhas transversais da criação. Tudo em branco, reescrito por uma força sem explicação. Os textos de jornal desfazendo-se como uma blusa de tricô. Um grande fio sendo puxado com a força de um deus.

Tudo vai aos poucos virando um trabalho de destruição. E eu me seguro aqui, na cama desse hospital. Uma cama metálica, cor de uma caneca de ágata. Tento me segurar. A força estranha toma conta de mim, mesmo sabendo que eu sou a própria força que me faz convulsionar. Um treme-treme absurdo. O corpo inteiro querendo beber, numa sede de deserto.

Sinto um terremoto que convulsiona meu pensamento e me faz refém de mim mesmo, dessa sede que toma de conta de tudo, da cidade, do meu corpo. Será também que o próprio mundo não seria esse mesmo tremeor? Um circuito que sai da minha cabeça como um raio e se desintegra em meus pés.

Um chicote elétrico, um choque que impõe movimentos involuntários. Eu danço uma sinistra e nervosa melodia. O tempo vai se desfazendo em suor. Uma máquina que draga tudo, uma rotativa. Sim, uma



Foto: Reprodução/Stanley

“Eu me seguro na cama desse hospital. Uma cama metálica, cor de caneca de ágata”

rotativa rodando ao contrário, desfazendo notícias, a história do mundo. O mundo é um fio puxado, um fio desencapado, um choque. Um relógio girando ao contrário, enlouquecido, comendo o próprio tempo, devorando a alma do mundo. Embrutecido pelos tremores, vejo que o tempo não volta assim tão linear. Mas consigo ver longe, embaçado ainda, mas consigo ver. Uma primeira dose, aquela primeira que eu tomei na vida. O copo sendo preenchido aos poucos, um líquido translúcido, brilhando. A inocência e a pureza do gole. O primeiro gole do rapazinho revelava a juventude a descer por

sua garganta. Uma faca de cachaça a rasgar seu esôfago. E, por final, uma explosão atômica ao chegar nas tripas.

Era tudo isso voltando como filme, rebobinando, rebobinando em imagens. Dizem que, quando a gente vai morrer, a vida passa por segundos na mente, como um filme. Por segundos, tudo intensamente em mim, rebobinando, girando, girando. A cachaça revela o ardor da vida, vida arida, engarrafada. Vida rotulada, destilada, envelhecida. Tudo em gotas puras da vida. Gotas puras para uma vida impura. A vida filtrada num imenso alambique moral, todos me conde-

nam. Uma voracidade líquida, despejando, desejando vida e morte.

E eu onde estou? Ainda estou aqui, na cama? Eu me vejo a despejar no chão a porção de direito do santo. Estou molhando o cimento com a pureza líquida, em homenagem ao santo. Estou afogando as promessas que a gente faz um dia. Mas a bebida nega-se a entrar em minha garganta como uma maldição.

A boca seca, fossilizada, não articula nenhuma palavra mais. As garrafas vão se quebrando. O barulho cortante do vidro estilhaçado no chão me apavora. O líquido liberto vai incensando o quarto, a sala dos médicos, a recepção, a rua. A bebida vai inundando a cidade, escorrendo por entre os cacos de vidro. Quando uma garrafa se quebra, é um caminho sem volta, um salto no escuro, um sentimento inexplicável de perda, de vazio e solidão.

E como se o mundo inteiro se embriagasse e eu fosse o único ser sóbrio a reclamar razão. Esse sentimento vai me bebendo aos poucos. E pouco importa agora os tremores. O mundo inteiro bebe. E volto ao meu filme, como um cão raivoso, como um fãtico em busca de vingança. E tudo parece agora inadiável, como um dia de sol.

Ângélica Lúcio, que escreve neste espaço aos domingos, volta na próxima semana.

Jornalista e professor | Colaboração

TECNOLOGIA

IA viabiliza negócio para quem está começando

Portfólio contempla três etapas complementares: criar site, ser encontrado e vender

Agência Estado

Um dos inúmeros avanços que têm sido proporcionados pela inteligência artificial (IA) é o apoio para que empreendedores sem experiência em tecnologia consigam iniciar a presença digital com sucesso. Hoje, a tarefa já pode ser realizada em questão de minutos por qualquer pessoa.

Para tornar a experiência possível, a HostGator América Latina reestruturou seus produtos e sua engenharia com o objetivo de colocar a IA no centro da experiência do cliente. O processo foi iniciado pela empresa em outubro do ano passado, com investimentos de R\$ 10 milhões e uma completa revisão da infraestrutura e da jornada de uso.

A companhia concentrou boa parte do investimento na primeira hora de uso, o momento em que o cliente iniciante costuma desistir.

O criador de sites com IA coloca um negócio no ar em minutos. O cliente descreve o que faz e a ferramenta gera estrutura, textos e imagens, sem código e sem conhecimento técnico prévio. O painel de controle foi reescrito para reduzir a distância entre quem entende de tecnologia e quem nunca criou um site, com *onboarding* guiado passo a passo.

O suporte funciona em português, combinando um agente de IA com um time humano no Brasil, disponível 24h por dia. Em 2025, o agente superou 1,3 milhão de conversas e contribuiu para uma redução de 30% na demanda por atendimento humano. A meta para 2026 é ultrapassar 50% de deflexão, sem re-

tirar a opção de falar com um atendente.

“A pessoa que abre uma empresa hoje não quer aprender hospedagem. Quer aparecer e vender de forma rápida”, esclarece Ricardo Melo, vice-presidente de Growth e Produto da HostGator América Latina. “Nosso trabalho é tirar todo obstáculo entre a ideia do negócio e a primeira venda realizada”.

Ampliação de portfólio

Até então, o portfólio da HostGator no Brasil era percebido principalmente a partir da hospedagem — que continua sendo uma base essencial —, mas agora oferece mais etapas da jornada de um negócio digital. Além da criação de sites, o conjunto de serviços inclui visibilidade em buscadores e assistentes de IA, agente de atendimento e vendas, acesso facilitado a assinaturas de IA e infraestrutura preparada para aplicações e automações. O catálogo passou a cobrir o ciclo completo de um negócio digital: criar, ser encontrado e vender.

Depois de criar um site a partir da descrição do seu negócio, o cliente pode usar o SuperGator, agente de IA de vendas integrado ao site e ao WhatsApp, para responder a dúvidas, qualificar oportunidades e dar continuidade às conversas comerciais. Já o Yoast! AI+ monitora se uma marca está sendo mencionada dentro das principais IAs e devolve orientação prática de otimizações, respondendo a um problema mais recente do mercado.

Somado a isso, o AllPass reúne as principais inteligências artificiais do mercado em uma assinatura única, com

módulo de proteção voltado a documentos e informações sensíveis. Com planos a partir de R\$ 89,99 por mês, é o primeiro produto da companhia que não depende de o cliente ter um site, e amplia o público para profissionais como advogados, contadores e consultores. “Olhamos para o nosso próprio negócio e vimos uma empresa que resolvia muito bem um problema que estava deixando de ser o problema principal do cliente. Hospedar um site com qualidade continua importando. Só que ninguém abre uma empresa porque quer ter um site. Abre porque quer vender”, afirma o executivo.

Evolução permanente

Para a HostGator, a próxima fronteira não é mais um produto, e sim o papel que a hospedagem passa a ocupar quando o comportamento do usuário espalha-se por dezenas de ferramentas diferentes. “Hoje, a pessoa começa um projeto conversando com um agente, continua em outro, guarda o código num repositório e, no fim, precisa que aquilo rode em algum

lugar, funcionando e seguro”, explica Melo. “A gente enxerga a hospedagem como essa camada de baixo. Uma camada que não pergunta onde o projeto nasceu nem com qual ferramenta foi feito”.

Pensando nisso, a nova linha de VPS foi redesenhada para o momento dos agentes. Os servidores saem com aplicações de IA pré-instaladas e créditos de *tokens* já incluídos no *onboarding*, para que o cliente comece com a máquina e com a inteligência artificial funcionando, em vez de um servidor vazio.

Por baixo de todos os produtos, opera uma camada de segurança e desempenho com IA, com proteção contra ataques, *backup* e monitoramento contínuo.

A oferta de diferentes níveis de autonomia e de complexidade dentro de um mesmo ecossistema permite que a plataforma possa ser utilizada por públicos bem distintos: desde um empreendedor que não entende de tecnologia até quem constrói aplicações modernas e precisa de infraestrutura rápida, segura e preparada para a IA.

Charada

Francelino Soares: francelino-soares@bol.com.br

Resposta da semana anterior: Gorila primata (2) = mono + escrita (3) = grafia. **Solução:** trabalho escolar (5) = monografia.

Charada de hoje: O valor (2) do trabalho, por 24 horas (2), representa uma espécie de proteção (4) para o trabalhador.



Ilustração: Bruno Chiozzi



Foto: reprodução NCM

Eita!!!!

Conheça alguns astros de Hollywood que também eram inventores geniais

Esqueça os estereótipos de cientistas trabalhando em laboratórios: Hollywood também foi um local onde transitou verdadeiros inventores que também eram celebridades consagradas. A seguir, listamos alguns famosos detentores de patentes em áreas pouco ou nada relacionadas com o universo cinematográfico.

Marlo Brando

No auge da fama, o galã de *Um bonde chamado desejo* (1951) e *Sindicato de ladrões* (1954) vivia engajado em movimentos a favor da preservação da cultura indígena-americana. Por conta disso, ele aprendeu a tocar um instrumento musical de percussão: o bongô. Nos anos 2000, prestes a se aposentar, o ator descobriu-se como *designer* e criou um tipo de ajuste de tambor. Embora seja útil, essa peça nunca fora fabricada.

Hedy Lamarr

Entendia de radiocomunicação, Lammar (foto acima), a estrela de *Sansão e Dalila* (1949), criou o sistema-base do GPS e do *wi-fi*, concluído em 1942. Na época, a atriz criou o “salto de frequência”, um sistema baseado em ondas de som produzidas pelas teclas do piano. Ofereceu a ideia aos EUA, para que o programassem nos aviões e navios de guerra para despistar os radares nazistas. O sistema, porém, era caro demais, e só foi redescoberto décadas depois.

Steven Spielberg

O diretor de *Tubarão* (1975) e *ET* (1982) aventurou-se no mundo dos videogames, projetando jogos de ação e aventura para Sony e Nintendo. Em 1999, o cineasta lançou *Medal of honor*, o primeiro *game* de tiro da Segunda Guerra em primeira pessoa.

Florence Lawrence

Mesmo muito ocupada como atriz no início do século 20, a canadense enveredou pela ciência. Com mais de 300 filmes no currículo, Lawrence adorava o automobilismo, tanto que passou a desenvolver peças para carros. Em 1914, ela criou o “braço sinalizador automático”, hoje conhecido por seta sinalizadora, além da tecnologia das luzes de freio.

Walt Disney

Demitido “por não ter boas ideias”, como alegou seu patrão em 1919, o “pai” do Mickey Mouse foi um dos responsáveis pela criação do som *surround*, o áudio alto e nítido nos cinemas. A tecnologia foi desenvolvida a partir do desapontamento de Disney com o musical *Fantasia* (1940), que produziu com o maestro Leopold Stokowski. Para destacar a trilha sonora, Disney reproduziu o som com a ajuda de vários alto-falantes instalados ao redor das salas.

9 diferenças

Antonio Sá (Tônio)

Tiras

O Conde

Antonio Sá (Tônio): ocondesa@hotmail.com



Jafoi & Jaera

Jorge Rezende (argumento) e Tônio (arte)



Solução

1 – bigode; 2 – balão; 3 – cavahaque; 4 – chapéu; 5 – tamborete; 6 – violão; 7 – cordas do violão; 8 – suor; 9 – moscas.